

AMERICANAS S.A.
(Em recuperação judicial)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

AMERICANAS S.A. - Em recuperação judicial

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial
Rio de Janeiro - RJ

Abstenção de Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia", "Controladora" ou "Americanas"), identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas.

Não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas da Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Plano de Recuperação Judicial - análise de continuidade operacional e avaliação de valor recuperável de ativos

Conforme Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em 19 de janeiro de 2023, a Americanas e determinadas controladas diretas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, cujo processamento foi deferido, na mesma data, pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo"), nos termos da Lei nº 11.101/2005. Em 20 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os termos e condições propostos para o Plano de Recuperação Judicial ("Plano") e sua apresentação ao Juízo. Posteriormente, conforme divulgado em fato relevante de 11 de julho de 2023, o Juízo deferiu pedido de prorrogação do prazo previsto no artigo 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/2005, para a suspensão de todas as ações e execuções existentes contra a Americanas e suas controladas, bem como da exigibilidade dos créditos concursais, por 180 (cento e oitenta) dias contados do término do *stay period* concedido no momento do deferimento do pedido de Recuperação Judicial. Até a emissão desse relatório, não ocorreu a Assembleia Geral de Credores ("AGC") para aprovação do Plano.

Também conforme Nota Explicativa nº1 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas vêm empreendendo esforços, em conjunto com seus assessores financeiros e legais, em todas as jurisdições nas quais tais medidas sejam necessárias, mediante a condução de negociações com credores financeiros e não financeiros, visando à repactuação de dívidas, em especial as financeiras, fortalecimento da sua estrutura de capital e otimização de sua liquidez e perfil de endividamento. Como forma de manter o curso normal dos negócios da Companhia e suas controladas e reforçar a sua liquidez, o Conselho de Administração da Companhia aprovou e o “Juízo” autorizou, em 09 de fevereiro de 2023, financiamento extraconcursal na modalidade “*debtor-in-possession*” (DIP), por meio de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para colocação privada, no valor de até R\$ 2 bilhões (“Financiamento DIP”). A primeira tranche do Financiamento DIP foi integralizada pelos acionistas de referência da Companhia, mediante aportes no valor de R\$ 1.002.603 mil em 13 de fevereiro de 2023 e no valor de R\$ 500.632 mil em 6 de outubro de 2023. Em 10 de outubro de 2023, a Companhia divulgou fato relevante a respeito das negociações conduzidas junto aos credores financeiros e proposta apresentada com o auxílio de assessor externo e que envolve, dentre outras etapas, o compromisso dos acionistas de referência de realizar aporte, em aumento de capital privado, no valor de R\$ 12 bilhões (considerando os recursos já aportados no Financiamento DIP). Até a data de conclusão de nossos trabalhos, as negociações entre a Companhia e seus credores ainda se encontram em andamento, inclusive perante o Poder Judiciário e incluindo, discussões e questionamentos sobre o Plano e sobre o quadro geral de credores.

Em decorrência desses assuntos: (i) discussões e questionamentos sobre o Plano e sobre a posição de endividamento da Companhia e suas controladas; e (ii) da pervasividade existente no contexto da elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e dos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021, bem como no cenário de múltiplas incertezas, não nos foi possível reunir evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir se a utilização do pressuposto de continuidade operacional é apropriada, nem tampouco quais seriam os efeitos sobre os saldos (individuais e consolidados) dos ativos, passivos e elementos componentes das demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), caso as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, não fossem preparadas considerando esse pressuposto.

Adicionalmente, a Administração preparou um teste de valor recuperável de ativos que não atendeu plenamente o Pronunciamento Técnico CPC 01 R1 / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperação de Ativos, em razão da impraticabilidade de uso de premissas que não considerassem as inconsistências contábeis mencionadas nas Notas Explicativas nºs 1 e 2 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

No contexto de incerteza relevante de continuidade operacional, que pode afetar significativamente a capacidade de investimento da Companhia, suas controladas e seu investimento em controlada em conjunto, nas operações futuras de cada uma dessas sociedades, o que resultaria em potencial desvalorização dos ativos, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação aos saldos (individuais e consolidados) dos ativos não financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e aos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021, no que diz respeito aos elementos componentes das demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Investigação independente em curso e outros aspectos de governança

Conforme Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em 11 de janeiro de 2023, a Companhia divulgou fato relevante comunicando que tinham sido detectadas inconsistências em lançamentos contábeis redutores da conta fornecedores realizados em exercícios anteriores, incluindo o exercício de 2022. Numa análise preliminar, a área contábil da Companhia estimava que os valores das inconsistências seriam na dimensão de R\$ 20 bilhões na data-base de 30 de setembro de 2022, não sendo possível, na ocasião, determinar todos os impactos de tais inconsistências nas demonstrações de resultado e nos balanços patrimoniais, individuais e consolidados, da Companhia. Entre as inconsistências mencionadas acima, a área contábil da Companhia identificou a existência de operações de financiamentos de compras em valores da mesma ordem acima, ou seja, R\$ 20 bilhões, nas quais a Companhia seria devedora perante instituições financeiras e que não se encontravam devidamente reconhecidas em suas demonstrações contábeis históricas, individuais e consolidadas. Adicionalmente, o Conselho de Administração decidiu criar um Comitê Independente para apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências contábeis (“Comitê Independente”). O Comitê Independente tem, dentre outras, a função de aprovar os prestadores de serviços que conduzem a investigação independente na Companhia, bem como ajustar os respectivos planos de trabalho para a investigação. Em janeiro de 2023, foi iniciada a investigação por profissionais especializados, externos e independentes em relação à Companhia. Esses profissionais executaram extrações e processamento de dados e informações, realizaram entrevistas com ex-executivos e profissionais da Companhia, elaboraram materiais preliminares com o objetivo de atualizar a Administração e o Conselho de Administração da Companhia sobre o andamento e “achados” durante a investigação independente, contemplando, inclusive, a avaliação das informações prestadas pelos signatários da carta de representação entregue aos auditores independentes.

Em 03 de fevereiro de 2023, a Companhia divulgou fato relevante a respeito do afastamento de diretores estatutários e executivos da Companhia e de suas controladas, considerando outras medidas já implementadas e que, conforme descrito no mesmo fato relevante, tiveram o objetivo de garantir a integridade e preservação de informações e documentos da Companhia e contribuir com as apurações em curso.

Complementarmente, como também mencionado na referida Nota Explicativa e em fatos relevantes divulgados em 13 e 14 de junho de 2023, assessores jurídicos da Companhia (“Assessores”) apresentaram ao Conselho de Administração relatório contendo “achados” preliminares acerca dos fatos narrados no fato relevante de 11 de janeiro de 2023 sobre lançamentos contábeis (“Relatório”). O Relatório indica que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia e suas controladas vinham sendo “fraudadas pela sua diretoria anterior”, bem como trazem esclarecimentos adicionais sobre o contexto das inconsistências de registros contábeis em relação à Verba de Propaganda Cooperada (VPC), ausência de registro contábil de juros sobre operações financeiras e contratação de operações de financiamento de compras (risco sacado, *forfait* ou *confirming*), representando impacto nos resultados da Companhia ao longo do tempo e redução de dívida financeira bruta.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, os levantamentos e as avaliações das distorções foram realizados pela Companhia, e os seus impactos foram registrados nessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de 2022, em relação às demonstrações contábeis comparativas de 2021, e nos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021.

Além dos assuntos mencionados acima, destacamos que, com base em informações recebidas do Comitê Independente, informações obtidas com a Companhia e informações públicas:

- A investigação conduzida pelo Comitê Independente ainda está em curso, de modo que documentos e informações ainda estão sob revisão, inclusive quanto à sua integridade e suficiência. Ainda estão sendo realizados procedimentos e protocolos da investigação que consideram eventos ocorridos até a data do fato relevante de 11 de janeiro de 2023. Até a presente data, não recebemos relatórios e não tivemos acesso a nenhuma conclusão dessa investigação independente;
- Encontram-se em andamento diversos processos administrativos instaurados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal e pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. ("B3"), dentre outros procedimentos, envolvendo, inclusive, acordos de colaboração de ex-executivos. Com exceção de decisão da B3 divulgada pela Companhia em fato relevante de 08 de novembro de 2023, essas investigações são conduzidas sob sigilo e, por isso, não tivemos acesso ao seu conteúdo até a data de emissão de nosso relatório;
- Em 08 de novembro de 2023, fomos informados pela Administração da Companhia acerca de investigação interna, originada de canal de denúncia. Essa investigação está sendo conduzida pela Administração da Companhia e comunicada aos demais órgãos da governança da Companhia. Em função da situação anteriormente descrita, não tivemos condições de avaliar os possíveis impactos, dessa investigação interna, sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Esse assunto não foi considerado no planejamento dos nossos procedimentos de auditoria.

Diante da identificação de deficiências significativas nos controles internos e ambiente de tecnologia da Companhia, do fato de a sanção imposta pela B3 no sentido de suspensão da Companhia do Novo Mercado ainda estar sujeita a recurso com efeito suspensivo, do fato de haver investigação em curso conduzida pelo Comitê Independente dentro da extensão do plano de trabalho definido, além dos fatos mencionados anteriormente, a obtenção de evidências apropriadas e suficientes não foi possível nem mesmo com (i) procedimentos de avaliação de processos e análises de lançamentos manuais e outros ajustes realizados nos registros contábeis durante a elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e nos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021, visando apurar a existência de ajustes significativos anormais ou incomuns, o entendimento e a avaliação das razões pelas quais os ajustes foram realizados pela Companhia e suas controladas, assim como (ii) verificação e análise de documentos e transações existentes, principalmente de resultado.

Dessa forma, não podemos assegurar, até a presente data, a existência ou não de efeitos que possam resultar em alterações significativas nessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, assim como nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, comparativas de 2021 e nos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021, incluindo aspectos relacionados à insuficiência de divulgação nas Notas Explicativas.

Avaliação de estoques e seus reflexos no contexto da contratação subsequente dos auditores independentes

Fomos nomeados auditores da Companhia e suas controladas após 31 de dezembro de 2022 e, portanto, não acompanhamos as contagens físicas dos estoques no início e no final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 para fins de elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, desses exercícios e dos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021. Não nos foi possível concluir por meios alternativos quanto aos saldos na Rubrica "Estoques" em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e nos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021, cujos montantes são, respectivamente, na Companhia de R\$ 3.611.203 mil, R\$ 4.930.933 mil e R\$ 1.595.585 mil e, respectivamente, no consolidado de R\$ 3.700.280 mil, R\$ 5.303.972 mil e R\$ 1.701.658 mil, e quanto à Rubrica "Custos das Mercadorias Vendidas" em relação aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, cujos montantes são, respectivamente, na Companhia de R\$ 19.088.846 mil e R\$ 17.588.359 mil e, respectivamente, no consolidado de R\$ 20.192.083 mil e R\$ 17.982.422 mil, e determinar a existência de eventuais efeitos sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e dos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021.

Confirmação de saldos e transações com instituições financeiras - aspectos impeditivos de reunir evidências de auditoria apropriadas e suficientes

Realizamos o procedimento de auditoria de confirmação de saldos, transações e informações com terceiros, incluindo as instituições financeiras no Brasil e no exterior, com que a Companhia e suas controladas operaram, em relação aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e dos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021, com os seguintes resultados:

- Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não obtivemos a totalidade das respostas de instituições financeiras relacionadas às controladas: ST Global Sourcing HK Limited (uma solicitação não respondida), Shipp do Brasil Tecnologia Ltda. (uma solicitação não respondida), Digital Finance Ltda. (uma solicitação não respondida) e Grupo Uni.Co S.A. (uma solicitação não respondida);
- Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não obtivemos a totalidade das respostas de instituições financeiras relacionadas à Companhia (duas solicitações não respondidas), e as respostas não obtidas em relação às controladas: ST importações Ltda. - Em recuperação judicial (uma solicitação não respondida), ST Global Sourcing HK Limited (uma solicitação não respondida), QSM Distribuição e Logística Ltda. (uma solicitação não respondida), IF Capital Ltda. (uma solicitação não respondida), Direct Express Logística Integrada S.A. (uma solicitação não respondida), Digital Finance Ltda. (uma solicitação não respondida), Click Rodo Entregas Ltda. (uma solicitação não respondida), BWU Entretenimento Ltda. (duas solicitações não respondidas), BIT Services Ltda. (uma solicitação não respondida) e B2W Rental Ltda. (uma solicitação não respondida);
- Em relação aos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021, não obtivemos a totalidade das respostas de instituições financeiras relacionadas à Companhia (quatro solicitações não respondidas), e as respostas não obtidas em relação às controladas: Supernow Portal e Serviços de Internet Ltda (uma solicitação não respondida), ST Importações Ltda. - Em recuperação judicial (uma solicitação não respondida), ST Global Sourcing HK Limited (uma solicitação não respondida), QSM Distribuição e Logística Ltda. (uma solicitação não respondida), Direct Express Logística Integrada S.A. (uma solicitação não respondida), Click Rodo Entregas Ltda. (uma solicitação não respondida), BIT Services Ltda. (uma solicitação não respondida) e B2W Rental Ltda. (uma solicitação não respondida).

Diante das circunstâncias acima, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes, inclusive por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, nem formar uma opinião quanto aos possíveis efeitos dessas limitações e seus impactos sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e nos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021, e, nem sobre as demonstrações contábeis consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, considerando, dentre outros aspectos, divulgações em notas explicativas, transações e saldos relacionados às instituições financeiras. Em relação ao Risco Sacado não obtivemos a confirmação das transações em relação a uma instituição financeira, na Companhia e consolidado, cujos montantes são, em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 295.950 mil e, em 1º de janeiro de 2021, de R\$ 299.584 mil.

Auditoria da controlada AME Digital

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia possui investimentos e outras transações em montantes significativos com a controlada AME Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda., que a partir de 2021 passou a ser subsidiária da Ame Holding Ltda. ("AME Digital"). Contudo, até a data da emissão desse relatório, os procedimentos de auditoria na controlada AME Digital ainda não haviam sido concluídos em sua totalidade, de forma que não nos foi possível reunir evidências de auditoria apropriadas e suficientes, em relação a potenciais impactos que possam ser gerados sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e dos saldos em 1º de janeiro de 2021. A Companhia possui saldo e transações registradas na rubrica contábil Investimentos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e em 1º de janeiro de 2021, nos montantes de R\$ 234.515 mil, R\$ 854.134 mil e R\$ 110.829 mil, respectivamente, bem como no Resultado de Equivalência Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021, de R\$ 15.089 mil (ganho) e R\$ 437.137 mil (perda), respectivamente.

Composição e análises de saldos da reestruturação societária de Lojas Americanas S.A. em 2021 - aspectos impeditivos de reunir evidências de auditoria apropriadas e suficientes

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 1, 2 e 14 (b) às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia identificou e procedeu a ajustes nas cifras comparativas de 31 de dezembro de 2021 e em 1º de janeiro de 2021 (sendo parcialmente realizados em 10 de junho de 2021, em relação aos impactos estimados da posição do acervo líquido das Lojas Americanas S.A., incorporada nessa data de forma parcial), diante dos fatos relevantes divulgados em 11 de janeiro, 13 de junho e 14 de junho de 2023 e das incorreções contábeis detectadas na investigação independente em curso e em levantamentos realizados pela Administração. Essas distorções foram corrigidas sobre as bases de elaboração de demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, originalmente divulgadas e que contemplavam os acervos líquidos incorporados das Lojas Americanas S.A. em 10 de junho de 2021 e 10 de dezembro de 2021, respectivamente de R\$ 6.429.362 mil e R\$ 146.204 mil.

Não nos foram apresentadas as bases de tais informações contábeis e as análises realizadas pela Administração da Companhia, nem nos foi confirmado se o acervo líquido contábil da Lojas Americanas S.A. foi adequadamente levantado e incorporado nas datas acima mencionadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Consequentemente, não nos foi possível reunir evidências apropriadas e suficientes para concluir sobre essas informações e se suas respectivas divulgações estão apropriadas e suficientes.

Reapresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, comparativas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e ajustes de saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021 - circunstâncias impeditivas de reunir evidências de auditoria apropriadas e suficientes

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia identificou e procedeu a ajustes nas cifras comparativas de 31 de dezembro de 2021 e nos saldos em 1º de janeiro de 2021 (sendo parcialmente realizados em 10 de junho de 2021, em relação aos impactos estimados da posição de ativos líquidos das Lojas Americanas S.A., incorporada nessa data de forma parcial), diante dos fatos relevantes divulgados em 11 de janeiro, 13 de junho e 14 de junho de 2023 e das incorreções contábeis detectadas nas investigações em curso e em levantamentos realizados pela Administração, envolvendo principalmente os impactos decorrentes de registro de verbas de propaganda cooperada (VPC) em diversas rubricas contábeis, reclassificação de transações de risco sacado, reclassificação de endividamento financeiro, remensuração de riscos com contingências, baixa de recebíveis com dificuldade de realização no contas a receber, recuperação de ativos não financeiros (investimentos, imobilizado, intangível, incluindo ágio com base em expectativa de rentabilidade futura, marcas), pressuposto de reconhecimento de arrendamentos (ativo direito de uso e passivo de arrendamento), conforme o CPC 06 R2 - Arrendamentos (IFRS 16 - Leases), além de outros aspectos decorrentes de análise de conciliação de saldos contábeis. Essas distorções foram corrigidas sobre as bases de elaboração de demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, originalmente divulgadas, cujos trabalhos de auditoria foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram (i) relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com data de 24 de fevereiro de 2022, sem ressalvas; e (ii) relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, com data de 1º de março de 2021, sem ressalvas, cujas informações específicas, relacionadas ao balanço patrimonial nessa data, foram consideradas para fins de saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021, nessas demonstrações contábeis tomadas em conjunto, cuja documentação da auditoria não tivemos acesso.

Em razão dos fatos relevantes divulgados pela Companhia e informações em notas explicativas no contexto da investigação independente em curso, mencionados anteriormente, há pervasividade de múltiplas incertezas que podem existir no contexto de elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, reapresentadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e dos ajustes em saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021. Além desses fatores, não foi possível, nas circunstâncias, determinar a existência de eventuais efeitos na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, reapresentadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e sobre as informações contábeis e nos ajustes realizados em saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021, apresentados para fins comparativos, tomadas em conjunto, e os seus impactos em relação a demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto, assim como a suficiência e bases de informações utilizadas na preparação das notas explicativas, considerando as limitações para obtenção de evidências de auditoria apropriadas e suficientes relacionadas aos seguintes fatores:

- Os reflexos na continuidade operacional da Companhia e suas controladas em decorrência da recuperação judicial, da investigação independente não concluída e demais aspectos relacionados a governança, já mencionados anteriormente;
- Os estoques e seus reflexos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em vista da contratação subsequente dos auditores independentes, já mencionados anteriormente;

- O fato de que não nos foram apresentadas composições e análises suficientes, nem documentações e bases de dados que nos permitissem validar as suas extrações sistêmicas, reunir evidências de auditoria apropriadas e suficientes e verificar se as suas divulgações em notas explicativas estão adequadamente apresentadas pela Companhia e suas controladas, sobre os saldos das rubricas: Fornecedores (em 31 de dezembro de 2021, na Companhia: R\$ 11.067.769 mil e no consolidado: R\$ 10.970.297 mil; e em 1º de janeiro de 2021, na Companhia: R\$ 4.769.342 mil e no consolidado: R\$ 4.906.687 mil), Adiantamentos recebidos de clientes (em 31 de dezembro de 2021, na Companhia: R\$ 132.252 mil e no consolidado: R\$ 720.087 mil), Outros Passivos Circulantes (em 31 de dezembro de 2021, na Companhia: R\$ 899.006 mil e no consolidado: R\$ 1.157.985 mil; e em 1º de janeiro de 2021, na Companhia: R\$ 225.767 mil e no consolidado: R\$ 398.345 mil) e Outros Passivos Não Circulantes (em 31 de dezembro de 2021, na Companhia: R\$ 153.515 mil e no consolidado: R\$ 157.573 mil);
- A ausência de confirmação de saldos, transações e informações com terceiros, como já mencionado anteriormente, com relação às instituições financeiras;
- A insuficiência de informações essenciais e suporte documental na preparação dos laudos de alocação de preço de compra para fins de determinação do ágio com expectativa de rentabilidade futura que são requeridos pelo Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinações de negócios, em relação às (i) aquisições realizadas em 2021 referentes ao negócio "HNT" e ao controle do Grupo Uni.Co S.A., por meio da controlada IF Capital Ltda.; e (ii) aquisições relevantes ocorridas anteriormente a 2021;
- O fato de que a Administração preparou um teste de valor recuperável de ativos que não atendeu plenamente o Pronunciamento Técnico CPC 01 R1 / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperação de Ativos, em razão da impraticabilidade de uso de premissas que não considerassem as inconsistências contábeis mencionadas nas Notas Explicativas nºs 1 e 2 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em 2021 e em 1º de janeiro de 2021, como já mencionado;
- As considerações existentes sobre os procedimentos de auditoria na controlada AME Digital ainda não concluídos em sua totalidade, mencionados anteriormente e seus impactos na Companhia e consolidado;
- O fato de que não foram obtidas evidências de auditoria suficientes em relação às informações contábeis dos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2022 do Grupo Uni.Co S.A., tendo em vista que os trabalhos de auditoria referentes a essa sociedade e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, os quais emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com data de 4 de abril de 2022, sem ressalvas, mas, até o momento de emissão do nosso relatório, não tivemos acesso a essa documentação de auditoria;
- O fato de não ter sido possível reunir evidências em relação à reestruturação das Lojas Americanas S.A. em 2021, mencionada anteriormente.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado individuais e consolidadas - informação suplementar

Fomos contratados também para examinar, em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia e suas controladas, as demonstrações, individuais e consolidadas, do Valor Adicionado (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Todavia, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas", também não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações, individuais e consolidadas, em relação às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações, contábeis individuais e consolidadas, da Companhia e suas controladas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido à relevância dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2023.



Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras
Individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022,
31 de dezembro de 2021 e 1º de janeiro de 2021

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022, 2021 E EM 1º DE JANEIRO DE 2021

(Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado	01/01/2021 Reapresentado	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado	01/01/2021 Reapresentado
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.412.711	2.379.064	6.630.363	2.477.168	2.626.157	6.634.287
Títulos e valores mobiliários	8	2.081.719	3.253.854	4.251.702	3.595.767	4.224.180	4.411.377
Contas a receber de clientes	9	5.009.776	6.502.168	1.787.769	5.469.816	7.005.181	1.838.917
Contas a receber - Partes relacionadas	13	39.079	28.246	6.662	286	-	-
Estoques	10	3.611.203	4.930.933	1.595.585	3.700.280	5.303.972	1.701.658
Impostos a recuperar	11	1.515.161	973.344	916.196	1.666.528	1.112.141	954.352
Despesas antecipadas		40.762	31.799	9.673	63.653	85.315	23.663
Outros ativos circulantes		34.663	292.002	32.114	75.214	414.569	36.236
Total do ativo circulante		14.745.074	18.391.410	15.230.064	17.048.712	20.771.515	15.600.490
NÃO CIRCULANTE							
Títulos e valores mobiliários	8	178.189	89.503	80.592	43.547	73.345	80.592
Impostos a recuperar	11	3.791.521	4.063.016	260.854	3.794.158	4.078.196	260.854
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	24 (a)	524.900	318.481	82.143	551.227	348.050	83.993
Contas a receber - Partes relacionadas	13	16.167	2.266	39.462	13.832	-	-
Contas a receber de acionistas - Plano de subscrição de ações		9.142	7.990	-	9.142	7.990	-
Outros ativos não circulantes		25.544	17.458	4	26.373	24.579	6.077
Investimentos	14	1.570.561	3.948.625	414.419	535.024	8.558	108.847
Imobilizado	15	2.898.466	2.224.853	-	2.952.864	2.671.189	33.475
Intangível	16	918.898	-	-	958.577	3.694.433	165.151
Ativo de direito de uso	17	5.300.591	4.890.005	190.641	5.358.804	5.840.319	225.256
Total do ativo não circulante		15.233.979	15.562.197	1.068.115	14.243.548	16.746.659	964.245
TOTAL DO ATIVO		29.979.053	33.953.607	16.298.179	31.292.260	37.518.174	16.564.735

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
			Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
CIRCULANTE							
Fornecedores	18	6.476.179	11.067.769	4.769.342	6.665.065	10.970.297	4.906.687
Risco Sacado	19	15.909.739	14.171.071	6.818.332	15.909.739	14.171.071	6.818.332
Empréstimos e financiamentos	20	9.365.678	4.820.996	4.456.024	17.386.208	11.570.971	7.377.037
Contas a pagar - Partes relacionadas	13	1.514.296	167.848	376.617	16.114	11.678	113.908
Debêntures	21	11.657.606	7.868.964	2.946.186	5.363.316	2.148.711	391.035
Salários, provisões e contribuições sociais		223.234	183.279	45.881	295.727	305.795	75.189
Contas a pagar - Combinação de negócios	22	10.494	-	1.234	51.072	41.761	1.234
Tributos a recolher	23	1.147.413	578.744	81.764	1.183.022	638.287	98.304
Imposto de renda e contribuição social	12	-	-	3.154	8.891	7.761	4.258
Dividendos e participações propostos		-	508.306	-	-	508.306	-
Provisão para processos judiciais e contingências	24	191.276	64.412	19.949	193.519	125.085	55.769
Adiantamento recebido de clientes		91.702	132.252	98.264	1.056.216	720.087	98.456
Passivo de arrendamento	17	491.433	382.267	62.535	507.501	635.320	76.667
Outros passivos circulantes		1.134.987	899.006	225.767	1.302.685	1.157.985	398.345
		<u>48.214.037</u>	<u>40.844.914</u>	<u>19.905.049</u>	<u>49.939.075</u>	<u>43.013.115</u>	<u>20.415.221</u>
NÃO CIRCULANTE							
Provisão para processos judiciais e contingências	24	1.591.497	461.370	37.430	1.779.873	767.079	105.454
Contas a pagar - Combinação de negócios	22	135.162	14.558	13.210	322.329	351.180	13.210
Passivo de arrendamento	17	5.576.506	5.063.147	126.089	5.620.708	5.851.128	148.428
Provisão para perdas em investimentos	14	833.631	38.004	336.430	-	-	1.832
Outros passivos não circulantes		294.841	153.515	86.950	296.896	157.573	87.569
Total do passivo não circulante		<u>8.431.637</u>	<u>5.730.594</u>	<u>600.109</u>	<u>8.019.806</u>	<u>7.126.960</u>	<u>356.493</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	26 (a)	15.430.437	14.882.609	12.340.651	15.430.437	14.882.609	12.340.651
Adiantamento para futuro aumento de capital		820	-	-	820	-	-
Reservas de capital		146.947	262.470	47.140	146.947	262.470	47.140
Reservas de lucros		-	1.212.941	-	-	1.212.941	-
Outros resultados abrangentes		(1.401.090)	(347.320)	(148.012)	(1.401.090)	(347.320)	(148.012)
Ações em tesouraria	26 (c)	(203)	(227.604)	-	(203)	(227.604)	-
Prejuízos acumulados		(40.843.532)	(28.404.997)	(16.446.758)	(40.843.532)	(28.404.997)	(16.446.758)
Total do patrimônio líquido		<u>(26.666.621)</u>	<u>(12.621.901)</u>	<u>(4.206.979)</u>	<u>(26.666.621)</u>	<u>(12.621.901)</u>	<u>(4.206.979)</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>29.979.053</u>	<u>33.953.607</u>	<u>16.298.179</u>	<u>31.292.260</u>	<u>37.518.174</u>	<u>16.564.735</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
			Reapresentado		Reapresentado
Receita operacional líquida	28	23.652.904	21.603.099	25.808.906	22.521.175
Custo das mercadorias e serviços vendidos	29	(19.248.640)	(17.592.749)	(20.785.218)	(18.630.221)
Lucro bruto		4.404.264	4.010.350	5.023.688	3.890.954
Receitas (Despesas) operacionais					
Vendas	30	(5.147.674)	(4.496.949)	(4.855.800)	(4.401.745)
Gerais e administrativas	30	(2.796.987)	(1.923.882)	(4.183.560)	(2.044.542)
Resultado de equivalência patrimonial		(254.658)	(330.852)	6.673	(83.812)
Outras despesas operacionais líquidas	30	(3.763.484)	(1.763.890)	(3.801.328)	(1.851.377)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(7.558.539)	(4.505.223)	(7.810.327)	(4.490.522)
Receitas financeiras		573.879	1.095.046	793.876	1.202.810
Despesas financeiras		(5.812.696)	(2.669.845)	(6.025.869)	(2.785.023)
Resultado financeiro	31	(5.238.817)	(1.574.799)	(5.231.993)	(1.582.213)
Prejuízo antes do Imposto de renda e da contribuição social		(12.797.356)	(6.080.022)	(13.042.320)	(6.072.735)
Imposto de renda e Contribuição Social					
Correntes		(58.615)	(102.283)	(100.877)	(92.398)
Diferidos	12	(55.567)	(55.057)	231.659	(72.229)
Prejuízo do exercício		(12.911.538)	(6.237.362)	(12.911.538)	(6.237.362)
Atribuível aos acionistas controladores		(12.911.538)	(6.237.362)	(12.911.538)	(6.237.362)
Prejuízo por ação básico e diluído	32	(14,3973)	(8,3229)	(14,3973)	(8,3229)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(12.911.538)	(6.237.362)	(12.911.538)	(6.237.362)
Outros resultados abrangentes				
Hedge de fluxo de caixa	(410.715)	(634.734)	(410.715)	(634.734)
Efeitos tributários	139.643	343.690	139.643	343.690
Outros resultados abrangentes - Hedge de fluxo de caixa de controladas	(423.586)	450.805	(423.586)	450.805
Efeitos tributários decorrentes de ajustes do acervo incorporado	484.527	-	484.527	-
Variação cambial de investida no exterior	(2.465)	5.576	(2.465)	5.576
Total de outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes	(212.596)	165.337	(212.596)	165.337
Total do resultado abrangente	<u>(13.124.134)</u>	<u>(6.072.025)</u>	<u>(13.124.134)</u>	<u>(6.072.025)</u>
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(13.124.134)	(6.072.025)	(13.124.134)	(6.072.025)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		Reapresentado		Reapresentado
Receitas				
Vendas de Mercadorias e Serviços	28.111.342	25.301.824	31.937.474	26.493.937
Outras Receitas / Despesas	(1.508.560)	(301.564)	(2.081.072)	(240.533)
Perdas (ganhos) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(124.921)	(73.367)	(179.824)	(75.619)
	<u>26.477.861</u>	<u>24.926.893</u>	<u>29.676.578</u>	<u>26.177.785</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(22.544.897)	(20.181.754)	(23.623.962)	(21.075.427)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.157.538)	(4.361.033)	(5.648.826)	(4.372.399)
	<u>(26.702.435)</u>	<u>(24.542.787)</u>	<u>(29.272.788)</u>	<u>(25.447.826)</u>
Valor Adicionado Bruto	<u>(224.574)</u>	<u>384.106</u>	<u>403.790</u>	<u>729.959</u>
Depreciação e Amortização	(1.466.442)	(966.045)	(1.608.238)	(1.048.002)
Reversão/ Perda por <i>Impairment</i>	(2.362.708)	(1.610.483)	(2.362.708)	(1.623.076)
Valor Adicionado Líquido Produzido	<u>(4.053.724)</u>	<u>(2.192.422)</u>	<u>(3.567.156)</u>	<u>(1.941.119)</u>
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(254.658)	(330.852)	6.673	(83.812)
Receitas financeiras	573.879	1.095.046	793.876	1.202.810
Valor Adicionado Total a distribuir	<u>(3.734.503)</u>	<u>(1.428.228)</u>	<u>(2.766.607)</u>	<u>(822.121)</u>
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	1.205.677	787.929	1.784.033	1.091.680
Benefícios	265.750	169.310	331.952	196.907
FGTS	90.111	48.889	136.436	72.758
	<u>1.561.538</u>	<u>1.006.128</u>	<u>2.252.421</u>	<u>1.361.345</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	175.573	237.977	43.502	258.780
Estaduais	1.238.278	779.235	1.323.373	827.942
Municipais	119.932	64.854	170.215	99.367
	<u>1.533.783</u>	<u>1.082.066</u>	<u>1.537.090</u>	<u>1.186.089</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	5.812.696	2.669.845	6.025.869	2.785.023
Aluguéis	250.233	49.328	274.052	67.621
Outras	18.785	1.767	55.499	15.163
	<u>6.081.714</u>	<u>2.720.940</u>	<u>6.355.420</u>	<u>2.867.807</u>
Remuneração de Capitais Próprios				
Prejuízo do exercício	(12.911.538)	(6.237.362)	(12.911.538)	(6.237.362)
	<u>(12.911.538)</u>	<u>(6.237.362)</u>	<u>(12.911.538)</u>	<u>(6.237.362)</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>(3.734.503)</u>	<u>(1.428.228)</u>	<u>(2.766.607)</u>	<u>(822.121)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Controladora e Consolidado										
	Reservas de Capital				Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Plano de subscrição de ações	Reserva especial de ágio na incorporação	Legal	Para novos empreendimentos				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	12.340.651	-	47.140	-	-	-	-	(97.688)	(2.804.397)	9.485.706
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	(50.324)	(13.642.361)	(13.692.685)
Saldos em 1º de janeiro de 2021 - Reapresentado	12.340.651	-	47.140	-	-	-	-	(148.012)	(16.446.758)	(4.206.979)
Acervo Líquido incorporado - Base 31/12/2020	5.264.261	-	90.885	-	108.903	894.857	-	(86.754)	-	6.272.152
Movimentação acervo líquido incorporado – 01/01/2021 a 10/06/2021	-	-	13.643	-	-	-	-	(72.455)	216.022	157.210
Absorção de Prejuízos acumulados	(2.804.397)	-	-	-	-	-	-	-	2.804.397	-
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	(45.675)	-	(45.675)
Gastos com Emissão de Ações	(27.117)	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.117)
Ágio incorporado - AGE 10/12/2021	1.614	-	-	144.590	-	-	-	-	-	146.204
Aumento de capital - Oferta privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - Plano de ações	30.455	-	-	-	-	-	-	-	-	30.455
Aumento de capital com emissão de plano de ação	77.142	-	(77.142)	-	-	-	-	-	-	-
Plano de opção de ações	-	-	43.354	-	-	-	-	-	-	43.354
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	-	-	(227.604)	-	-	(227.604)
Variação cambial de investida no exterior	-	-	-	-	-	-	-	5.576	-	5.576
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.237.362)	(6.237.362)
Reserva de lucros incorporados - deliberação de assembleia	-	-	-	-	-	216.022	-	-	(216.022)	-
Reservas de lucros - deliberação de assembleia	-	-	-	-	27.190	-	-	-	(27.190)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(34.031)	-	-	(516.605)	(550.636)
Ajuste acervo incorporado	-	-	-	-	-	-	-	-	(537.523)	(537.523)
Ajustes acervo LASA em 10/06/2021	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.443.956)	(7.443.956)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	14.882.609	-	117.880	144.590	136.093	1.076.848	(227.604)	(347.320)	(28.404.997)	(12.621.901)

Controladora e Consolidado										
	Reservas de Capital				Reservas de lucros		Ações em tesouraria	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Plano de subscrição de ações	Reserva especial de ágio na incorporação	Legal	Para novos empreendimentos				
Saldos em 1º de janeiro de 2022	14.882.609	-	117.880	144.590	136.093	1.076.848	(227.604)	(347.320)	(28.404.997)	(12.621.901)
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	(1.051.306)	-	(1.051.306)
Aumento de capital - Plano de ações	50.886	-	-	-	-	-	-	-	-	50.886
Aumento de capital com emissão de plano de ação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital por subscrição de ações	468.040	-	-	-	-	-	-	-	-	468.040
Aumento de capital por incorporação de reservas	28.902	-	(28.902)	-	-	-	-	-	-	-
Plano de opção de ações	-	-	57.969	-	-	-	-	-	-	57.969
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	820	-	-	-	-	-	-	-	820
Crédito tributário sobre Gastos com Emissão de Ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	-	-	(589.295)	-	-	(589.295)
Ações em tesouraria alienadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria canceladas	-	-	-	-	-	(816.684)	816.696	-	-	12
Ajuste Transferência Controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial de investida no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(2.464)	-	(2.464)
Recuperação de crédito de Pis/COFINS sobre custo de capitação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.911.538)	(12.911.538)
Reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes acervo LASA em 10.06.2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de Prejuízos acumulados	-	-	-	(144.590)	(136.093)	(260.164)	-	-	540.847	-
Ajustes acervo incorporado	-	-	-	-	-	-	-	-	(67.844)	(67.844)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15.430.437	820	146.947	-	-	-	(203)	(1.401.090)	(40.843.532)	(26.666.621)

As notas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(12.911.538)	(6.237.362)	(12.911.538)	(6.237.362)
Ajustes ao prejuízo do exercício					
Depreciação e Amortização	15/16/17	1.466.442	966.045	1.608.238	1.048.002
Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente		114.182	(157.340)	(130.782)	(164.627)
Juros, variações monetárias e cambiais		2.722.791	1.330.723	2.828.074	1.374.767
Equivalência Patrimonial		254.658	330.852	(6.673)	83.812
Ajuste ao Valor Justo - Combinação de negócios		(169.650)	-	(169.650)	-
Constituição de provisão para contingências		1.387.828	99.548	1.436.831	154.228
Reversão de provisão para processos judiciais e contingências		(283.176)	(40.155)	(507.137)	(86.217)
Provisão para <i>impairment</i>		2.362.708	1.610.483	2.362.708	1.623.076
Outros		(106.133)	493.549	(942.320)	433.556
Prejuízo ajustado		(5.161.888)	(1.603.657)	(6.432.249)	(1.770.765)
Redução(aumento) nos ativos operacionais					
Contas a receber		1.498.633	(2.990.821)	1.550.502	(3.964.222)
Estoques		2.160.327	(969.126)	2.444.289	(1.124.006)
Impostos a recuperar		(270.322)	(1.172.126)	(270.349)	(1.202.082)
Despesas antecipadas		(8.963)	35.607	21.662	28.390
Depósitos judiciais		(207.270)	(31.696)	(204.028)	(33.162)
Outras contas a receber (circulante e não circulante)		248.095	48.898	562.646	139.018
		3.420.500	(5.079.264)	4.104.722	(6.156.064)
Aumento(redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		(4.591.590)	3.416.990	(4.305.232)	3.529.933
Risco Sacado		1.738.668	2.800.060	1.738.668	2.800.060
Salários, encargos e contribuições sociais		39.955	16.964	(10.068)	(1.367)
Tributos a recolher (circulante e não circulante)		568.669	(71.706)	544.735	(62.519)
Pagamento de contingências		(72.061)	(33.911)	(73.774)	(60.142)
Outras obrigações (circulante e não circulante)		139.770	(21.930)	506.186	642.925
Contas a receber/pagar empresas ligadas		1.321.714	(102.029)	(9.396)	28.394
		(854.875)	6.004.438	(1.608.881)	6.877.284
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	20 (b)/21 (b)	(1.495.046)	(918.753)	(1.559.217)	(924.794)
Juros pagos sobre arrendamentos	17	(663.227)	(562.118)	(702.256)	(572.886)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(7.846)	(9.698)	(17.315)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(4.754.536)	(2.167.200)	(6.207.579)	(2.564.540)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários		1.083.449	2.575.104	658.211	2.149.232
Aquisição de imobilizado	15	(546.067)	(392.422)	(623.216)	(445.556)
Aquisição de intangível	16	(1.224.463)	(918.485)	(1.383.759)	(1.167.560)
Aumento de capital em controladas, coligadas e controladas em conjunto		(681.392)	(3.433.232)	(22.850)	(173.150)
Aquisições de participações societárias		-	-	1.048.306	-
Valor pago em combinações de negócios e ajuste de preço		109.532	(1.698)	-	(2.307.367)
Dividendos recebidos		44.631	-	1.200	-
Caixa líquido incorporado		85.402	5.301.049	-	5.471.792
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		(1.128.908)	3.130.316	(322.108)	3.527.391
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captações de debêntures e empréstimos e financiamentos	20 (b)/21 (b)	8.336.953	1.372.899	8.950.979	1.388.735
Liquidações de debêntures e empréstimos e financiamentos	20 (b)/21 (b)	(1.338.738)	(6.376.897)	(1.511.785)	(6.140.424)
Pagamentos de passivo de arrendamento	16	(503.270)	(37.321)	(480.642)	(46.195)
Contas a receber plano de ações		-	22.439	-	22.439
Aumento de capital em dinheiro		343.826	32.069	343.826	32.069
Adiantamento para futuro aumento de capital		820	-	820	-
Alienação (aquisição) de ações em tesouraria		(589.295)	(227.604)	(589.295)	(227.605)
Dividendos e participações pagos		(333.205)	-	(333.205)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		5.917.091	(5.214.415)	6.380.698	(4.970.981)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		33.647	(4.251.299)	(148.989)	(4.008.130)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	7	2.379.064	6.630.363	2.626.157	6.634.287
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	7	2.412.711	2.379.064	2.477.168	2.626.157
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		33.647	(4.251.299)	(148.989)	(4.008.130)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e em 1º de janeiro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Informações do Grupo

A Americanas S.A. – Em recuperação judicial (“Americanas” ou a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão¹ (B3), sob o código AMER3, com sede localizada na Rua Sacadura Cabral, 102, Saúde, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.081-902.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente, “o Grupo” ou “Grupo Americanas”) combinam plataformas digital (com as marcas Americanas, Submarino, Shoptime), física (com as Lojas Americanas tradicional, *express*, local, Ame Go e Hortifruti Natural da Terra), franquias (Imaginarium, MinD, Puket e LoveBrands), *fulfillment*, *fintech* (Ame Digital) e publicidade (ads). Possui ativos únicos que impulsionam o seu crescimento com rentabilidade. Graças aos ativos únicos, incluindo a base de clientes ativos, foram construídos diferenciais competitivos como: amplo sortimento, capilaridade nacional e baixo custo de aquisição de clientes (CAC).

Recuperação judicial


Conforme divulgado por meio de fato relevante veiculado em 11 de janeiro de 2023, a Companhia detectou inconsistências em lançamentos contábeis redutores do saldo de fornecedores realizados em exercícios anteriores, incluindo o exercício de 2022. Em uma análise preliminar, a área contábil da Companhia estimou que os valores destas inconsistências eram de aproximadamente R\$ 20 bilhões na data-base de 30 de setembro de 2022.

O Conselho de Administração e a nova administração da Companhia passaram, então, a avaliar as inconsistências, sua natureza, a magnitude dos seus efeitos, os stakeholders envolvidos e potencialmente afetados por tais inconsistências, entre outras questões relacionadas às inconsistências contábeis. Ao mesmo tempo, o Conselho de Administração passou a avaliar medidas, inclusive medidas judiciais como a recuperação judicial, tendo em vista tal cenário e os interesses da Companhia.

Nesse contexto, a despeito dos esforços e das medidas que a administração tomou diante do cenário enfrentado, em conjunto com seus assessores financeiros e legais, considerando (i) os desafios da Companhia na interface com credores e fornecedores desde a ocorrência de tais fatos; (ii) a necessidade de atendimento, de forma adequada e organizada, dos interesses de seus credores, acionistas e *stakeholders*; (iii) a redução da posição de caixa disponível à Companhia; e, ainda, (iv) a necessidade de preservação da continuidade da oferta de serviços de qualidade a seus clientes, dentro dos compromissos assumidos pela Companhia e da manutenção da continuidade de seu negócio e sua função, a Americanas e suas subsidiárias, nomeadamente JSM Global S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial, e B2W Digital Lux S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Recuperandas” e “Grupo Americanas”), ajuizaram, em 12 de janeiro de 2023, tutela de urgência cautelar em caráter antecedente ao pedido de recuperação judicial, com fundamento nos art. 189 e 6º, § 12, da Lei nº 11.101/2005, a qual foi distribuída perante a 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (o “Juízo da Recuperação Judicial”), deferida em 13 de janeiro de 2023 a fim de antecipar os principais efeitos da recuperação judicial e, dentre outras medidas, suspender as cláusulas de vencimento antecipado dos contratos celebrados com diversas instituições financeiras e também para determinar a restituição de valores que, eventualmente, já tivessem sido objeto de compensação. Em 19 de janeiro de 2023, o Grupo Americanas apresentou o pedido principal de recuperação judicial (“Recuperação Judicial”), que teve o processamento deferido na mesma data pelo Juízo da Recuperação Judicial, confirmando integralmente a liminar concedida cautelarmente.

A Companhia almeja, com o processo de Recuperação Judicial, preservar a prestação de serviço amplo à população, bem como seu compromisso como geradora de milhares de empregos diretos e indiretos, como fonte produtora e de estímulo à atividade econômica, além de ser uma relevante pagadora de tributos.

¹ Esclarecimentos a respeito da decisão proferida pela Diretoria de Regulação de Emissores da B3, em 08 de novembro de 2023, no capítulo “Governança e Medidas Tomadas pela Companhia”.



A data do pedido da tutela de urgência cautelar em caráter antecedente ao processo recuperacional, qual seja o dia 12 de janeiro de 2023, foi fixada como termo inicial da recuperação judicial, do *stay period* e como marco para aferição da sujeição de créditos aos efeitos do procedimento.

Em continuidade, na busca de entendimentos com seus credores e com vistas a um acordo que possa equacionar suas dívidas, a Companhia apresentou o Plano de Recuperação Judicial, que segue em negociação com os credores e está sujeito a apresentação de aditivo nos autos da Recuperação Judicial, refletindo discussões mantidas entre a Companhia, seus acionistas de referência, seus principais credores e outros *stakeholders*, além de visar à superação da atual situação econômico-financeira do Grupo Americanas e o impulsionamento de suas atividades. O Plano de Recuperação Judicial, aprovado pelo Conselho de Administração, foi apresentado nos autos da Recuperação Judicial em 20 de março de 2023, dentro do prazo previsto no art. 53 da Lei nº 11.101/2005, e prevê:

(i) a prospecção e adoção de medidas durante a Recuperação Judicial visando à obtenção de novos recursos através de um aumento de capital no valor de R\$ 10 bilhões (“Aumento de Capital – Novos Recursos”), de forma a assegurar os recursos mínimos necessários para a implementação dos termos e condições de reestruturação dos créditos contemplados no Plano, sendo assegurado aos atuais acionistas direito de preferência para a subscrição do Aumento de Capital – Novos Recursos;

(ii) a reestruturação e equalização de seu passivo, mediante alteração no volume, prazo, encargos e forma de pagamento de créditos concursais, conforme a seguir:

a. Credores Trabalhistas e ME e EPP: os créditos dos credores trabalhistas e dos credores ME e EPP serão quitados de acordo com os termos e condições originais de pagamento, em até 30 (trinta) dias contados da data de homologação do Plano de Recuperação Judicial;

b. Credores Quirografários:

1. Credores Fornecedores:

- Credores Fornecedores com créditos até R\$ 12 mil terão seus créditos quirografários pagos integralmente, em até 30 dias contados da data da homologação do Plano de Recuperação Judicial;

- Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil e que aceitarem receber R\$ 12 mil em troca da quitação total de seus créditos, receberão este valor em até 30 dias da data da homologação do Plano de Recuperação Judicial;

- Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil e que não optarem por aderir à opção acima, serão pagos em 48 parcelas mensais iguais, após aplicação de deságio de 50% ao valor total dos créditos quirografários, vencendo-se a primeira parcela no último dia útil do mês subsequente à homologação do Plano de Recuperação Judicial;

e

- Os Credores Fornecedores que manifestarem, tempestivamente, o seu interesse em fornecer ou continuar a fornecer mercadorias para revenda (produtos não financeiros) solicitadas pelo Grupo Americanas, desde que preencham estritamente os requisitos e de acordo com as condições estabelecidas na Cláusula 6.2.7 do Plano de Recuperação Judicial, poderão receber até a totalidade dos seus créditos sujeitos à Recuperação Judicial à vista, em até 360 dias da homologação do Plano de Recuperação Judicial ou 15 dias após o Aumento de Capital – Novos Recursos, o que ocorrer primeiro.

2. Credores Financeiros e demais Credores Quirografários:

Com relação aos créditos dos demais credores quirografários, incluindo os financeiros, o Plano de Recuperação Judicial prevê que os credores que estejam adimplentes com seu compromisso de não litigar previsto no Plano de Recuperação Judicial (“Credores Não Litigantes”) podem participar do Leilão Reverso a ser promovido pela Companhia nos termos descritos abaixo e optar, a seu exclusivo critério, pela Opção de Reestruturação Dívida a Mercado ou pela Opção de Reestruturação Dívida Subordinada, conforme termos e condições descritos abaixo:

• Leilão Reverso: será promovido, em até 60 dias contados da conclusão do Aumento de Capital – Novos Recursos, uma rodada de pagamento antecipado de até R\$ 2,5 bilhões àqueles credores quirografários que optarem por receber a quitação integral da totalidade ou de parte de seus créditos com um desconto não inferior a 70% do respectivo montante do crédito ofertado pelo credor, de acordo com as condições previstas no Plano de Recuperação Judicial (“Leilão Reverso”);

• Opção de Reestruturação Dívida a Mercado: os credores poderão optar pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos créditos, após eventual pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, de acordo com os seguintes termos e condições:

- Aumento de Capital – Capitalização de Créditos: mediante a capitalização de tal saldo em aumento de capital no valor de até R\$ 10 bilhões, a ser realizado em até 90 dias após o Aumento de Capital – Novos Recursos (“Aumento de Capital – Capitalização de Créditos”), sendo assegurado aos acionistas direito de preferência para a subscrição do Aumento de Capital – Capitalização de Créditos;

- Recompra de Créditos Quirografários: em até 60 dias contados da conclusão do Aumento de Capital – Capitalização de Créditos, a Americanas utilizará o montante total de até R\$ 2,5 bilhões provenientes do Aumento de Capital – Novos Recursos, para realizar o pagamento, de forma pro rata, de parte do saldo remanescente de créditos de titularidade dos credores quirografários que escolherem a Opção de Reestruturação Dívida a Mercado, com um desconto de 60% sobre o valor de face dos respectivos créditos, nos termos do Plano de Recuperação Judicial; e

- Debêntures Simples: em até 180 dias da conclusão do Aumento de Capital – Capitalização de Créditos, a Americanas emitirá Debêntures Simples (e/ou um instrumento de dívida aplicável para créditos quirografários em Dólar) no valor total de até R\$ 5,9 bilhões para pagamento, de forma pro rata, de parte do saldo remanescente de créditos de titularidade dos credores quirografários que escolherem a opção de pagamento estabelecida no item acima, nos termos do Plano de Recuperação Judicial;

• Opção de Reestruturação Dívida Subordinada: a Americanas ainda emitirá Debêntures Conversíveis (e/ou um instrumento de dívida aplicável para créditos quirografários em Dólar) para pagamento dos saldos remanescentes dos créditos de Credores Não Litigantes que escolham a Opção de Reestruturação Dívida Subordinada e/ou que não receberem o pagamento da totalidade dos seus créditos nos termos descritos nos itens acima relacionados à Opção de Reestruturação Dívida a Mercado, nos termos do Plano de Recuperação Judicial;


Os credores que não estejam adimplentes com seu compromisso de não litigar, previsto no Plano de Recuperação Judicial ou aqueles que não optarem por nenhuma das opções de pagamento anteriores, terão seus créditos reestruturados, conforme abaixo:

• Modalidade de Pagamento Geral: os saldos remanescentes serão reduzidos no percentual de 80% e pagos em parcela única, no mês de março de 2043, nos termos do Plano de Recuperação Judicial;

(iii) a potencial alienação e oneração de bens do ativo permanente, inclusive sob a forma de UPIs, incluindo, mas sem limitar-se a: unidade de negócios Hortifruti Natural da Terra e participação da Companhia no Grupo Uni.Co. A Companhia utilizará até R\$ 2 bilhões dos recursos provenientes das alienações de ativos, para maximizar a redução de sua dívida remanescente, sendo o primeiro R\$ 1 bilhão levantado destinado à recompra de dívida a mercado e o saldo dos recursos levantados, limitados a R\$1 bilhão, para recompra de dívida subordinada. Com isso a companhia pretende reduzir seu endividamento a mercado, pós reestruturação, para R\$ 4,9 bilhões.

Em relação ao Aumento de Capital – Novos Recursos, e conforme divulgado em Fato Relevante no dia 07 de março de 2023, os acionistas de referência da Companhia já anunciaram sua intenção de apoiar tal aumento de capital, como parte do Plano de Recuperação Judicial, oferecendo uma garantia firme de subscrição e integralização para a totalidade dos recursos.

Por meio de fato relevante veiculado no dia 10 de outubro de 2023, a Companhia informou que a proposta em negociação com seus credores para o aditivo ao Plano de Recuperação Judicial envolve (i) o compromisso dos acionistas de referência de capitalizar o Grupo Americanas, por meio de aumento de capital de curto prazo, em dinheiro, no valor de R\$ 12 bilhões (considerando o financiamento DIP já aportado); (ii) a capitalização de dívida concursal por parte dos credores também no valor de R\$ 12 bilhões; (iii) a emissão de nova dívida para refinar parte das dívidas concursais existentes no valor de R\$ 1,875 bilhão; e (iv) R\$ 8,7 bilhões em dinheiro dedicados à recompra antecipada de dívida concursal com desconto.



Na medida em que as negociações entre a Companhia, seus acionistas de referência e seus principais *stakeholders*, inclusive titulares de dívidas no exterior, avancem, oportunamente, será apresentado aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, e posteriormente a Companhia pleiteará a convocação de Assembleia Geral de Credores para deliberar sobre a aprovação do Plano de Recuperação Judicial.

A relação de credores do Grupo Americanas foi apresentada pela Administração Judicial Conjunta nos autos da Recuperação Judicial, em sua versão mais recente, no dia 2 de junho de 2023, nos termos do art. 7º, § 2º, da Lei nº 11.101/2005, iniciando o prazo para apresentação de habilitações ou impugnações de créditos, que se encerrou em 29 de junho de 2023. Eventuais créditos não listados na relação de credores poderão ser incluídos como retardatários, nos termos do art. 10, da Lei nº 11.101/2005.

Oportunamente, a Administração Judicial Conjunta apresentará a consolidação definitiva do quadro geral de credores, nos termos do art. 18 da Lei nº 11.101/2005.

Os credores detentores de títulos de dívida emitidos pelo Grupo Americanas (debêntures ou senior notes), poderão exercer, individualmente, os direitos de petição na Recuperação Judicial e de participação, voz e voto na Assembleia Geral de Credores (“AGC”), independentemente de decisão judicial específica, por meio da instauração de procedimento administrativo de desmembramento de credor investidor a ser apresentado à Administração Judicial Conjunta, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos antes da data marcada para a realização da AGC, conforme procedimento previsto em edital divulgado nos autos da Recuperação Judicial.

Em 25 de janeiro de 2023, foi ajuizado o *chapter 15*, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial. O pedido foi reconhecido em 3 de março de 2023 (“*Recognition Order*”). As principais informações acerca do procedimento estão disponíveis no seguinte site <https://ri.americanas.io/recuperacao-judicial/chapter-15/>.


Investigação Independente e Apurações Internas

Conforme noticiado no Fato Relevante divulgado em 11 de janeiro de 2023, os erros em lançamentos contábeis redutores da conta fornecedores perfaziam, conforme se pôde apurar naquele momento, o valor estimado de R\$ 20 bilhões, na data-base de 30 de setembro de 2022. A partir da identificação de tais erros, iniciou-se um amplo processo de apuração, que permitiu que a Companhia identificasse, ainda que preliminarmente, os atos que resultaram em tais distorções.

Após a identificação das inconsistências, a Companhia informou a criação de Comitê Independente pelo Conselho de Administração, em 11 de janeiro de 2023, com integrantes isentos, para (i) apurar a origem, a extensão e o conseqüente impacto das inconsistências contábeis no resultado do Grupo Americanas; e (ii) quais seriam as medidas a serem adotadas para corrigir as inconsistências contábeis (“Comitê” ou “Comitê Independente”). A Companhia vem colaborando com os trabalhos do Comitê em tudo o que está a seu alcance. Contudo, a Americanas não tem qualquer ingerência sobre a investigação que vem sendo conduzida pelo Comitê e os seus assessores, nem sobre seu cronograma de trabalho.

Ainda, em razão dos efeitos das inconsistências em lançamentos contábeis redutores da conta de fornecedores nas demonstrações financeiras da Companhia relativas a exercícios sociais já encerrados, incluindo o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, seus assessores e seus auditores independentes à época da divulgação das inconsistências contábeis, iniciaram os trabalhos de revisão e avaliação das demonstrações financeiras da Companhia, conforme Fato Relevante divulgado em 24 de março de 2023, com a finalidade de garantir que as demonstrações financeiras reflitam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas.

No que respeita às investigações em condução pelo Comitê Independente, nesta data, o Comitê Independente ainda não concluiu suas investigações e não apresentou um relatório, mesmo que parcial, sobre elas. Oportunamente, como resultado de seus trabalhos de apuração, o Comitê apresentará suas conclusões ao Conselho de Administração da Companhia, para que este possa avaliar e deliberar quanto às medidas cabíveis.



No curso das apurações, o Comitê Independente selecionou um conjunto de evidências que considerou relevantes e deu ciência ao Conselho de Administração. Esses documentos, juntamente com outros documentos que foram obtidos pela própria Companhia em seus sistemas durante os trabalhos necessários à elaboração das demonstrações financeiras, contendo tais evidências foram imediatamente submetidos à avaliação dos assessores jurídicos externos da Companhia, que, após uma criteriosa análise de tais documentos e de outros obtidos nos sistemas da própria Companhia, produziram o relatório de 12 de junho de 2023, contendo achados preliminares acerca dos fatos narrados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023 (“Relatório”).

Os documentos analisados indicam que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas vinham sendo fraudadas.

Os documentos que deram origem ao Relatório demonstram ainda os esforços dos envolvidos na fraude para ocultar do Conselho de Administração e do mercado em geral a real situação de resultado e patrimonial da Companhia.

Diante do conjunto de evidências trazidas pelo Relatório, a Companhia divulgou Fato Relevante em 13 de junho de 2023 descrevendo resumidamente seu entendimento até aquele momento sobre o funcionamento da fraude nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Americanas. Ainda, em Fato Relevante apresentado na sequência, no dia 14 de junho de 2023, informou números preliminares e não auditados acerca do tema. Tais evidências, assim como o referido Relatório, também foram apresentados às autoridades que vêm investigando o assunto, inclusive a Comissão Parlamentar de Inquérito (“CPI”), instaurada para investigar as inconsistências contábeis. A CPI foi encerrada em 27 de setembro de 2023, com a apresentação de relatório final contendo projetos de lei para melhorar a governança corporativa e combater a corrupção em empresas privadas, a fim de mitigar riscos de fraudes. Tal relatório final da CPI foi encaminhado pela Companhia às autoridades competentes, incluindo a Comissão de Valores Mobiliários, a B3, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, podendo ser acessado através do seguinte website “[camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2334799&filename=REL-A1/2023 CPIAMERI](http://camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2334799&filename=REL-A1/2023%20CIAMERI)”


As informações do Relatório, associadas aos trabalhos de refazimento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas históricas da Companhia realizados pela Americanas e seus assessores financeiros e contábeis, levaram ao entendimento de que a fraude das demonstrações financeiras individuais e consolidadas se dava predominantemente como se segue abaixo.

No caso concreto, as evidências constantes do Relatório mostram que houve uma efetiva fraude pela qual determinados ex-Diretores, por meio de medidas adotadas de forma conjunta com o propósito de contornar os controles internos existentes, manipularam as bases de informações requeridas para a preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, no que se conhece como “*management override of controls*”. Tais fatos estão sob investigação conduzida pelo Comitê Independente, que ainda está em curso.

Conforme o Relatório, as evidências encontradas pelos assessores jurídicos da Companhia indicam que os ex-Diretores, que supostamente participavam do ecossistema de controles internos da Companhia e que tinham entre suas funções justamente implementar e monitorar tais controles, perpetraram fraudes, através, dentre outros, de registros financeiros fictícios, o que levou às inconsistências nas demonstrações financeiras, apesar dos controles internos existentes.

Os atos que culminaram na ocorrência das distorções descritas, incluem, principalmente, (i) operações financeiras conhecidas como risco sacado, que não vinham sendo consistentemente refletidas no balanço da Companhia; e (ii) lançamentos indevidos na rubrica Redutores da conta Fornecedores, por meio de contratos de VPC (verbas de propaganda cooperada) fictícios, inexistentes (ambas as práticas explicadas adiante).

As operações de risco sacado – também conhecidas como *forfait* ou *confirming* – são relativamente comuns no setor de varejo. Há casos em que, atrelado à operação de risco sacado, a instituição financeira estende o prazo original de pagamento ao fornecedor, atribuindo um prazo adicional de pagamento ao emitente da fatura (no caso do setor de varejo, a varejista). Assim, por meio delas, a instituição financeira assume dívidas da varejista com seu fornecedor, pagando-o imediatamente, e a varejista, posteriormente, paga a dívida à instituição financeira, com juros. São operações legítimas, desde que realizadas com as autorizações exigidas pela lei e pelo estatuto social e adequadamente refletidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas contábeis vigentes, em linha com as diretrizes emitidas por autoridades governamentais e reguladoras, dentre elas o Banco Central do Brasil - BACEN e como, no caso das companhias abertas, pela CVM.



No caso da Americanas, porém, pelo que as investigações apontam até esta data, essas operações vinham sendo realizadas com a contabilização de forma inconsistente com as normas contábeis em vigor e diretrizes emitidas pela CVM, restando ocultas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, além de não contarem com as autorizações societárias exigidas.

Em paralelo, além dos juros incidentes sobre as operações de risco sacado, outros valores eram indevidamente lançados na rubrica Redutores da conta Fornecedores, que zeravam – e com isso ocultavam – as operações de risco sacado na conta Fornecedores. Tais lançamentos consistiam em contratos de VPC (verbas de propaganda cooperada) fictícios, inexistentes.

VPCs são incentivos comerciais comuns no setor de varejo contratados entre fornecedor e varejistas com a finalidade de divulgação, incentivar o atingimento de metas de vendas ou realização de promoções de determinados produtos, impulsionando suas vendas. Assim, por exemplo, quando a varejista realiza uma estratégia de marketing de um produto (descontos, brindes, anúncios etc.), o fornecedor paga uma certa quantia à varejista, atuando – na prática – como um redutor de custos registrados na conta Fornecedores.

Contudo, os documentos analisados pelos assessores jurídicos da Companhia revelaram que, aparentemente, havia na contabilidade da Americanas diversas operações de VPC sem lastro correspondente, as quais eram lançadas indevidamente na conta Redutores e, com isso, diminuía o Passivo da Companhia decorrente das operações de risco sacado.


Nesse sentido, foram realizados registros contábeis em contas indevidas, em desacordo com as orientações da CVM, além de registros contábeis sem lastro, de modo que a situação financeira e patrimonial da Companhia parecesse saudável. A fraude, portanto, tinha duas grandes dimensões: (i) de um lado, uma dimensão de resultado, na qual eram lançadas operações de VPC sem lastro correspondente; (ii) de outro, uma dimensão de caixa, na qual eram contratadas bilionárias operações de risco sacado. As operações de VPC sem lastro reduziam e até anulavam o passivo do risco sacado lançado na conta Fornecedores.

Conforme o Relatório, as evidências encontradas pelos assessores jurídicos da Companhia indicam ainda, que a antiga Diretoria da Companhia elaborava dois demonstrativos de resultados da Companhia: um denominado “Visão Interna” - nomenclatura utilizada para representar o resultado efetivo do período (isto é, desconsiderados os registros sem lastro) e outro demonstrativo denominado “Visão Conselho” – nomenclatura utilizada para representar o resultado considerando os registros sem lastro, o qual foi apresentado ao Conselho de Administração da Companhia e ao mercado em geral, bem como a outros órgãos de controle e fiscalização da Companhia, como os Comitês, Conselho Fiscal, entre outros participantes do sistema de controles da Americanas.

As investigações do Comitê Independente, que visam a apurar os responsáveis pela fraude, conforme os atos acima descritos, ainda estão em curso, não sendo possível antecipar seus resultados e conclusões.

Governança e Medidas Tomadas pela Companhia

A B3 iniciou, em março de 2023, um processo de *enforcement* para analisar questões relacionadas ao fato relevante divulgado pela Companhia, em 11 de janeiro de 2023, especificamente com relação à observância aos controles internos previstos no Regulamento do Novo Mercado. Em 08 de novembro de 2023, a Diretoria de Regulação de Emissores da B3 proferiu decisão no contexto do processo de *enforcement*, sujeita a recurso com efeito suspensivo, suspendendo a Companhia do segmento especial de listagem do Novo Mercado por infrações ao seu regulamento, até o cumprimento de determinadas exigências listadas na referida decisão. Na mesma decisão, a B3 multou administradores e integrantes de órgãos de assessoramento da Companhia, atuais e antigos. A Companhia de forma respeitosa, porém, veemente discorda das conclusões expostas na decisão da B3, dentre vários motivos, por a decisão ter praticamente concluído que o fato de ter havido uma fraude na Companhia seria suficiente para condenar a Companhia e determinados administradores, independentemente de ter ocorrido um caso de *management override of controls* (burla de controles internos) indetectado pelas atividades de fiscalização e auditoria tanto internas quanto externas à época. A decisão também desconsiderou as provas de que a Companhia atendia estritamente todas as normas do Regulamento do Novo Mercado, inclusive as que demandam diligente análise das informações financeiras e contábeis pelos respectivos órgãos internos de controle. Além disso, a decisão proferida findou por instituir uma obrigação de resultado aos órgãos sociais responsáveis, ao invés de uma obrigação de meio, estabelecendo verdadeira responsabilidade objetiva de tais órgãos e seus integrantes, sem sequer analisar a conduta dos conselheiros e dos demais integrantes de órgãos de assessoramento do Conselho de Administração, individual ou coletiva. Dessa forma, a Companhia apresentará recurso nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o que acarreta a suspensão dos efeitos da decisão até manifestação da Diretoria da B3 sobre o recurso. A Companhia também trabalha para atender o mais rápido possível às exigências apresentadas, que, em parte, já estão sendo concluídas: a



divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas com relatório dos auditores independentes, a divulgação do relatório dos auditores de recomendações para o aprimoramento dos controles internos à luz do “*management override of controls*” verificado; a divulgação de todas as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas pendentes e a divulgação do relatório do comitê independente.

Com relação aos seus controles, a Companhia adota processos de gestão de riscos e de controles internos que são divididas em três linhas: (i) a primeira, a área de negócios em si, que tem a responsabilidade de monitorar os seus próprios riscos; (ii) a segunda composta por áreas como a de Controladoria, Riscos e Controles Internos, Compliance, Controle e Prevenção de Perdas, Jurídico e Segurança da Informação; e (iii) a terceira, a área de Auditoria Interna. Além desses três níveis, a Americanas também tem um Comitê de Auditoria Estatutário composto por membros independentes, que assessora o Conselho de Administração no monitoramento e controle de qualidade nessa pauta, e um Conselho Fiscal, órgão independente da Administração da Companhia, fiscalizador dos atos de gestão administrativa. No curso normal das suas atividades, a Administração da Companhia revisa anualmente o seu sistema de governança corporativa, visando aprimorá-lo.

A Americanas conta com uma estrutura de governança corporativa alinhada com as práticas de governança do Novo Mercado da B3 e com as recomendações dos principais índices de governança do Brasil, da América Latina e do mundo, tais como ISE, Dow Jones, MSCI, Ranking Merco, dentre outros. Convém lembrar que a Companhia figurou por anos no índice ISE da B3, e também em outros índices de governança internacionais. Um dos focos do Conselho de Administração sempre foi seguir as regras de governança recomendadas por tais certificadores e monitorar e adaptar o ambiente da Companhia conforme a evolução destas práticas ao longo dos anos.

A Companhia também adota, como parte de seu Programa de Integridade, um Código de Ética e Conduta, um Canal de Denúncias terceirizado, disponível a todos os stakeholders e supervisionado pelo Comitê de Auditoria, além de políticas de gerenciamento de riscos, de compliance, de combate à corrupção, dentre outras.


A existência de mecanismos de governança corporativa, no entanto, não blinda uma sociedade contra atos fraudulentos. Como fraudes são atos intencionais, os envolvidos geralmente criam mecanismos, mais ou menos complexos, para desviar ou neutralizar os sistemas de controle, interno e externo, da Companhia. No caso da Americanas, evidências encontradas pelos assessores jurídicos da Companhia e constantes do Relatório as levam a crer que as áreas internas de governança (tais como Comitês, Conselho Fiscal, entre outros participantes do sistema de controles) também receberam informações manipuladas, ou seja, documentos com visões diferentes das visões e resultados reais, criados pelos envolvidos justamente para desviar ou neutralizar o sistema de controle existente. De fato, segundo indicam as evidências constantes do Relatório, no caso concreto houve um efetivo “*management override of controls*” pelo qual ex-Diretores perpetraram fraudes, através, dentre outros, de registros financeiros fictícios e de registros indevidos, o que levou às inconsistências nas demonstrações financeiras, apesar dos controles internos existentes.

Após a publicação do Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a Companhia instituiu um Comitê Independente para apurar as circunstâncias que ocasionaram as inconsistências contábeis então identificadas, com todos os poderes necessários para a condução de seus trabalhos. Além disso, foram implementadas medidas com o objetivo de garantir a preservação de informações e documentos da Companhia, tudo com o objetivo de contribuir plenamente com as apurações em curso e com as autoridades envolvidas. E ainda, a nova Diretoria da Companhia está empenhada em continuar fortalecendo a estrutura de governança corporativa e a cultura de atuação baseada na observância dos valores e os princípios éticos

Além disso, a Companhia vem colaborando integralmente com todas as investigações que vêm sendo realizadas pelos órgãos reguladores e autoridades competentes, inclusive a Comissão de Valores Mobiliários, a B3, a Polícia Policial, o Ministério Público Federal, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e atenderá de forma diligente às determinações que surjam a partir das investigações conduzidas pelas autoridades competentes, com relação as quais a Companhia a princípio não tem acesso, por serem conduzidas em segredo de justiça.

Diante do Relatório apresentado pelos assessores da Companhia, o Conselho de Administração deliberou o desligamento/destituição imediata das pessoas cujos nomes foram mencionados no Relatório e que ainda estavam ligados, em qualquer medida, à Companhia.

O Conselho de Administração também orientou a Companhia e os assessores a apresentar o Relatório a todas as autoridades competentes e avaliar as medidas visando ao ressarcimento dos danos causados pelas fraudes em suas demonstrações financeiras.



Com a continuidade das investigações, caso haja a identificação de outras pessoas envolvidas com tais fatos, a Companhia avaliará as medidas cabíveis em relação a outros potenciais responsáveis.

Ainda como contramedidas, visando fortalecer os mecanismos de controles, a Companhia contratou a consultorias especializadas para avaliar efetividade dos controles para preservação de dados e também para recomendar melhorias para a atuação da segunda e da terceira linha e para o diagnóstico do ambiente de controles internos, revisão da metodologia de riscos, incluindo a materialidade e revisão dos processos priorizados das frentes financeira, contábil, comercial, ITGC e cyber sob a ótica de riscos e controles. Está em andamento também um projeto multidisciplinar para implementação de controles mitigatórios a potenciais riscos de novas fraudes em face às informações obtidas até o momento referentes à fraude materializada. Além disso, as iniciativas de treinamento e comunicação dos times foram fortalecidas como transmissão de lives com convidados internos, incluindo a Alta Liderança da Companhia, e externos com temas relacionados a riscos e controles internos, ética e integridade como base para a transformação, combate ao assédio no ambiente de trabalho, dentre outras. Destaque especial para a live específica conduzida pelo CEO da empresa terceirizada, responsável pelo Canal de Denúncias da Companhia, para reforçar o funcionamento do Canal e o fluxo de apuração, garantindo o anonimato, a imparcialidade e a independência e sanando as principais dúvidas dos associados.

Adicionalmente, a Companhia informa que em 03 de outubro de 2023 iniciou, com apoio de assessores externos, uma investigação interna, originada de canal de denúncias. Tal investigação foi reportada aos órgãos de governança da Americanas. Em 06 de novembro de 2023, os assessores apresentaram para a Companhia um relatório preliminar que indica que o objeto da investigação não gera impacto material nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Americanas.

2. Representação das demonstrações financeiras por retificação de erros (IAS 08 – CPC 23)

(a) Representação dos valores referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e aos saldos 01 de janeiro de 2021

Como resultado da aplicação de procedimentos, pautada pelo (IAS 8) – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, de levantamento de dados e informações, com auxílio de especialistas externos de investigação forense, para verificar os erros contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e saldo de abertura em 01 de janeiro de 2021, corrigiram-se os lançamentos contábeis inconsistentes referentes às operações de risco sacado, bem como dos valores lançados na rubrica Redutores da conta Fornecedores referentes aos contratos de VPC sem lastro correspondente datados de tais períodos. Além disto, durante o processo de elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia também identificou outros impactos que também requereram ajustes retrospectivos nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.


Os impactos dos erros nas informações financeiras históricas da Companhia são relevantes e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e saldo de abertura 01 de janeiro de 2021, bem como suas cifras comparativas, estão sendo corrigidas e rerepresentadas.

Com isso, as fraudes e erros identificados anteriores ao exercício findo em 01 de janeiro de 2021, bem como os seus efeitos em outros itens das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram ajustados diretamente ao patrimônio líquido, no saldo de abertura em 01 de janeiro de 2021, em contrapartida as respectivas contas patrimoniais. Os erros de competência do exercício social de 2021 foram identificados, ajustados e estão sendo rerepresentadas de forma comparativa na divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, em decorrência da incorporação da Lojas Americanas S.A. (“LASA”) pela Americanas S.A. aprovada e consumada em dezembro de 2021, os erros e respectivos efeitos advindos do acervo líquido da LASA foram considerados diretamente no Patrimônio Líquido da Americanas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A apuração dos ajustes, direta ou indiretamente, relativos às fraudes, aos erros e aos seus efeitos em outros itens das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi resultado da execução de diversos procedimentos efetuados nas principais contas contábeis operacionais de seus balanços patrimoniais, incluindo:

1) Reclassificação das operações de risco sacado: Foi corrigido um registro anterior, onde operações de risco sacado estavam classificadas como “Fornecedores”, de forma indevida. A reclassificação visa refletir corretamente a natureza das transações no balanço patrimonial.

2) Baixa do VPC (Verba de propaganda cooperada): Foram identificados VPCs fictícios contabilizados de diversas formas em



diferentes categorias. A correção foi feita removendo-as de contas como mercadoria vendida, contas a receber, imobilizado, intangível e fornecedores.

3) Ajustes em pendências de conciliação bancária: Havia pendências de conciliação bancária de exercícios anteriores que não foram tratadas.

4) Encargos financeiros das operações de risco sacado: Custos dessas operações, que estavam registradas como redutoras da conta de fornecedores, foram corretamente realocados para encargos financeiros.

5) Reclassificação de dívidas de capital de giro: Foram identificadas dívidas relacionadas ao capital de giro estavam erroneamente registradas na conta de fornecedores. A correção foi feita para refletir a real natureza destas dívidas.

6) Despesas de folha de pagamento capitalizadas: Despesas com folha que haviam sido indevidamente capitalizadas foram corrigidas e registradas no resultado operacional.

7) Baixa de ativos (contas a receber) com baixa expectativa de recuperação: Ativos, principalmente contas a receber de exercícios anteriores, com baixa probabilidade de recuperação foram baixados.

8) Revisitação de riscos com contingências: Os riscos associados a contingências foram revisados para assegurar que estejam alinhados com as condições prováveis obrigações futuras.

9) Revisão das bases de contratos de aluguel: As bases contratuais de aluguel passaram por revisão, considerando ajustes de renovações, extensão do benefício de direito de uso e revisão das taxas de desconto de arrendamento.

10) Reclassificação de dívidas com cláusulas contratuais restritivas: Empréstimos e financiamentos e Debêntures tiveram sua classificação ajustada devido à quebra de *covenants*, em decorrência dos ajustes apresentados nesta nota.

11) Reconhecimento de contratos de parceria: Corrigimos um reconhecimento anterior de receitas de contratos de garantia estendida, onde as obrigações não estavam completamente satisfeitas.

12) Reavaliação dos cálculos de *impairment*: Realização de uma reavaliação abrangente dos cálculos de *impairment*, considerando a real situação financeira e patrimonial da Companhia.

13) Baixa de imposto de renda diferido ativo: Foi necessário a baixa do imposto de renda diferido ativo, considerando a real expectativa da Companhia, desde aquela época, em não apurar lucro tributável futuro.

14) Ajustes de ressarcimentos e reapurações de impostos: Identificamos e corrigimos ajustes relacionados a impostos como ICMS, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

15) Despesas reclassificadas para contas patrimoniais: Algumas despesas foram anteriormente registradas de maneira incorreta em contas patrimoniais e foram devidamente ajustadas.

16) Reversão da provisão de projetos de intangível: Provisões relacionadas a projetos intangíveis fictícios ou ainda não baixados foram revertidas para refletir a situação real.

17) Ajuste conciliação CAP (Contas a pagar): Foi feito um ajuste decorrente da análise do CAP, após saneamento da base da Companhia.

**Balancos patrimoniais em
01 de janeiro de 2021
(Em milhares de reais)**

Os efeitos dos referidos ajustes são demonstrados nos quadros abaixo:

ATIVO	Controladora			Consolidado			Ref.
	01/01/2021 Publicado	Ajuste	01/01/2021 Reapresentado	01/01/2021 Publicado	Ajuste	01/01/2021 Reapresentado	
CIRCULANTE							
Impostos a recuperar	647.153	269.043	916.196	685.309	269.043	954.352	14
Despesas antecipadas	18.318	(8.645)	9.673	32.308	(8.645)	23.663	11
Outros ativos circulantes	471.822	(439.708)	32.114	475.945	(439.709)	36.236	2
Demais rubricas do ativo circulante não afetadas	14.272.081	-	14.272.081	14.586.239	-	14.586.239	-
Total do ativo circulante	15.409.374	(179.310)	15.230.064	15.779.801	(179.311)	15.600.490	
NÃO CIRCULANTE							
Impostos a recuperar	1.293.727	(1.032.873)	260.854	1.293.727	(1.032.873)	260.854	14
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.253.274	(1.253.274)	-	1.421.617	(1.421.617)	-	13
Depósito judiciais	118.905	(36.762)	82.143	120.755	(36.762)	83.993	
Outros ativos não circulantes	62.234	(62.230)	4	68.308	(62.231)	6.077	7
Investimentos	846.972	(432.553)	414.419	108.847	-	108.847	12
Imobilizado	359.022	(359.022)	-	392.497	(359.022)	33.475	12
Intangível	2.548.589	(2.548.589)	-	3.093.999	(2.928.848)	165.151	12
Ativo de direito de uso	219.637	(28.996)	190.641	246.632	(21.376)	225.256	9
Demais rubricas do ativo não circulante não afetadas	120.054	-	120.054	80.592	-	80.592	-
Total do ativo não circulante	6.822.414	(5.754.299)	1.068.115	6.826.974	(5.862.729)	964.245	
TOTAL DO ATIVO	22.231.788	(5.933.609)	16.298.179	22.606.775	(6.042.040)	16.564.735	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
CIRCULANTE							
Fornecedores	3.930.758	838.584	4.769.342	4.068.103	838.584	4.906.687	1 e 2
Risco Sacado	-	6.818.332	6.818.332	-	6.818.332	6.818.332	1
Empréstimos e financiamentos	415.097	4.040.927	4.456.024	429.058	6.947.979	7.377.037	10
Debêntures	15.858	2.930.328	2.946.186	1.897	389.138	391.035	10
Passivo de arrendamento	81.764	(19.229)	62.535	90.434	(13.767)	76.667	9
Imposto de renda e contribuição social	3.154	-	3.154	4.258	-	4.258	14
Tributos a recolher	77.047	4.718	81.765	98.304	-	98.304	-
Outros passivos circulantes	171.216	54.551	225.767	343.795	54.550	398.345	-
Demais rubricas do passivo circulante não afetados	548.382	-6.438	541.944	246.100	-	246.100	-
Total do passivo circulante	5.243.276	14.661.773	19.905.049	5.386.842	15.028.379	20.415.221	
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	4.034.894	(4.034.894)	-	6.941.946	(6.941.946)	-	10
Debêntures	2.930.328	(2.930.328)	-	389.138	(389.138)	-	10
Passivo de arrendamento	177.631	(51.542)	126.089	195.078	(46.650)	148.428	9
Provisão para perdas em investimentos	222.364	114.066	336.430	1.832	-	1.832	-
Demais rubricas do passivo não circulantes não afetados	137.589	1	137.590	206.233	-	206.233	-
Total do passivo não circulante	7.502.806	(6.902.697)	600.109	7.734.227	(7.377.734)	356.493	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Ajuste de exercícios anteriores	-	(13.642.361)	13.642.361	-	(13.642.361)	13.642.361	-
Lucro (Prejuízo) do exercício	(2.804.397)	-	2.804.397	(2.804.397)	-	2.804.397	-
Outros Resultados Abrangentes	(97.688)	(50.324)	(148.012)	(97.688)	(50.324)	148.012	-
Demais rubricas do patrimônio líquido não afetadas	12.387.791	-	(12.387.791)	12.387.791	-	(12.387.791)	-
Total do patrimônio líquido	9.485.706	(13.692.685)	(4.206.979)	9.485.706	(13.692.685)	(4.206.979)	
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.231.788	(5.933.609)	16.298.179	22.606.775	(6.042.040)	16.564.735	

Balancos patrimoniais em
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora			Consolidado			Ref.
	31/12/2021 Publicado	Ajuste	31/12/2021 Reapresentado	31/12/2021 Publicado	Ajuste	31/12/2021 Reapresentado	
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	2.459.795	(80.731)	2.379.064	2.706.888	(80.731)	2.626.157	3
Contas a receber de clientes	6.518.566	(16.398)	6.502.168	7.021.579	(16.398)	7.005.181	18
Estoques	4.854.951	75.982	4.930.933	5.227.990	75.982	5.303.972	10
Impostos a recuperar	1.320.043	(346.699)	973.344	1.458.840	(346.699)	1.112.141	14
Despesas antecipadas	26.768	5.031	31.799	80.284	5.031	85.315	11
Outros ativos circulantes	1.070.562	(778.560)	292.002	1.193.127	(778.558)	414.569	2, 16
Demais rubricas do ativo circulante não afetadas	3.282.100	-	3.282.100	4.224.180	-	4.224.180	-
Total do ativo circulante	19.532.785	(1.141.375)	18.391.410	21.912.888	(1.141.373)	20.771.515	
NÃO CIRCULANTE							
Impostos a recuperar	3.796.275	266.741	4.063.016	3.811.455	266.741	4.078.196	14
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.874.190	(1.874.190)	-	2.008.710	(2.008.710)	-	13
Depósitos Judiciais	384.835	(66.354)	318.481	414.404	(66.354)	348.050	
Outros ativos não circulantes	79.259	(61.801)	17.457	86.380	(61.801)	24.579	7
Investimentos	4.700.283	(751.658)	3.948.625	8.558	-	8.558	12
Imobilizado	4.026.745	(1.801.892)	2.224.853	4.473.081	(1.801.892)	2.671.189	2, 12
Intangível	4.105.396	(4.105.396)	-	8.369.891	(4.675.458)	3.694.433	1, 6 e 12
Ativo de direito de uso	2.860.422	2.029.583	4.890.005	3.352.110	2.488.209	5.840.319	9
Demais rubricas do ativo não circulante não afetadas	99.759	-	99.759	81.335	-	81.335	
Total do ativo não circulante	21.927.164	(6.364.968)	15.562.197	22.605.924	(5.859.265)	16.746.659	
TOTAL DO ATIVO	41.459.949	(7.506.343)	33.953.607	44.518.812	(7.000.638)	37.518.174	

**Balancos patrimoniais em
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora			Consolidado			Ref.
	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021	
	Publicado		Reapresentado	Publicado		Reapresentado	
CIRCULANTE							
Fornecedores	8.743.844	2.323.925	11.067.769	8.646.372	2.323.925	10.970.297	1, 2 e 5
Risco Sacado	-	14.171.071	14.171.071	-	14.171.071	14.171.071	1
Empréstimos e financiamentos	1.305.995	3.515.001	4.820.996	946.155	10.624.816	11.570.971	5 e 10
Debêntures	174.013	7.694.951	7.868.964	106.759	2.041.952	2.148.711	10
Salários, provisões e contribuições sociais	185.661	(2.382)	183.279	308.177	(2.382)	305.795	6
Tributos a recolher	163.704	415.040	578.744	223.247	415.040	638.287	14
Imposto de renda e Contribuição Social	-	-	-	7.761	-	7.761	
Provisão para processos judiciais e contingências	64.412	-	64.412	125.085	-	125.085	
Passivo de arrendamento	632.944	250.677	382.267	766.900	(131.580)	635.320	9
Adiantamento recebido de clientes	136.276	(4.024)	132.252	724.111	(4.024)	720.087	
Outros passivos circulantes	661.563	237.443	899.006	920.542	237.443	1.157.985	12, 16, 17
Demais rubricas do passivo circulante não afetados	676.154	-	676.154	561.745	-	561.745	-
Total do passivo circulante	12.744.566	28.100.348	40.844.914	13.336.854	29.676.261	43.013.115	
NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	2.136.070	(2.136.070)	-	9.245.885	(9.245.885)	-	10
Debêntures	7.694.951	(7.694.951)	-	2.041.952	(2.041.952)	-	10
Provisão para processos judiciais e contingências	429.731	31.639	461.370	735.440	31.639	767.079	
Passivo de arrendamento	2.411.935	2.651.212	5.063.147	2.818.421	3.032.707	5.851.128	9
Outros passivos não circulantes	74.046	79.469	153.515	78.104	79.469	157.573	15
Provisão para perdas em investimentos	43.116	(5.112)	38.004	-	-	-	
Demais rubricas do passivo não circulantes não afetados	14.558	-	14.558	351.180	-	351.180	
Total do passivo não circulante	12.804.407	(7.073.813)	5.730.594	15.270.982	(8.144.022)	7.126.960	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	(14.179.184)	14.179.184	-	(14.179.884)	(14.179.884)	-
Outros Resultados Abrangentes	(219.440)	(127.880)	347.220	(219.440)	(127.880)	(347.220)	
Ajustes acervo LASA em 10/06/2021	-	(6.783.012)	6.783.012	-	(6.783.012)	(6.783.012)	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	(7.443.956)	7.443.956	-	(7.443.956)	(7.443.956)	-
Demais rubricas do patrimônio líquido não afetadas	16.130.416	-	16.130.416	16.130.416	-	16.130.416	-
Total do patrimônio líquido	15.910.976	28.532.887	12.621.901	15.910.976	(28.532.877)	(12.621.901)	
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41.459.949	(7.506.342)	33.953.608	44.518.812	(7.000.638)	37.518.174	

Demonstração do Resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Conciliação do Resultado líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2021	2	4	6	10	12	13	14	Outros	Controladora 31/12/2021(*)
	Publicado	Ajustes								Reapresentado
Receita operacional líquida	21.777.785	-	-	-	-	-	-	312.369	(487.055)	21.603.099
(-) Custo das mercadorias e serviços	(14.896.622)	(3.601.024)	-	-	-	-	-	35.938	868.959	(17.592.749)
Lucro bruto	6.881.163	(3.601.024)	-	-	-	-	-	348.307	381.904	4.010.350
Vendas	(4.010.112)	-	-	-	117.668	-	-	-	(604.505)	(4.496.949)
Gerais e administrativas	(1.655.012)	129.533	-	(180.574)	120.712	-	-	(301.671)	(36.870)	(1.923.882)
Resultado de equivalência patrimonial	(240.483)	-	-	-	-	-	-	-	(90.369)	(330.852)
Outras despesas operacionais líquidas	(144.606)	-	-	-	(2.272)	(1.441.029)	-	-	(175.983)	(1.763.890)
	(6.050.213)	129.533	-	(180.574)	236.108	(1.441.029)	-	(301.671)	(907.727)	(8.515.573)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	830.950	(3.471.491)	-	(180.574)	236.108	(1.441.029)	-	46.636	(525.823)	(4.505.223)
Receitas financeiras	515.918	-	-	-	-	-	-	579.128	-	1.095.046
Despesas financeiras	(1.280.821)	-	(915.227)	-	(449.134)	-	-	(24.625)	(38)	(2.669.845)
Resultado financeiro	(764.903)	-	(915.227)	-	(449.134)	-	-	554.503	(38)	(1.574.799)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	66.047	(3.471.491)	(915.227)	(180.574)	(213.026)	(1.441.029)	-	601.139	(525.861)	(6.080.022)
Imposto de renda e contribuição social										
Correntes	112.838	-	-	-	-	-	-	(215.121)	-	(102.283)
Diferidos	364.910	-	-	-	-	-	(509.537)	-	89.570	(55.057)
	477.748	-	-	-	-	-	(509.537)	(215.121)	-	(157.340)
Lucro líquido (prejuízo)	543.795	(3.471.491)	(915.227)	(180.574)	(213.026)	(1.441.029)	(509.537)	386.018	(436.291)	(6.237.362)
Atribuível aos acionistas controladores	543.795	(3.471.491)	(915.227)	(180.574)	(213.026)	(1.441.029)	(509.537)	386.018	(436.291)	(6.237.362)

(*) O saldo da DRE do exercício de 2021 inclui as transações das Lojas Americanas, a partir de junho de 2021, data de sua incorporação.

Demonstração do Resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Conciliação do Resultado líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2021	2	4	6	10	12	13	14	Outros	Consolidado 31/12/2021(*)
	Publicado					Ajustes				Reapresentado
Receita operacional líquida	22.695.861	-	-	-	-	-	-	312.369	(487.055)	22.521.175
(-) Custo das mercadorias e serviços	(15.934.094)	(3.601.024)	-	-	-	-	-	35.938	868.959	(18.630.221)
Lucro bruto	6.761.767	(3.601.024)	-	-	-	-	-	348.307	381.904	3.890.954
Vendas	(3.990.108)	-	-	-	117.668	-	-	-	(529.305)	(4.401.745)
Gerais e administrativas	(1.774.476)	129.533	-	(180.574)	120.712	-	-	(301.671)	(38.066)	(2.044.542)
Resultado de equivalência patrimonial	(83.812)	-	-	-	-	-	-	-	-	(83.812)
Outras despesas operacionais líquidas	(157.203)	-	-	-	(2.272)	(1.441.029)	-	-	(250.873)	(1.851.377)
	(6.005.599)	129.533	-	(180.574)	236.108	(1.441.029)	-	(301.671)	(818.244)	(8.381.476)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	756.168	(3.471.491)	-	(180.574)	236.108	(1.441.029)	-	46.636	(436.340)	(4.490.522)
Receitas financeiras	623.682	-	-	-	-	-	-	579.128	-	1.202.810
Despesas financeiras	(1.396.086)	-	(915.227)	-	(449.134)	-	-	(24.625)	49	(2.785.023)
Resultado financeiro	(772.404)	-	(915.227)	-	(449.134)	-	-	554.503	49	(1.582.213)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	(16.236)	(3.471.491)	(915.227)	(180.574)	(213.026)	(1.441.029)	-	601.139	(436.291)	(6.072.735)
Imposto de renda e contribuição social										
Correntes	122.723	-	-	-	-	-	-	(215.121)	-	(92.398)
Diferidos	437.308	-	-	-	-	-	(509.537)	-	-	(72.229)
	560.031	-	-	-	-	-	(509.537)	(215.121)	-	(164.627)
Lucro líquido (prejuízo)	543.795	(3.471.491)	(915.227)	(180.574)	(213.026)	(1.441.029)	(509.537)	386.018	(436.291)	(6.237.362)
Atribuível aos acionistas controladores	543.795	(3.471.491)	(915.227)	(180.574)	(213.026)	(1.441.029)	(509.537)	386.018	(436.291)	(6.237.362)

(*) O saldo da DRE do exercício de 2021 inclui as transações das Lojas Americanas, a partir de junho de 2021, data de sua incorporação.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Conciliação da demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Controladora			Consolidado			Ref.
	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021	
	Publicado		Reapresentado	Publicado		Reapresentado	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	543.795	(6.781.157)	(6.237.362)	543.795	(6.781.157)	(6.237.362)	
Outros resultados abrangentes:							
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	(634.734)	-	(634.734)	(634.734)	-	(634.734)	
Efeitos tributários	215.810	127.880	343.690	215.810	127.880	343.690	13
Outros resultados abrangentes - <i>Hedge</i> de fluxo de caixa de controladas	450.805	-	450.805	450.805	-	450.805	
Variação cambial de investida no exterior	5.576	-	5.576	5.576	-	5.576	
Total de outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes, líquido dos tributos	37.457	127.880	165.337	37.457	127.880	165.337	
Total do resultado abrangente	581.252	(6.653.277)	(6.072.025)	581.252	(6.653.277)	(6.072.025)	

Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido
Exercício findo em 01 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora	Consolidado	
Conciliação do Patrimônio Líquido originalmente apresentado em 1 de janeiro de 2021	9.485.706	9.485.706	Ref.
Ajuste VPC	(7.512.989)	(7.512.989)	2
Ajuste Encargos Financeiros Risco Sacado	(802.144)	(802.144)	4
Provisão para <i>Impairment</i>	(3.055.731)	(3.055.731)	12
Provisão de Impostos diferidos	(1.371.293)	(1.371.293)	13
Ajuste impostos a Recuperar	(763.830)	(763.830)	14
Distribuição de JCP	(62.231)	(62.231)	17
Outros	(124.467)	(124.467)	
Patrimônio Líquido reapresentado em 1 de janeiro de 2021	<u>(4.206.979)</u>	<u>(4.206.979)</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
Patrimônio Líquido originalmente apresentado em 31 de dezembro de 2021	15.910.976	15.910.976	
Ajuste VPC	(18.202.539)	(18.202.539)	2
Ajuste Encargos Financeiros Risco Sacado	(1.718.223)	(1.718.223)	4
Ajuste Folha de Pagamento Capitalizada	(319.510)	(319.510)	6
Provisão para <i>Impairment</i>	(4.323.598)	(4.323.598)	12
Provisão de impostos diferidos	(2.154.870)	(2.154.870)	13
Impostos a Recuperar	(377.811)	(377.811)	14
Distribuição de JCP	(61.801)	(61.801)	17
Ajuste Arrendamentos	(412.918)	(412.918)	9
Baixa de despesas de contas patrimoniais	(189.502)	(189.502)	15
Outros	(772.105)	(772.105)	
Patrimônio Líquido reapresentado em 31 de dezembro de 2021	<u>(12.621.901)</u>	<u>(12.621.901)</u>	

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Conciliação da demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2021		Controladora		31/12/2021		Ref.
	Publicado	Ajuste	Reapresentado	Publicado	Ajuste	Reapresentado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Lucro líquido (prejuízo)	543.795	(6.783.012)	(6.239.217)	543.795	(6.783.012)	(6.239.217)	
Resultado líquido ajustado	<u>2.596.383</u>	<u>(4.184.750)</u>	<u>(1.588.368)</u>	<u>2.512.705</u>	<u>(4.220.584)</u>	<u>(1.707.879)</u>	6,13,12
Redução (aumento) nos ativos operacionais	<u>(4.865.673)</u>	<u>(258.111)</u>	<u>(5.123.784)</u>	<u>(6.084.641)</u>	<u>(116.046)</u>	<u>(6.200.687)</u>	7,18,14
Aumento (redução) nos passivos operacionais	<u>2.980.719</u>	<u>3.052.950</u>	<u>6.033.669</u>	<u>3.812.148</u>	<u>3.046.869</u>	<u>6.859.017</u>	2,17,1
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(328.066)</u>	<u>(1.839.133)</u>	<u>(2.167.200)</u>	<u>(825.649)</u>	<u>(1.738.895)</u>	<u>(2.564.544)</u>	
Atividades de investimento							
Fluxo de Caixa de Atividades de Investimento	<u>3.130.316</u>	<u>-</u>	<u>3.130.316</u>	<u>3.650.020</u>	<u>(122.626)</u>	<u>3.527.393</u>	6
Atividades de financiamento							
Fluxo de Caixa de Atividades de financiamento	<u>(6.972.818)</u>	<u>1.758.403</u>	<u>(5.214.415)</u>	<u>(6.751.770)</u>	<u>1.780.791</u>	<u>(4.970.979)</u>	9
Redução de caixa e equivalente de caixa	<u>(4.170.568)</u>	<u>(80.730)</u>	<u>(4.251.299)</u>	<u>(3.927.399)</u>	<u>(80.730)</u>	<u>(4.008.130)</u>	
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	<u>6.630.363</u>	<u>-</u>	<u>6.630.363</u>	<u>6.634.287</u>	<u>-</u>	<u>6.634.287</u>	
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.459.795</u>	<u>-</u>	<u>2.379.064</u>	<u>2.706.888</u>	<u>-</u>	<u>2.626.157</u>	

Demonstração do Valor Adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Conciliação da demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2021		Controladora	31/12/2021		Consolidado	Ref
	Publicado	Ajuste	31/12/2021	Publicado	Ajuste	31/12/2021	
			Reapresentado			Reapresentado	
Receitas	25.671.142	(734.249)	24.936.893	26.861.865	(684.080)	26.177.785	14
Insumos Adquiridos de Terceiros	(21.090.952)	(3.451.835)	(24.542.787)	(21.943.632)	(3.504.094)	(25.447.726)	2, 11, 16 e 10
Valor Adicionado Bruto	4.580.190	(4.196.084)	384.106	4.918.233	(4.188.174)	730.059	
Depreciação e Amortização	(1.214.438)	248.393	(966.045)	(1.300.292)	262.190	(1.038.102)	2
Reversão/ Perda por <i>Impairment</i>	-	(1.610.483)	(1.610.483)	-	(1.623.076)	(1.623.076)	12
Valor Adicionado Líquido Produzido	3.365.752	(5.561.884)	(2.192.422)	3.617.941	(5.559.060)	(1.931.119)	
Valor Adicionado Recebido em Transferência							
Resultado de equivalência patrimonial	(240.483)	(90.369)	(330.852)	(83.812)	-	(83.812)	12
Receitas financeiras	515.918	579.128	1.095.046	623.682	579.128	1.202.810	16 e 10
Valor Adicionado Total a distribuir	3.641.187	(5.069.414)	(1.430.083)	4.157.811	(4.979.932)	(812.121)	
Distribuição do Valor Adicionado							
Pessoal	1.006.128	-	1.006.128	1.361.345	-	1.361.345	
Impostos, taxas e contribuições	759.347	322.719	1.082.066	773.800	412.289	1.186.089	15 e 17
Remuneração de capitais de terceiros	1.331.917	1.389.024	2.720.940	1.478.871	1.388.936	2.867.807	5 e 10
Remuneração de Capitais Próprios	543.795	(6.784.867)	(6.239.217)	543.795	(6.783.012)	(6.239.217)	
Distribuição do valor adicionado	3.641.187	(5.073.124)	(1.431.937)	4.157.811	(4.983.642)	(825.831)	

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1 Base de preparação

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota 4.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos e passivos financeiros classificados por meio do resultado e instrumentos financeiros derivativos, que são mensurados pelo valor justo e dos passivos financeiros que são mensurados ao custo amortizado.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de novembro de 2023.

(a) Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão, com exceção da integral aplicabilidade do CPC 01 R1 e IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, uma vez que, devido as inconsistências contábeis, premissas de negócios sem fundamentação e base adequada à época, a Companhia, com auxílio de assessoria especializada, desenvolveu um modelo de avaliação mais razoável, atual e compatível a situação de negócio, utilizando números mais recentes e corrigidos.

A Controlada Ame Digital Brasil Instituição de Pagamento “Ame”, plataforma financeira da Companhia, recebeu, em 06 de outubro de 2022, autorização do Banco Central do Brasil “Bacen” para operar como Instituição de pagamento, nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, sendo constituída uma holding financeira no Grupo.

Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Ame passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, em conformidade com os critérios exigidos pelo Bacen. Para fins de consolidação das demonstrações financeiras da Ame, pela Companhia, estas estão sendo apresentadas em conformidade com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*).


(b) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3.1.1 Mudanças nas principais políticas contábeis

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2022:

- Alteração ao IAS 16 “Ativo Imobilizado”: A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.



- Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”: O IASB propôs essas emendas para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

- Alteração ao IFRS 3 “Combinação de Negócios”: Substituir uma referência da versão antiga da estrutura conceitual por uma referência à versão mais recente.

- Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020 – aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2022:

(i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" – Taxas incluídas no “teste dos 10%” para o desreconhecimento de passivos financeiros. A alteração esclarece as taxas que uma entidade deve incluir no “teste dos 10%” quando da avaliação dos termos de um passivo financeiro novo ou modificado na comparação com o passivo financeiro original.

(ii) Incentivos de arrendamento e IFRS 16 e Covid - Postergação do expediente prático relacionado ao IFRS 16 até junho 2022, aplicável aos exercícios iniciados em, ou após, 01 de abril de 2021, com adoção antecipada permitida.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

3.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.


O Grupo reconhece a participação de não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os lucros e os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial (nota 14).

(b) Entidades controladas em conjunto (*joint venture*)

Entidades controladas em conjunto (*joint venture*) são todas as entidades nas quais o Grupo participa, sendo que as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que controlam, coletivamente o negócio. O Grupo ao reconhecer seus interesses no empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*), como investimento, contabiliza esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial.



Adicionalmente, quando do aporte de um conjunto de ativos e passivos para a formação de um negócio controlado em conjunto, o Grupo reconhece, no resultado, o ganho ou a perda resultante da diferença entre a baixa do acervo líquido contábil relacionado a este negócio e o valor justo da participação recebida na *joint venture*, de acordo com o CPC 36 (IFRS 10).

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

3.3 Apresentação de informações por segmentos

Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido à Administração do Grupo que destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos operacionais. Esses segmentos operacionais são subdivididos nas atividades de varejo físico, varejo digital, varejo *premium*, *fresh food* e de serviços financeiros, conforme detalhado na nota 35. No segmento de serviços financeiros, destaca-se o integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro, regulado pelo Bacen.

Os segmentos operacionais, tem os seus resultados operacionais acompanhados, monitorados e avaliados de forma apartada e, estão concentrados na comercialização de produtos e prestação de serviços por diversos meios de comercialização, presenciais através de lojas físicas situadas nas principais cidades de todos os estados do País e não presenciais, em especial a Internet.

3.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas de transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

A diferença de moeda estrangeira gerada na conversão das demonstrações financeiras da controlada cuja moeda funcional não seja o real ("R\$") para moeda de apresentação real ("R\$") são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

3.5 Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros títulos e valores mobiliários que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.6 Ativos e passivos financeiros

3.6.1 Classificação

O Grupo classifica, no reconhecimento inicial, seus ativos e passivos financeiros como mensurados: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (iii) valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao VJR são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Havendo ativos financeiros avaliados ao VJORA, estes serão mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por *impairment*, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, serão reconhecidas em VJORA e acumuladas na reserva de valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao VJR são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJR são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras" no exercício em que ocorrem.

As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações no valor justo de títulos monetários, classificados como VJORA, são reconhecidas no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como ao VJORA são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas ou despesas financeiras".

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Para fins de avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

3.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

3.6.4 Impairment de ativos financeiros

O Grupo optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada até a realização do recebível.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações "*forward looking*".



O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- (i) pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- (ii) o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias; ou
- (iii) probabilidade que o devedor entrará em falência, ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base na diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

3.6.5 Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

3.7 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item/objeto que está sendo protegido por *hedge*. O Grupo adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa).


Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na nota 5.1. As movimentações nos valores de *hedge* classificados como Outros resultados abrangentes no patrimônio líquido estão demonstradas na nota 5.4.

(a) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como “outros ganhos (perdas), líquidos”.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue:

Quando o item protegido acaba resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro (estoque, por exemplo), os ganhos e perdas diferidos de *hedge* e o valor no tempo diferido dos pontos a termo diferidos, se existirem, são incluídos no custo inicial do ativo. Os valores diferidos são reconhecidos por fim no resultado quando o item protegido afeta os ganhos ou as perdas (por exemplo, por meio do custo de vendas).



Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidas na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Quando um instrumento de *hedge* vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, naquele momento, permanecem no patrimônio até que a transação prevista ocorra, resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro, como um estoque. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou perda cumulativa e os custos de *hedge* diferidos que haviam sido apresentados no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para o resultado. Todas as operações seguem as diretrizes da política de *Hedge* da Companhia.

(b) Efetividade do *hedge*

A inefetividade de *hedge* é determinada no surgimento da relação de *hedge* e por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*.

O Grupo contrata *swaps* de taxa de juros com termos críticos que são similares ao item protegido, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. O Grupo não aplica *hedge* a 100% dos empréstimos e, portanto, o item protegido é identificado como uma proporção dos empréstimos em aberto até o valor de referência dos *swaps*. Como houve correspondência de todos os termos essenciais durante o ano, a relação econômica foi 100% eficaz (nota 5.4).

A inefetividade do *hedge* de *swaps* de taxa de juros é avaliada utilizando os mesmos princípios adotados para *hedges* de compras em moeda estrangeira. Ela pode ocorrer devido:

- ao ajuste do valor de crédito/valor de débito nos *swaps* de taxa de juros que não é igualado pelo empréstimo; e
- diferenças nos termos essenciais entre os *swaps* de taxa de juros e os empréstimos.

(c) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

3.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber junto as administradoras de cartões de crédito estão apresentadas líquidas do ajuste a valor presente, quando aplicável, calculado sobre a parcela das vendas e da provisão de perda de crédito estimada. São registradas também nessa rubrica as vendas efetuadas por meio de operações corporativas, destacadas como "Demais contas a receber" (nota 9).

As contas a receber de clientes, a menos que seja um contas a receber de clientes com um componente de financiamento significativo, inicialmente são reconhecidas pelo valor justo. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação menos a provisão de perda de crédito estimada ("*Impairment*").

3.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo médio de aquisição está apresentado líquido das bonificações acordadas com fornecedores, quando aplicável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques são reduzidos pelas respectivas provisões para perdas, obsolescência e baixo giro, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto a sua adequação. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou uma revisão nas estimativas contábeis relacionada a provisões para perdas, obsolescência e baixo giro.

3.10 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso:

- (i) da contraprestação transferida;
- (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida, quando aplicável; e
- (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio de aquisição e controladas é registrado como “ativo intangível”.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de até 12 anos.

(c) Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

(d) Softwares/Website

Os gastos relacionados com o desenvolvimento de *websites* (principal canal de vendas da Companhia), tais como desenvolvimento de aplicativos operacionais e infraestrutura tecnológica (compra e desenvolvimento interno de *softwares* e instalação de aplicativos nos *sites*), os direitos de uso de *software*, bem como desenvolvimento gráfico são registrados no intangível, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 04/IAS 38 – Ativo Intangível, sendo amortizados de forma linear considerando o prazo estipulado de sua utilização e benefícios a serem auferidos (nota 16).


As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e *websites* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes dos novos *softwares* e *websites* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando atendidos os critérios estabelecidos pela Administração do Grupo.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

3.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.



Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais bens do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na nota 15. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e se apropriado, ajustados.

Os impactos da contabilização dos custos dos empréstimos tomados com o propósito de adquirir e/ou construir ativos fixos qualificáveis não são relevantes em função do pouco tempo empregado na aquisição de máquinas e equipamentos de informática (seu principal ativo qualificável) e, portanto, não foram contabilizados. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas e receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

A Companhia mantém rotinas de inventários permanentes dos bens do ativo imobilizado. O inventário consiste na verificação e levantamento dos ativos, avaliação de suas características técnicas e condições de utilização. Um dos principais objetivos da realização dos inventários, além de comprovar a existência física dos ativos, é avaliar a sua vida útil remanescente e ajustar esta vida útil e o valor residual se aplicável.

3.12 Arrendamento

Em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 01 de janeiro de 2021, o Grupo possuía contratos classificados como de arrendamento para as suas unidades comerciais, de logística e administrativa.

O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2) /IFRS 16 – Arrendamentos, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

A mensuração do custo do ativo de direito de uso de imóveis corresponde ao valor líquido do passivo de arrendamento, calculado sobre o aluguel previsto nos contratos, descontado a valor presente pelas taxas projetadas e prazos previstos nesses contratos de arrendamento, sendo este o período não cancelável e coberto por opção de prorrogar o arrendamento, se o Grupo estiver razoavelmente certo de exercer esta opção. A depreciação mensal do ativo de direito de uso de imóveis é calculada, linearmente, pelo prazo de vigência previsto no contrato, independente de cláusula de renovatória em conformidade com políticas internas do Grupo.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental do Grupo.

Passivos renegociados em conformidade com a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16/2020, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o qual autoriza em caráter excepcional, alterações em decorrência de benefícios obtidos em contratos de arrendamento relacionados à Covid-19, foram reconhecidos no resultado do exercício (Nota 17 (b)).

3.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment*, é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.14 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações contraídas por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas de recebíveis quando há acordos comerciais firmados com os fornecedores para divulgação ou realização de promoções de determinados produtos. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, essas contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (Nota 18).

3.15 Operações de risco sacado "Forfait"

As operações de risco sacado "forfait", reconhecidas a valor justo, decorrem de contratos firmados pela Companhia com Instituições financeiras para a liquidação de obrigações com fornecedores. Nessa operação a Companhia transfere, à Instituição financeira, a obrigação do pagamento ao fornecedor na data do vencimento do título ou em data preestabelecida, firmada com o fornecedor, passando a Instituição financeira a ser credora da operação.

3.16 Obrigações por transações de pagamento

As obrigações com estabelecimentos conveniados que utilizam a plataforma da Companhia e os valores a pagar a usuários finais, relativos a transações de pagamento, são registradas pelo valor justo líquido da transação, quando aplicável.

As obrigações para concessão de *cashback* aos clientes participantes do programa de fidelidade são reconhecidas, pelo valor justo, quando o cliente adquire produtos ou serviços em um parceiro comercial credenciado que segue determinadas regras e prazos para liberação.

Essas obrigações com os estabelecimentos conveniados, bem como as obrigações para a concessão de *cashback* são registradas no balanço patrimonial, como "Adiantamento recebido de clientes", classificadas no passivo circulante.


3.17 Ajuste a valor presente

De acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, ao determinar o preço da transação, a Companhia deve ajustar o valor prometido da contraprestação pelos efeitos do valor do dinheiro no tempo se o momento dos pagamentos acordado pelas partes do contrato (explícita ou implicitamente) fornecer ao cliente ou à Companhia um benefício significativo do financiamento da transferência de bens ou serviços para o cliente. Nessas circunstâncias, o contrato contém um componente de financiamento significativo. Um componente de financiamento significativo pode existir independentemente de a promessa de financiamento estar explicitamente declarada no contrato ou implícita nas condições de pagamento acordadas pelas partes do contrato. Os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes das operações de longo prazo, ou de curto prazo quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado.

As operações de vendas a prazo, com o mesmo valor de venda à vista, prefixadas, representadas principalmente por vendas a prazo com cartões de crédito, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 13,91% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (5,79% a.a. em 31 de dezembro de 2021), base dos descontos dos recebíveis nas respectivas datas-bases. Sobre os ajustes identificados, aplicou-se as alíquotas de impostos nas respectivas datas-bases. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber de clientes" (Nota 9), em contrapartida da conta de "Receita de Vendas" e sua realização é registrada na rubrica "Receitas financeiras" (Nota 31) pela fruição do prazo.

3.18 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos ao custo amortizado, líquido dos custos incorridos na transação. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos objeto de *hedge*, de valor justo, tendo contratos de *swap* como instrumentos para fins de proteção às oscilações da taxa de câmbio estão registrados a VJR, conforme demonstrado na nota 5.1(a).



Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.19 Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O Grupo avalia, ao menos uma vez por ano, a suficiência de suas provisões para eventos prováveis de ocorrerem ao longo do próximo exercício social.

3.20 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras. Os impostos diferidos ativos e passivos, são apresentados na nota 12 (a).


O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativo e passivo são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Em decorrência dos ajustes realizados, o ativo fiscal ativo fiscal foi revertido contabilmente prevalecendo o direito aos créditos fiscais apurados em conformidade com a legislação aplicável.

3.21 Benefícios a empregados

(a) Remuneração com base em ações

O Grupo opera plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (ações AMER3) do Grupo. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa.



O valor total a ser reconhecido como despesa ao longo do período de duração e aquisição de direito sobre ações dos planos (*vesting period*) é determinado mediante ao valor justo dos instrumentos outorgados, calculado na data da outorga dos programas de compra de ações, com base na cotação média dos fechamentos das ações na bolsa de valores onde são negociadas, sendo este valor total apropriado ao resultado, com ajuste correspondente no patrimônio líquido, pelo método linear durante o *vesting period*, considerando a expectativa de desistência.

Na data do balanço, o Grupo revisa as estimativas de desistência sobre a quantidade de ações que estão em *vesting period*, com base em dados históricos, e, reconhece o impacto da revisão das estimativas, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Na data da outorga do plano, os valores recebidos dos empregados, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal). As ações emitidas ou ações restritas, conforme o caso, emitidas no final do *vesting period* são também creditadas no capital social, mas com base na capitalização das reservas que foram constituídas durante o *vesting period*.

(b) Participação nos lucros

Quando aplicável, o Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

(c) Outros benefícios

A Companhia e suas controladas não concedem outros benefícios Pós-Emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados além daqueles previstos na legislação trabalhista.

3.22 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido (nota 26).

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos. Quando a Companhia compra ações do seu próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou negociadas. Quando essas ações são subsequentemente negociadas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.23 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor puder ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

O Grupo baseia suas estimativas levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de mercadorias e serviços

As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações, ou seja, quando ocorre a transferência do controle. Para casos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada não ocorrerá. Os pedidos de venda aprovados pelas administradoras de cartões de crédito, cujos produtos ainda não foram faturados, nem entregues aos clientes, e as vendas de vales-presentes que se encontram em poder dos clientes e que serão utilizados futuramente são registrados como "Adiantamento recebido de clientes" classificadas no passivo circulante.

Adicionalmente, a Companhia oferece serviços de tecnologia, transporte, intermediação na venda de produtos e serviços, dentre outros. As receitas de serviços são reconhecidas quando for provável que os serviços foram prestados e os benefícios transferidos a Companhia.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.24 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Quando aplicável, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é registrado no patrimônio líquido até a data da aprovação.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado para fins fiscais e no patrimônio líquido para fins societários.

4. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir:

(a) Redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio de acordo com a política contábil apresentada na nota 3.13.

Para as Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) de varejo físico, varejo digital, varejo *premium*, *fresh food* e de serviços financeiros o ágio apurado na aquisição do investimento foi avaliado para *impairment* utilizando a base em projeções de resultados futuros de cada UGC's, conforme demonstrado na nota 14(a).

Adicionalmente, os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) das controladas foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. Foram reconhecidas perdas por *impairment* do ágio nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e em 01 de janeiro de 2021.

(b) Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido e considera o prazo provável de realização com base em projeções de lucros tributáveis futuros. As premissas para as projeções dos lucros tributáveis futuros estão alinhadas ao plano de negócio da Companhia aprovado pela administração.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos (nota 5).

(d) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

O Grupo adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

4.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis do Grupo

(a) Provisão de perda de crédito estimada

Fundamentada pela Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas da realização das contas a receber (nota 9).

(b) Perdas estimadas nos estoques

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos nos centros de distribuição e nas lojas físicas, bem como na venda de itens abaixo do preço de aquisição e estoques sem venda. Esta provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização dos seus estoques (nota 10).

A provisão para obsolescência nos estoques é estimada com base no valor realizável líquido das mercadorias. Caso a mercadoria esteja registrada por um valor maior que o respectivo preço de venda, é realizada a provisão na proporção da margem negativa de cada produto. O saldo dos estoques é apresentado líquido desta provisão.

(c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível, baseado em laudo elaborado por especialista independente, considera a melhor estimativa sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Periodicamente a Administração avalia as mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor que podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil (notas 15 e 16).

(d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os testes de *impairment* são realizados considerando as projeções de resultado futuro, calculado com base em premissas internas e de mercado, descontadas a valor presente. Essas projeções são calculadas considerando as melhores estimativas da Administração, que são revistas quando ocorrem mudança no cenário econômico ou no mercado consumidor.

(e) Ativos e passivos contingentes

O Grupo registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Ativos contingentes são eventos que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a Companhia. Quando praticamente certos, com base em pareceres jurídicos que sustentem a sua realização, são reconhecidos no resultado do exercício (nota 24).

(f) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o Lucro - ICPC 22/IFRIC 23

No que se refere a tratamentos fiscais incertos, previstos no ICPC22/ IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, quanto ao imposto de renda e contribuição social e, também para os demais tributos, a administração avalia a probabilidade de aceite e decisões de tribunais superiores de última instância. A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pelo Grupo nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

5. Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

No curso normal de seus negócios, o Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. O Grupo utiliza instrumentos de proteção para minimizar sua exposição a esses riscos, com base em seu monitoramento sob gestão de seus diretores supervisionada pelo Conselho de Administração. Essa gestão determina quais são as estratégias a serem adotadas e a Administração contrata instrumentos de proteção adequados a cada circunstância e riscos inerentes.

O Grupo não possui *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". O Grupo não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de disponibilidades.

(a) Risco de Mercado

(i) Risco cambial

O Grupo utiliza-se de *swaps* tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras.

A contraparte desses *swaps* tradicionais é a instituição financeira provedora dos empréstimos. Essas operações de swap referenciados em CDI visam anular o risco inflacionário, transformando o custo da dívida (nota 20) para um referenciado de maior previsibilidade, a uma taxa de CDI + 4,06 a 4,62% ao ano. Esses contratos possuem, em 31 de dezembro de 2022 um valor de referência de R\$ 6.375.000 na controladora e R\$ 869.250 no consolidado (em 31 de dezembro de 2021 R\$ 6.200.000 em 01 de janeiro de 2021 R\$ 3.100.000 na controladora e R\$ 694.391 e R\$ 408.900 no consolidado). Essas operações estão casadas em termos de valor, prazos e taxas de juros. Nesse tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a posição destes instrumentos financeiros derivativos era a seguinte:

- *Swaps tradicionais (registrados na conta de empréstimos e financiamentos):*

		Controladora			Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Posição ativa (Dólar/Euro + Pré)		323.784	308.731	695.682	323.784	308.731	695.682
Posição passivo do swap (% CDI)		(262.349)	(215.518)	(504.012)	(262.349)	(215.518)	(504.012)
Saldo contábil de ajuste de swap (nota 20 (a))		61.435	93.213	191.670	61.435	93.213	191.670

		Controladora			Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Objeto do <i>hedge</i> (dívida)	Custo amortizado	312.992	294.281	673.528	312.992	294.281	673.528
	Valor justo	(323.784)	(308.731)	(695.682)	(323.784)	(308.731)	(695.682)
		(10.792)	(14.450)	(22.154)	(10.792)	(14.450)	(22.154)
<i>Swaps</i>							
Posição ativa (Dólar/Euro + Pré)	Custo amortizado	(320.680)	(327.844)	(720.202)	(320.680)	(327.844)	(720.202)
	Valor justo	323.784	308.731	695.682	323.784	308.731	695.682
		3.104	(19.113)	(24.520)	3.104	(19.113)	(24.520)
Posição passiva (% CDI)	Custo amortizado	248.453	220.181	506.378	248.453	220.181	506.378
	Valor justo	(262.349)	(215.518)	(504.012)	(262.349)	(215.518)	(504.012)
		(13.896)	4.663	2.366	(13.896)	4.663	2.366
		(10.792)	(14.450)	(22.154)	(10.792)	(14.450)	(22.154)

- *Hedge accounting - Swaps Bond's, através das controladas JSM Global e B2W Digital Lux (registrados na conta de empréstimos e financiamentos):*

		Controladora			Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Posição ativa (Dólar + Pré)		-	-	-	5.163.445	6.645.196	3.274.621
Posição passivo do swap (CDI + Pré)		-	-	-	(6.871.880)	(6.949.604)	(3.537.125)
Saldo contábil de ajuste de swap (nota 19 (a))		-	-	-	(1.708.435)	(304.408)	(262.504)

		Controladora			Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Objeto do <i>hedge</i> (dívida)	Custo amortizado	-	-	-	5.247.583	5.613.905	2.609.718
	Valor justo	-	-	-	(6.575.625)	(5.937.663)	(2.775.150)
		-	-	-	(1.328.042)	(323.758)	(165.432)
<i>Swaps</i>							
Posição ativa (Dólar + Pré)	Custo amortizado	-	-	-	(5.247.583)	(5.613.905)	(2.609.718)
	Valor justo	-	-	-	5.163.445	6.645.196	3.274.621
		-	-	-	(84.138)	1.031.291	664.903
Posição passiva (CDI + Pré)	Custo amortizado	-	-	-	5.627.976	5.594.555	2.706.790
	Valor justo	-	-	-	(6.871.880)	(6.949.604)	(3.537.125)
		-	-	-	(1.243.904)	(1.355.049)	(830.335)
		-	-	-	(1.328.042)	(323.758)	(165.432)

Considerando que a exposição do Grupo ao risco de oscilações nas taxas de câmbio é mitigada pelas operações de *swaps* tradicionais, contratados para proteção cambial, e, portanto, simultaneamente com os respectivos empréstimos em moeda estrangeira, a variação do dólar frente ao Real em decorrência da atual condição de mercado não produz efeitos relevantes nas informações financeiras do Grupo.

(ii) Risco de variação de índices financeiros

- *Hedge accounting - Swaps debêntures (registrados na conta de debêntures) – Nota 5.4:*

A contraparte desses *swaps* tradicionais é a instituição financeira provedora dos empréstimos. Essas operações de *swap* referenciados em CDI visam anular o risco inflacionário, transformando o custo da dívida (nota 20) para um referenciado de maior previsibilidade, a uma taxa de CDI + 4,06 a 4,62% ao ano. Esses contratos possuem, em 31 de dezembro de 2022 um valor de referência de R\$ 6.375.000 na controladora e R\$ 869.250 no consolidado (31 de dezembro de 2021 R\$ 6.200.000 na controladora e R\$ 694.391 no consolidado). Essas operações estão casadas em termos de valor, prazos e taxas de juros. Nesse tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem.

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 01 de janeiro de 2021, a posição destes instrumentos financeiros derivativos era a seguinte:

		Controladora			Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Posição ativa (IPCA + Pré)		8.027.557	8.153.920	4.278.034	894.963	909.059	564.286
Posição passivo do <i>swap</i> (CDI + Pré)		(7.736.563)	(7.825.605)	(4.077.365)	(864.682)	(876.003)	(540.241)
Saldo contábil de ajuste de <i>swap</i>		290.994	328.315	200.669	30.281	33.056	24.045

		Controladora			Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Objeto do <i>hedge</i> (dívida)	Custo amortizado	7.472.902	7.066.081	3.166.613	834.967	789.508	417.686
	Valor justo	(8.319.182)	(7.505.201)	(3.014.707)	(931.999)	(841.870)	(400.267)
		(846.280)	(439.120)	151.906	(97.032)	(52.362)	17.419
<i>Swaps</i>							
Posição ativa (IPCA + Pré)	Custo amortizado	(7.472.902)	(7.066.081)	(3.166.613)	(834.967)	(789.508)	(417.686)
	Valor justo	8.027.557	8.153.920	4.278.034	894.963	909.059	564.286
Posição passiva (CDI)		554.655	1.087.839	1.111.421	59.996	119.551	146.600
	Custo amortizado	6.335.628	6.298.646	3.117.850	707.654	704.090	411.060
	Valor justo	(7.736.563)	(7.825.605)	(4.077.365)	(864.682)	(876.003)	(540.241)
		(1.400.935)	(1.526.959)	(959.515)	(157.028)	(171.913)	(129.181)
		(846.280)	(439.120)	151.906	(97.032)	(52.362)	17.419

(iii) Risco de taxa de juros

O Grupo se utiliza de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, bem como sustentar as aplicações de caixa, quando necessário, o Grupo obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do País, que são substancialmente (cerca de 91% do total), indexados à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI (análise de sensibilidade no item (d) abaixo). A política de aplicações financeiras indexadas em CDI mitiga parcialmente este efeito.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites de riscos individuais são determinados com base em uma modelagem interna que considera variáveis como classificação de rating e tamanho do Patrimônio Líquido das contrapartes. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

O risco de crédito é minimizado pelo fato de grande parte das vendas do Grupo serem realizadas por meio de cartões de crédito administrados pelas principais operadoras de cartão de crédito que possuem excelentes níveis de classificação de risco. O Grupo mantém provisão de perda de crédito estimada em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos que são quitados em uma base líquida pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	6.476.179	-	-	-
Risco Sacado	15.909.739	-	-	-
Contas a pagar de combinação de negócios	10.494	19.344	-	-
Contas a pagar de combinação de negócios – opção de compra	-	115.818	-	-
Empréstimos e financiamentos e debêntures	21.023.284	-	-	-
Arrendamentos a pagar	1.215.253	1.180.751	3.113.943	5.877.328
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	11.067.769	-	-	-
Risco Sacado	14.171.071	-	-	-
Contas a pagar de combinação de negócios	-	7.279	7.279	-
Empréstimos e financiamentos e debêntures	12.689.960	-	-	-
Arrendamentos a pagar	1.000.919	962.343	2.655.292	5.936.176
Em 01 de janeiro de 2021				
Fornecedores	4.769.342	-	-	-
Risco Sacado	6.818.332	-	-	-
Contas a pagar de combinação de negócios	1.234	6.605	6.605	-
Empréstimos e financiamentos e debêntures	7.402.210	-	-	-
Arrendamentos a pagar	74.499	68.413	69.882	-
	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	6.665.065	-	-	-
Risco Sacado	15.909.739	-	-	-
Contas a pagar de combinação de negócios	60.614	261.186	-	-
Contas a pagar de combinação de negócios – opção de compra	-	115.818	-	-
Empréstimos e financiamentos e debêntures	22.749.524	-	-	-
Arrendamentos a pagar	1.235.052	1.196.834	3.144.699	5.885.128
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	10.970.297	-	-	-
Risco Sacado	14.171.071	-	-	-
Contas a pagar de combinação de negócios	43.870	177.543	127.739	-
Contas a pagar de combinação de negócios – opção de compra	-	-	127.931	-
Empréstimos e financiamentos e debêntures	13.719.682	-	-	-
Arrendamentos a pagar	6.818.332	1.114.140	3.144.699	6.219.921
Em 01 de janeiro de 2021				
Fornecedores	4.906.687	-	-	-
Risco Sacado	6.818.332	-	-	-
Contas a pagar de combinação de negócios	1.234	6.605	6.605	-
Empréstimos e financiamentos e debêntures	7.768.072	-	-	-
Arrendamentos a pagar	89.604	79.200	77.840	-

(d) **Análise de sensibilidade adicional**

(i) **Análise de sensibilidade das operações de swaps**

As operações de *swap* registradas pelo Grupo, foram contratadas simultaneamente às operações dos empréstimos em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, trocando exposição cambial dos empréstimos pela exposição ao CDI. A dívida bruta do Grupo em US\$ estava assim representada:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Empréstimos em moeda estrangeira € (nota 5.1 (a))	323.784	308.731	695.682	5.571.367	5.922.636	2.609.718
Taxa US\$ na data de fechamento	5,2177	5,5805	-	5,2177	5,5805	5,1967
Taxa € na data do fechamento	-	-	6,3779	-	-	6,3779
Taxa de US\$ final estimada, divulgada pelo Bacen	5,2800	5,6000	-	5,2800	5,6000	5,0000
Taxa de € final estimada, divulgada pelo Bacen	-	-	6,5650	-	-	6,5650

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50% respectivamente, acima da expectativa provável, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Risco	Cenário provável	Controladora	
			Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Dólar				
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2021		5,5805	5,5805	5,5805
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2022		5,2177	5,2177	5,2177
Taxa de câmbio estimada para 31 de dezembro de 2023		5,2800	6,6000	7,9200
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação US\$)	3.866	85.779	167.691
Swaps (Ponta ativa em moeda estrangeira)	(variação US\$)	(3.866)	(85.779)	(167.691)
	Efeito líquido	Nulo	Nulo	Nulo
Consolidado				
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Dólar				
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2021		5,5805	5,5805	5,5805
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2022		5,2177	5,2177	5,2177
Taxa de câmbio estimada para 31 de dezembro de 2023		5,2800	6,6000	7,9200
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação US\$)	66.523	1.475.996	2.885.468
Swaps (Ponta ativa em moeda estrangeira)	(variação US\$)	(66.523)	(1.475.996)	(2.885.468)
	Efeito líquido	Nulo	Nulo	Nulo

(i) **Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI**

O Grupo mantém grande parte da sua dívida, aproximadamente 91%, e das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI (considerando a troca das dívidas em moeda estrangeira por variação do CDI com os *swaps* tradicionais). A dívida líquida estava assim representada:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Dívida líquida:						
Caixa e equivalentes de caixa	2.412.711	2.379.064	6.630.363	2.477.168	2.626.157	6.634.287
Títulos e valores mobiliários	2.259.908	3.343.357	4.332.294	3.639.314	4.297.525	4.491.969
Risco Sacado	(15.909.739)	(14.171.071)	(6.818.332)	(15.909.739)	(14.171.071)	(6.818.332)
Empréstimos e financiamentos	(9.365.678)	(4.820.996)	(4.456.024)	(17.386.208)	(11.570.971)	(7.377.037)
Debêntures	(11.657.606)	(7.868.964)	(2.946.186)	(5.363.316)	(2.148.711)	(391.035)
	<u>(32.260.404)</u>	<u>(21.138.610)</u>	<u>(3.257.885)</u>	<u>(32.542.781)</u>	<u>(20.967.071)</u>	<u>(3.460.148)</u>
Taxa do CDI na data de fechamento	13,65%	9,15%	1,90%	13,65%	9,15%	1,90%
Taxa do CDI final estimada divulgada pelo Bacen	12,25%	11,75%	3,00%	12,25%	11,75%	3,00%

Adicionalmente, a Administração, efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração da taxa do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Operação	Controladora		
	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31 de dezembro de 2022	13,65%	13,65%	13,65%
Dívida líquida:	(32.260.404)	(32.260.404)	(32.260.404)
Taxa anual estimada do CDI em 2023	12,25%	15,31%	18,38%
Efeito anual na dívida líquida:			
Redução	451.646	-	-
Aumento	-	(536.329)	(1.524.304)

Operação	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31 de dezembro de 2022	13,65%	13,65%	13,65%
Dívida líquida:	(32.542.781)	(32.542.781)	(32.542.781)
Taxa anual estimada do CDI em 2022	12,25%	15,31%	18,38%
Efeito anual na dívida líquida:			
Redução	455.599	-	-
Aumento	-	(541.024)	(1.537.646)

5.2 Gestão de capital

O objetivo do Grupo ao administrar seu capital é o de assegurar a continuidade de suas operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados. O Grupo monitora os níveis de endividamento através do índice de Dívida líquida/EBITDA, o qual no seu entendimento representa, de forma mais apropriada, a sua métrica de endividamento, pois reflete as obrigações financeiras consolidadas líquidas das disponibilidades imediatas para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional.

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo utiliza abordagem de mercado para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros.

O Grupo aplica o CPC 46/IFRS 13 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- (Nível 1) preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que entidade possa ter acesso/ na data de mensuração;
- (Nível 2) *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- (Nível 3) *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2022.

				Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Fundo de Investimento - FIDC	-	43.545	-	43.545
CDB	-	3.603.264	-	3.603.264
Demais Títulos e Valores Mobiliários	-	2.226.762	-	2.226.762
Contas a receber de clientes	-	4.814.914	-	4.814.914
Total do ativo	-	10.688.485	-	10.688.485
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	-	323.784	-	323.784
Derivativos <i>de hedge accounting</i> – swap de <i>Bond's</i>	-	1.708.435	-	1.708.435
Derivativos <i>de hedge accounting</i> – swap de Debêntures	-	(30.281)	-	(30.281)
Derivativos <i>de hedge accounting</i> – swap	-	(55.992)	-	(55.992)
Contas a pagar de combinação de negócios - opção de compra	-	-	115.818	115.818
Total do passivo	-	1.945.946	115.818	2.061.764

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2021 rerepresentado.

				Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Fundo de Investimento - FIDC	-	63.366	-	63.366
CDB	-	3.590.395	-	3.590.395
Demais Títulos e Valores Mobiliários	-	3.037.615	-	3.037.615
Contas a receber de clientes	-	6.618.014	-	6.618.014
Total do ativo	-	13.309.390	-	13.309.390
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	-	308.731	-	308.731
Derivativos <i>de hedge accounting</i> – swap de <i>Bond's</i>	-	304.408	-	304.408
Derivativos <i>de hedge accounting</i> – swap de Debêntures	-	(33.056)	-	(33.056)
Derivativos <i>de hedge accounting</i> – swap	-	(94.132)	-	(94.132)
Contas a pagar de combinação de negócios - opção de compra (i)	-	-	107.047	107.047
Total do passivo	-	485.951	107.047	592.998

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados pelo valor justo em 01 de janeiro de 2021 rerepresentado.

				Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Fundo de Investimento - FIDC	-	80.592	-	80.592
CDB	-	9.609.491	-	9.609.491
Demais Títulos e Valores Mobiliários	-	1.430.395	-	1.430.395
Contas a receber de clientes	-	1.726.119	-	1.726.119
Total do ativo	-	12.846.597	-	12.846.597
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	-	695.682	-	695.682
Derivativos <i>de hedge accounting</i> – swap de <i>Bond's</i>	-	262.504	-	262.504
Derivativos <i>de hedge accounting</i> – swap de Debêntures	-	(24.045)	-	(24.045)
Derivativos <i>de hedge accounting</i> – swap	-	(191.670)	-	(191.670)
Total do passivo	-	742.471	-	742.471

(i) A Companhia, com base na técnica de avaliação do modelo de Monte Carlo, estimou o valor justo do passivo reconhecido pela compra dos 30% remanescentes do Grupo Uni.co (nota 14 (b)). O modelo considera as probabilidades de atingimento das metas de resultados futuros dos negócios adquiridos, dentro do intervalo de preço mínimo e máximo contratuais estipulados para o exercício da opção e sua probabilidade de ocorrência.

Não existem ativos e passivos financeiros relevantes sujeitos a acordo de compensações.

5.4 "Hedge accounting"

A Companhia e suas controladas efetuaram a emissão de títulos de dívida, *Bond's* no exterior e no mercado interno debêntures, os quais possuem exposição a riscos relacionados às oscilações de moeda estrangeira e índices de inflação. Em decorrência das operações, a Companhia e suas controladas fizeram o uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco das oscilações das variações do câmbio e dos índices atrelados à inflação utilizando a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Após estudos técnicos, baseados no CPC 48, as operações decorrentes da aplicação da contabilidade de *hedge accounting*, foram classificadas na categoria de "cash flow". Os efeitos da valorização ou desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registrados em contrapartida em Outros resultados abrangentes (*hedge* de fluxo de caixa), no patrimônio líquido.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge accounting* ou se o instrumento de *hedge* for descontinuado, a contabilidade de *hedge* será liquidada prospectivamente. A efetividade do *hedge* está demonstrada na nota 5.1.

Abaixo apresentamos os efeitos no patrimônio líquido, do *hedge accounting* na categoria de "cash flow" constituída até 31 de dezembro de 2022:

Companhia	Swap sobre título emitido	Outros resultados abrangentes	IR e CSLL diferidos	Efeito líquido 31/12/2022	Efeito líquido 31/12/2021	Efeito líquido 01/01/2021
B2W Digital Lux	<i>Bond's</i>	(306.698)	104.277	(202.421)	33.282	(197.946)
JSM Global	<i>Bond's</i>	(272.098)	92.513	(179.585)	8.298	-
Americanas S.A.	Debêntures	(846.280)	287.735	(558.545)	(289.820)	100.258
Total		(1.425.076)	484.525	(940.551)	(248.240)	(97.688)

As reservas de cobertura divulgadas acima referem-se aos seguintes instrumentos de cobertura:

	Custo de reserva de <i>hedge</i>	Taxa de juros <i>swaps</i>	Total reserva de <i>hedge</i>
Debêntures			
Em 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado)	132.442	(32.184)	100.258
Movimentação no exercício	84.2455	(474.323)	(390.078)
Acervo líquido incorporado – AGE 10/06/2021	172.060	(143.214)	28.846
Custos de cobertura diferidos e reconhecidos em ORA	(133.052)	-	(133.052)
Reclassificação do ORA para resultado	-	(501.682)	(501.682)
Tributos diferidos	45.237	170.573	215.810
Em 31 de dezembro de 2021	216.687	(506.507)	(289.820)
Movimentação no exercício	(24.633)	(244.092)	(268.725)
Custos de cobertura diferidos e reconhecidos em ORA	(37.323)	-	(37.323)
Reclassificação do ORA para resultado	-	(369.836)	(369.836)
Tributos diferidos	12.690	125.744	138.434
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Subtotal (1) – Debêntures)	192.054	(750.599)	(558.545)
<i>Bond's</i>			
Em 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado)	(289.824)	91.878	(197.946)
Movimentação no exercício	(106.048)	345.574	239.526
Acervo líquido incorporado – AGE 10/06/2021	(537.304)	326.025	(211.279)
Custos de cobertura diferidos e reconhecidos em ORA	653.418	-	653.418
Reclassificação do ORA para resultado	-	29.621	29.621
Tributos diferidos	(222.162)	(10.072)	(232.234)
Em 31 de dezembro de 2021	(395.872)	437.452	41.580
Movimentação no exercício	(903.858)	480.272	(423.586)
Custos de cobertura diferidos e reconhecidos em ORA	(1.369.482)	-	(1.369.482)
Reclassificação do ORA para resultado	-	727.685	727.685
Tributos diferidos	465.624	(247.413)	218.211
Em 31 de dezembro de 2022 (Subtotal (2) – <i>Bond's</i>)	(1.299.730)	917.724	(382.006)
Em 31 de dezembro de 2022	(1.107.676)	167.125	(940.551)

6. Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado			
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Ativos				
Títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa	-	5.873.572	-	5.873.572
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	770.606	4.814.914	-	5.585.520
Recursos em caixa e bancos	242.910	-	-	242.910
	<u>1.013.516</u>	<u>10.688.486</u>	<u>-</u>	<u>11.702.002</u>
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Total
Passivos				
Empréstimos				
Moeda nacional	10.245.328	-	-	10.245.328
Moeda estrangeira	5.164.653	323.784	-	5.488.437
Instrumentos financeiros derivativos – <i>swap</i>	-	(55.993)	1.708.436	1.652.443
Risco Sacado	15.909.739	-	-	15.909.739
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	15.465.185	-	-	15.465.185
Contas a pagar de combinação de negócios	257.583	115.818	-	373.401
Debêntures	5.393.597	-	-	5.393.597
Instrumentos financeiros derivativos – <i>swap</i>	-	-	(30.281)	(30.281)
	<u>52.436.085</u>	<u>383.609</u>	<u>1.678.155</u>	<u>54.497.849</u>
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Total
Em 31 de dezembro de 2021				
Ativos				
Títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa	-	6.691.376	-	6.691.376
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	826.315	6.618.014	-	7.444.329
Recursos em caixa e bancos	232.306	-	-	232.306
	<u>1.058.621</u>	<u>13.309.390</u>	<u>-</u>	<u>14.368.011</u>
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Total
Em 31 de dezembro de 2021				
Passivos				
Empréstimos				
Moeda nacional	5.459.692	-	-	5.459.692
Moeda estrangeira	5.592.272	308.731	-	5.901.003
Instrumentos financeiros derivativos – <i>swap</i>	-	(94.132)	304.408	210.276
Risco Sacado	14.171.071	-	-	14.171.071
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	19.504.068	-	-	19.504.068
Contas a pagar de combinação de negócios	285.894	107.047	-	392.941
Debêntures	2.181.767	-	-	2.181.767
Instrumentos financeiros derivativos – <i>swap</i>	-	-	(33.056)	(33.056)
	<u>47.2194.764</u>	<u>321.646</u>	<u>271.352</u>	<u>47.787.762</u>

				Consolidado
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Total
Em 01 de janeiro de 2021				
Ativos				
Títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa	-	11.120.478	-	11.120.478
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	155.111	1.726.119	-	1.881.230
Recursos em caixa e bancos	5.778	-	-	5.778
	<u>160.889</u>	<u>12.846.597</u>	<u>-</u>	<u>13.007.486</u>
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Total
Em 01 de janeiro de 2021				
Passivos				
Empréstimos				
Moeda nacional	4.017.955	-	-	4.017.955
Moeda estrangeira	2.592.566	695.682	-	3.288.248
Instrumentos financeiros derivativos – <i>swap</i>	-	(191.670)	262.504	70.834
Risco Sacado	6.818.332	-	-	6.818.332
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	5.830.060	-	-	5.830.060
Contas a pagar de combinação de negócios	14.444	-	-	14.444
Debêntures	415.080	-	-	415.080
Instrumentos financeiros derivativos – <i>swap</i>	-	-	(24.045)	(24.045)
	<u>19.688.437</u>	<u>504.012</u>	<u>238.459</u>	<u>20.430.908</u>

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado			Reapresentado	Reapresentado
Recursos em caixa	131.016	104.006	107	131.019	104.021	107
Recursos em bancos	47.763	33.957	1.747	111.891	128.285	5.671
Certificados de Depósito Bancário – CDB's (i)	2.233.932	2.241.101	6.628.509	2.234.258	2.241.100	6.628.509
Fundos de renda fixa	-	-	-	-	152.751	-
	<u>2.412.711</u>	<u>2.379.064</u>	<u>6.630.363</u>	<u>2.477.168</u>	<u>2.626.157</u>	<u>6.634.287</u>

(i) Remunerados a uma taxa de até 106,0 % do CDI em 31 de dezembro de 2022 (de até 106,5% do CDI 31 de dezembro de 2021 e 107,5 % do CDI em 01 de janeiro de 2021)). Os CDB's classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

8. Títulos e valores mobiliários

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Certificados de Depósitos Bancários – CDB's (i)	1.173.399	960.472	2.840.789	1.369.005	1.349.295	2.980.982
Letras Financeiras (ii)	874.515	2.267.528	1.410.913	1.083.833	2.324.579	1.430.395
Cotas subordinadas (Fênix-FIDC (a))	178.188	89.503	33.430	-	-	33.430
Cotas FIDC (demais carteiras (b))	-	-	47.162	43.547	63.366	47.162
Fundos de renda fixa (iii)	33.806	25.854	-	1.142.929	560.285	-
	<u>2.259.908</u>	<u>3.343.357</u>	<u>4.332.294</u>	<u>3.639.314</u>	<u>4.297.525</u>	<u>4.491.969</u>
Parcela do circulante	2.081.719	3.253.854	4.251.702	3.595.767	4.224.180	4.411.377
Parcela do não circulante	178.189	89.503	80.592	43.547	73.345	80.592

(i) Os Certificados de Depósito Bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa de até 106,0% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (de até 106,5% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e 107,5% do CDI em 01 de janeiro de 2021), na controladora e consolidado. Não há intenção de alienação desses títulos em prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.

(ii) As Letras Financeiras, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remuneradas a uma taxa de até 116% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (de até 105,5% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e 107,0% do CDI em 01 de janeiro de 2021), na controladora e consolidado. Não há intenção de alienação desses títulos em prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.

(iii) Controladora e controladas aplicam em Fundos administrados por instituições financeiras de primeira linha, basicamente títulos públicos federais, debêntures e certificados de depósito bancário, podendo ser negociados a qualquer momento.

(a) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fênix FIDC do Varejo II

Em outubro de 2018, foi aprovada pela administração da Companhia a estruturação do Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo II (“Fênix FIDC do Varejo II”), com prazo de duração de 20 (vinte) anos, cujo objetivo definido em regulamento é a aquisição de direitos de crédito de titularidade da Companhia, entre outros, originários por meio de cartões de crédito utilizados em operações de compra e venda de produtos e serviços, cujas transações eletrônicas sejam capturadas e processadas pelos sistemas de credenciadores de estabelecimentos comerciais.

O “Fênix FIDC do Varejo II”, iniciou suas operações em fevereiro de 2019, e emitiu 1.100.000 cotas com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais), sendo 1.017.500 cotas seniores com rentabilidade alvo teto correspondente a 106,5% da variação do DI e 82.500 cotas subordinadas de propriedade da Companhia. Na data da constituição do Fundo, 30.000 cotas foram subscritas pela Americanas (Antiga B2W Digital) e 52.500 subscritas por Lojas Americanas (posteriormente incorporada pela Americanas), correspondendo as cotas seniores e subordinadas a um Patrimônio líquido, na data da constituição, de R\$ 1.100.000 do “Fênix FIDC do Varejo II”.

Em 18 de fevereiro de 2022 o Fundo emitiu mais 1.081.100 cotas com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais), sendo 1.000.000 cotas seniores com rentabilidade alvo teto correspondente a CDI + 1,5% da variação do DI e 81.100 cotas subordinadas de propriedade da Companhia.

A totalidade do valor das cotas seniores correspondente ao principal investido será amortizada/resgatada em uma única data, no dia útil correspondente ao término do período de 5 (cinco) anos a partir de sua data de emissão. O valor das cotas seniores correspondente à rentabilidade acrescida às cotas seniores após sua data de emissão será amortizado semestralmente, a partir da data de emissão.

A estrutura do Fênix FIDC do Varejo II, bem como a remuneração das cotas está assim representada:

Cotas	Quantidade	%	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	Benchmark – DI
Sênior	2.017.500	92,20%	2.129.119	1.046.070	1.025.218	CDI + 1,5%
Subordinada	162.019	7,80%	178.188	89.503	91.933	-
		100,00%	2.307.307	1.135.573	1.117.151	

Balancos Patrimoniais em:

	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	258	4.157	4.723
Títulos e valores mobiliários	1.143.197	549.058	455.188
Contas a receber	3.055	-	-
Americanas S.A.	1.161.285	579.506	270.625
Lojas Americanas	-	-	386.726
Outros	2	3.636	2
Total do ativo	2.307.797	1.136.357	1.117.264
Passivo			
Contas a pagar (Circulante)	490	784	113
Financiamentos (Não circulante)	2.129.119	1.046.070	1.025.218
Patrimônio líquido	178.188	89.503	91.933
Total do passivo e patrimônio líquido	2.307.797	1.136.357	1.117.264

Demonstrações dos resultados nos exercícios findos em:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras	10.152	1.240
Despesas financeiras	(2.566)	(3.670)
Lucro (prejuízo) dos exercícios (i)	7.586	(2.430)

(i) Resultado consolidado em Lojas Americanas no período de 01/01/2021 a 10/06/2021 e na Americanas no período de 11/06/2021 a 31/12/2021.

(b) Cotas FIDC da Controlada Ame Digital

(i) Faísca Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado

A Controlada detém 41.427 cotas em 31 de dezembro de 2022 (41.427 cotas em 31 de dezembro de 2021), que tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios de terceiros, e os demais em Ativos Financeiros. É constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo, em conformidade com o disposto em regulamento ou em virtude de sua liquidação. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do Fundo.

(ii) Fenícia Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Em 31 de dezembro de 2021 a Controlada detinha 2.693 cotas. O Fundo teve por objeto captar recursos para aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios de terceiros, nos termos da política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo. Foi constituído sob a forma de condomínio aberto, de modo que suas Cotas pudessem ser resgatadas durante o prazo de duração do Fundo, em conformidade com o disposto neste Regulamento. As cotas de participação no fundo foram resgatadas no primeiro trimestre de 2022.

(iii) Spinner Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado

A Controlada detém 1.386 cotas em 31 de dezembro de 2022, que tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios de terceiros, e os demais em Ativos Financeiros. É constituído sob a forma de condomínio aberto, de modo que suas Cotas pudessem ser resgatadas durante o prazo de duração do Fundo, em conformidade com o disposto no Regulamento. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do Fundo.

(iv) Foco Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado

A Controlada detém 29.319 cotas em 31 de dezembro de 2022, que tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios de terceiros, e os demais em Ativos Financeiros. É constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo, em conformidade com o disposto em regulamento ou em virtude de sua liquidação. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do Fundo.

(v) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Futuro

A Controlada detém 88.602 cotas em 31 de dezembro de 2022, que tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios de terceiros, e os demais em Ativos Financeiros. É constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo, em conformidade com o disposto em regulamento ou em virtude de sua liquidação. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do Fundo.

(vi) Sav Nexoo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

A Controlada detém 1.004 cotas Mezanino e 49.714 cotas Sênior em 31 de dezembro de 2022, que tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios de terceiros, e os demais em Ativos Financeiros. É constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo, em conformidade com o disposto em regulamento ou em virtude de sua liquidação. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do Fundo.

(vii) Foca Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

A Controlada detém 10.120.569 cotas em 31 de dezembro de 2022, que tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios de terceiros, e os demais em Ativos Financeiros. É constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo, em conformidade com o disposto em regulamento ou em virtude de sua liquidação. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do Fundo.

(c) Movimentação dos ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

A movimentação dos ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado)	4.332.294	4.491.969
Adições	13.586.300	15.970.920
Alienações	(15.912.103)	(17.804.717)
Acervo incorporação – AGE 10.06.2021	1.586.167	1.920.394
Acervo advindo de controladas adquiridas	-	34.394
Transferência para caixa e equivalentes de caixa	(249.301)	(315.435)
Em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	3.343.357	4.297.525
Adições	18.022.030	20.992.175
Alienações	(19.144.291)	(21.848.218)
Acervo advindo de controladas incorporadas (Nota 14)	31.643	38.239
Transferência para caixa e equivalentes de caixa	7.169	159.593
Em 31 de dezembro de 2022	2.259.908	3.639.314

9. Contas a receber de clientes

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado	01/01/2021 Reapresentado	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado	01/01/2021 Reapresentado
Cartões de crédito (i)	2.225.803	4.720.046	1.465.928	3.674.582	6.077.901	1.485.168
Carteira Digital (ii) (nota 13)	1.455.725	1.062.048	22.375	-	-	22.375
Fundo de Investimento – FIDC (nota 8 (a))	1.161.285	579.506	270.625	1.161.285	579.506	270.625
Débitos eletrônicos e outros meios de pagamento	28.162	13.299	-	135.821	114.524	-
Demais contas a receber (iii)	173.460	167.551	65.137	541.592	291.232	118.399
	<u>5.044.435</u>	<u>6.542.450</u>	<u>1.824.065</u>	<u>5.513.280</u>	<u>7.063.163</u>	<u>1.896.567</u>
Ajuste a valor presente (iv)	(15.728)	(15.109)	(13.076)	(15.728)	(15.109)	(13.076)
Provisão de perda de crédito estimada	(18.931)	(25.173)	(23.220)	(27.736)	(42.873)	(44.574)
	<u>5.009.776</u>	<u>6.502.168</u>	<u>1.787.769</u>	<u>5.469.816</u>	<u>7.005.181</u>	<u>1.838.917</u>

(i) As operações com cartões de crédito podem ser parceladas, geralmente, em até doze meses. O risco de crédito do Grupo é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito.

(ii) Saldo em aberto na plataforma Ame Digital.

- (iii) Demais contas a receber representam, principalmente, vendas efetuadas a pessoas jurídicas por meio de operações corporativas.
 (iv) O ajuste a valor presente foi calculado sobre o contas a receber líquido das antecipações do FIDC.

O *aging list* do contas a receber de clientes, está composto conforme a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
A vencer	5.037.220	6.532.654	1.814.417	5.467.720	7.015.471	1.837.177
Vencidos:		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
até 30 dias	1.892	2.187	2.477	24.776	15.289	23.592
31 a 60 dias	457	1.243	243	3.028	5.692	21.319
61 a 90 dias	195	1.609	341	3.959	4.748	617
91 a 120 dias	1.293	1.655	35	3.314	4.891	1.704
121 a 180 dias	2.330	3.068	27	3.834	4.245	894
> 180 dias	1.048	34	6.525	6.649	12.827	11.264
	<u>5.044.435</u>	<u>6.542.450</u>	<u>1.824.065</u>	<u>5.513.280</u>	<u>7.063.163</u>	<u>1.896.567</u>

O valor da provisão de perda de crédito estimada é baseado na análise da Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos. A movimentação da provisão de perda de crédito estimada está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado)	(23.220)	(44.574)
Adições / Reversões	1.024	8.338
Acervo incorporação – AGE 10/06/2021	(2.977)	(2.977)
Acervo advindo de controladas adquiridas	-	(3.660)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	(25.173)	(42.873)
Adições / Reversões	6.242	15.137
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(18.931)	(27.736)

10. Estoques

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Mercadorias para revenda	4.624.978	5.175.562	1.649.525	4.714.035	5.545.219	1.755.598
Suprimentos e embalagens	43.382	34.084	5.453	43.402	41.068	5.453
Provisão para Perdas	(315.666)	(278.713)	(59.393)	(313.194)	(282.315)	(59.393)
Provisão para Obsolescência (i)	(741.491)	-	-	(743.963)	-	-
	<u>3.611.203</u>	<u>4.930.933</u>	<u>1.595.585</u>	<u>3.700.280</u>	<u>5.303.972</u>	<u>1.701.658</u>

(i) A Companhia realizou a revisão de sua política contábil de provisão para estoques, efetuando a partir de 31 de dezembro de 2022 o cálculo da perda por obsolescência separadamente.

A movimentação da provisão para perdas e obsolescência está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado)	(59.393)	(59.393)
Adições / Reversões	(123.884)	(125.483)
Acervo incorporação – AGE 10/06/2021	(95.436)	(95.436)
Acervo advindo de controladas adquiridas	-	(2.003)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	(278.713)	(282.315)
Adições / Reversões	(777.600)	(774.842)
Acervo advindo de controladas incorporadas	(844)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.057.157)	(1.057.157)

11. Impostos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1.550.563	1.338.911	192.768	1.563.127	1.354.703	202.064
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	123.436	179.144	61.921	139.727	200.749	66.332
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	3.006.978	3.008.120	861.246	3.095.577	3.089.740	875.846
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	590.430	491.477	52.523	609.208	520.872	61.210
Outros	35.275	18.708	8.592	53.047	24.273	9.754
	<u>5.306.682</u>	<u>5.036.360</u>	<u>1.177.050</u>	<u>5.460.686</u>	<u>5.190.337</u>	<u>1.215.206</u>
Parcela do circulante	1.515.161	973.344	916.196	1.666.528	1.112.141	954.352
Parcela do não circulante	3.791.521	4.063.016	260.854	3.794.158	4.078.196	260.854

Exclusão do ICMS na base cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia obteve êxito em ações judiciais que questionavam a constitucionalidade da inclusão do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS e da COFINS. Com o trânsito em julgado, a Companhia teve reconhecido o direito de reaver o valor dos impostos apurados no período objeto dos pleitos, devidamente corrigidos.

Em maio de 2021, em decorrência da decisão do Supremo Tribunal Federal quanto aos critérios para apuração dos créditos fiscais, relativamente ao ICMS excluído da base de cálculo das contribuições PIS-COFINS, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado no documento fiscal. Portanto, a Companhia, incluindo o saldo da parcela cindida de LASA reconheceu no ativo o montante principal de R\$ 643.764 atualizado monetariamente, sendo R\$ 260.863 com efeito no resultado de Americanas e R\$ 382.901 com efeito na reserva de lucros referente à parcela incorporada. Ressalta-se que o referido crédito, para ser aproveitado mediante compensação, deverá ser objeto de validação via procedimento administrativo perante a Superintendência da Receita Federal do Brasil.

12. Imposto de renda e contribuição social

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado
Prejuízos fiscais	1.794.413	977.330	754.113	1.885.326	1.273.772	787.709
Bases negativas de contribuição social	645.989	351.839	271.481	678.717	458.559	283.576
Crédito fiscal de controladas no exterior	64.180	64.192	-	64.180	64.192	-
Reversão de créditos fiscais constituídos	(2.504.582)	(1.393.361)	(1.025.594)	(2.628.223)	(1.767.328)	(1.071.285)
Diferenças temporárias:						
Contingências	197.195	168.107	19.607	213.249	171.517	19.607
Operações de <i>swap</i> não liquidados	-	-	-	-	-	2.942
Ajuste a valor presente créditos e obrigações	28.937	28.799	36.369	28.937	28.799	36.369
Provisões para perdas no estoque, perda de crédito estimada e outras provisões	443.084	428.518	250.248	446.973	433.994	258.948
Operações de arrendamento	81.193	72.477	11.914	81.871	88.516	13.154
Capitalização de juros	38.177	19.831	1.741	38.177	19.831	1.741
Hedge de fluxo de caixa	287.735	149.301	-	484.527	149.301	101.972
Reversão de créditos fiscais de diferenças temporárias	(576.014)	(331.528)	(279.328)	(539.228)	(113.502)	(300.008)
Reversão de créditos fiscais de Hedge de fluxos de caixa	(287.735)	(149.301)	51.648	(484.527)	(127.880)	(50.324)
Outros	237.076	36.518	4.380	245.410	45.910	15.577
Ativo	<u>449.648</u>	<u>422.722</u>	<u>96.579</u>	<u>515.389</u>	<u>725.681</u>	<u>99.978</u>

	Controladora			Passivo Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Revisão da vida útil de ativos	292.839	236.354	2.737	292.839	240.451	-
Ajuste a valor justo de ativos	-	-	-	67.635	242.792	-
Operações de swap não liquidados	87.938	122.436	37.790	84.995	123.472	2.737
Créditos tributários extemporâneos	-	-	-	-	21.421	37.789
Hedge Fluxo de Caixa	68.871	63.932	51.648	69.920	97.545	51.648
Outros	-	-	4.404	-	-	7.804
Passivo	449.648	422.722	96.579	515.389	725.681	99.978
Saldo líquido Ativo	-	-	-	-	-	-

(b) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		Reapresentado		Reapresentado
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(12.792.717)	(6.081.877)	(13.037.680)	(6.074.591)
Participação em controladas, controlada em conjunto e coligada	254.658	330.852	(6.673)	83.812
Participação dos empregados	31.500	31.500	31.500	31.500
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social, participações societárias e participação dos empregados (a)	(12.506.560)	(5.719.525)	(13.012.853)	(5.959.279)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
	4.252.230	1.944.639	4.424.370	2.026.155
Efeito das (adições) ou exclusões ao lucro contábil:				
Recomposição de prejuízo fiscal/base negativa	(114.182)	(157.340)	(130.782)	(164.627)
Correntes	(58.615)	(102.283)	(100.877)	(92.398)
Diferidos	(55.567)	(55.057)	231.659	(72.229)
Imposto de renda e contribuição social	(114.182)	(157.340)	(130.782)	(164.627)
Recomposição de prejuízo fiscal/base negativa				
Alíquota efetiva (b/a)	-35%	-34%	-36%	-34%

(c) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Prejuízos fiscais	1.794.413	977.330	754.113	1.885.326	1.273.772	787.709
Bases negativas de contribuição social	645.989	351.839	271.481	678.717	458.559	283.576
Crédito fiscal de controladas no exterior	64.180	64.192	-	64.180	64.192	-
Reversão de créditos fiscais constituídos	(2.504.582)	(1.393.361)	(1.025.594)	(2.628.223)	(1.767.328)	(1.071.285)
Diferenças temporárias:						
Contingências	197.195	168.107	19.607	213.249	171.517	19.607
Operações de swap não liquidados	-	-	-	-	-	2.942
Ajuste a valor presente créditos e obrigações	28.937	28.799	36.369	28.937	28.799	36.369
Provisões para perdas no estoque, perda de crédito estimada e outras provisões	443.084	428.518	250.248	446.973	433.994	258.948
Operações de arrendamento	81.193	72.477	11.914	81.871	88.516	13.154
Capitalização de juros	38.177	19.831	1.741	38.177	19.831	1.741
Hedge de fluxo de caixa	287.735	149.301	-	484.527	149.301	101.972
Reversão de créditos fiscais de diferenças temporárias	(576.014)	(331.528)	(279.328)	(539.228)	(113.502)	(300.008)
Reversão de créditos fiscais de Hedge de fluxos de caixa	(287.735)	(149.301)	51.648	(484.527)	(127.880)	(50.324)
Outros	237.076	36.518	4.380	245.410	45.910	15.577
Ativo	449.648	422.722	96.579	515.389	725.681	99.978

	Controladora			Passivo Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Revisão da vida útil de ativos	292.839	236.354	2.737	292.839	240.451	-
Ajuste a valor justo de ativos	-	-	-	67.635	242.792	-
Operações de swap não liquidados	87.938	122.436	37.790	84.995	123.472	2.737
Créditos tributários extemporâneos	-	-	-	-	21.421	37.789
<i>Hedge Fluxo de Caixa</i>	68.871	63.932	51.648	69.920	97.545	51.648
Outros	-	-	4.404	-	-	7.804
Passivo	<u>449.648</u>	<u>422.722</u>	<u>96.579</u>	<u>515.389</u>	<u>725.681</u>	<u>99.978</u>
Saldo líquido Ativo	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(d) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		Reapresentado		Reapresentado
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(12.792.717)	(6.081.877)	(13.037.680)	(6.074.591)
Participação em controladas, controlada em conjunto e coligada	254.658	330.852	(6.673)	83.812
Participação dos empregados	31.500	31.500	31.500	31.500
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social, participações societárias e participação dos empregados (a)	(12.506.560)	(5.719.525)	(13.012.853)	(5.959.279)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
	<u>4.252.230</u>	<u>1.944.639</u>	<u>4.424.370</u>	<u>2.026.155</u>
Efeito das (adições) ou exclusões ao lucro contábil:				
Recomposição de prejuízo fiscal/base negativa e diferenças permanentes	(4.366.412)	(2.101.979)	(4.555.152)	(2.190.782)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota	<u>(114.182)</u>	<u>(157.340)</u>	<u>(130.782)</u>	<u>(164.627)</u>
Correntes	(58.615)	(102.283)	(100.877)	(92.398)
Diferidos	(55.567)	(55.057)	(231.659)	(72.229)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(114.182)</u>	<u>(157.340)</u>	<u>(130.782)</u>	<u>(164.627)</u>
Alíquota efetiva (b/a)	-35%	-34%	-36%	-34%

13. Transações com partes relacionadas

	A receber (a pagar)			Receitas (despesas)	
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Operações com controladas diretas e indiretas:</u>		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado
Lojas Americanas S.A (ii)			(186.714)	-	-
Aluguel Sede, Centros de distribuição e diversos	-	-	(7.092)	-	-
Mercadorias de revenda – venda	-	-	2.886	-	-
Mercadorias de revenda – compra	-	-	(1.158)	-	-
Plataforma Serviços Digitais e operações O2O	-	-	(181.350)	-	-
Serviços de tecnologia, <i>fintech</i> e intermediação	(1.268.547)	(114.339)	(16.208)	(1.115.891)	(89.533)
Ame Digital	(1.250.627)	(106.216)	(2.309)	(1.115.891)	(89.533)
BIT Services	(5.107)	(1.291)	(13.899)	-	-
Supermercado Now	(12.813)	(6.832)	-	-	-
Serviços de Transporte	(107.957)	(32.009)	(135.226)	-	-
Click/Direct	(107.957)	(32.009)	(135.226)	-	-
Transação Mercantil (i)	(92.848)	(23.140)	(38.524)	-	-
ST Importações/ QSM	(92.848)	(23.140)	(38.524)	-	-
Outras transações (ii)	1.919	32.152	46.179	-	-
IF Capital	-	230	-	-	-
Louise Holdings Ltda.	(2.311)	41	-	-	-
Cheyney Financial S.A.	791	787	-	-	-
Auchal Investments S.A.	304	285	-	-	-
Freijó Administrações e Participações Ltda.	297	248	-	-	-
BWU Comércio e Entretenimento S.A.	905	905	-	-	-
Supermercado Now	-	167	-	-	-
Demais contas a receber	1.933	29.489	46.179	-	-
<u>Operações com controlada em conjunto:</u>	8.382	-	-	-	-
Vem Conveniência	8.382	-	-	-	-
Ativo Circulante – Controladora	39.079	28.246	6.662	-	-
Ativo Não Circulante – Controladora	16.167	2.266	39.462	-	-
Passivo Circulante – Controladora	(1.514.296)	(167.848)	(376.617)	-	-
Contas a Receber (iii)	1.444.823	1.062.048	22.375	(150.156)	(134.684)
Ame Digital	1.444.823	1.062.048	22.375	(150.156)	(134.684)
Debêntures	(6.637.935)	(6.276.573)	(2.748.926)	(910.556)	(784.171)
B2W Digital LUX	(3.200.238)	(3.025.995)	(2.748.926)	(437.652)	(487.285)
JSM Global	(3.437.697)	(3.250.578)	-	(472.904)	(296.886)
<u>Operações entre controladas e outras partes relacionadas:</u>	(17.909)	(14.426)	75.110	682	146
Operações Ame Digital x Supermercado Now	(7.531)	(8.933)	-	-	-
Operações Ame Digital x BIT Services	-	158	-	225	142
Operações Nexoos Tec x Nexoos Holding e a Nexoos SEP	(10.378)	(11.678)	-	-	-
Operações Ame Digital x HNT	-	1.978	-	-	-
Operações HNT x Supermercado Now	-	3.830	-	-	-
Operações Ame Digital x Direct	-	219	-	457	4
Operações Lojas Americanas x QSM/ ST	-	-	32.750	-	-
Operações Lojas Americanas x Direct	-	-	42.357	-	-
Operações Lojas Americanas x BIT Services	-	-	3	-	-
Ativo Circulante - Consolidado	286	-	-	-	-
Ativo não circulante - Consolidado	13.832	-	-	-	-
Passivo Circulante - Consolidado	(16.114)	(11.678)	(113.908)	-	-

(i) Refere-se a compra de mercadorias da ST Importações Ltda. e da QSM Distribuidora e Logística, adquiridas de fornecedores internacionais.

(ii) Referem-se, principalmente, a reembolso de despesas e outros serviços.

(iii) Os recebíveis por meio da carteira digital - AME estão apresentados na rubrica "Contas a receber de cliente" (nota 9).

14. Investimentos – Controladora

(a) Movimentação dos investimentos na Controladora

	Saldos em 31 de dezembro de 2021 reapresentado	Equivalência patrimonial	Saldos incorporados	Hedge de fluxo de caixa - resultado abrangente	Aportes de capital	Valor justo do acervo líquido contribuído pelos acionistas	Ajuste de participação (i)	Ajuste de conversão	Provisão/reversão de perdas	Dividendos	Outros	Provisão de impairment	Saldos em 31 de dezembro de 2022
BFF Logística e Distribuição	58.938	44.396	(202.688)	-	-	-	-	-	217.720	-	-	(118.366)	-
Submarino Finance	94.351	(9.873)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	84.478
ST Importações	91.966	8.188	-	-	-	-	-	(151)	-	-	43	-	100.046
QSM Distribuidora e Logística	17.350	(21.193)	-	-	-	-	-	-	3.843	-	-	-	-
Digital Finance	16.232	(3.574)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.658
Mesa- express	-	5.971	-	-	-	-	143.593	-	-	-	-	-	149.564
Click - Rodo Entregas Ltda.	-	(29.059)	19.931	-	-	-	11.735	-	-	-	1	-	2.608
Supernow	3.107	(47.205)	-	-	41.253	-	-	-	2.845	-	-	-	-
B2W Rental	4.155	87	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.251
B2W Lux	50.597	(109.686)	-	(212.868)	-	-	-	-	271.957	-	-	-	-
Ame Pay Cayman	44.897	(8.687)	-	-	28.056	-	-	-	-	-	-	-	64.266
Ame Holding	854.134	15.089	-	-	546.728	-	(155.328)	-	-	-	(688.221)	(337.887)	234.515
BWU Comércio e Entretenimento	85.561	3.353	-	-	-	-	-	-	-	(44.631)	1	-	44.284
Freijó Administração e Participações	2.627	(15)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.612
Louise Holdings	83.295	21	-	-	-	-	-	(5.414)	-	-	-	-	77.902
JSM Global	12.593	(108.541)	-	(210.719)	-	-	-	-	306.667	-	-	-	-
IF Capital	2.508.973	(25.248)	(2.525.443)	-	41.700	-	-	18	-	-	-	-	-
Extrafruti	-	563	8.167	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.730
Uni.co	-	18.491	345.425	-	-	-	-	311	-	-	-	(154.458)	209.769
Skoob	-	364	24.901	-	805	-	-	-	-	-	-	-	26.070
Americanas Lux	120	(46)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74
VEM Conveniência	-	4.603	-	-	22.850	447.592	51.251	-	-	-	-	-	526.296
Bit Services	-	-	-	-	-	-	-	-	2.709	-	-	-	2.709
Outros	19.729	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.729
Total de investimentos	3.948.625	(262.001)	(2.329.698)	(423.587)	681.392	447.592	51.251	(5.236)	805.741	(44.631)	(688.176)	(610.711)	1.570.561
B2W Lux	-	-	-	-	-	-	-	-	(271.958)	-	-	-	(271.958)
JSM Global	-	-	-	-	-	-	-	-	(306.666)	-	-	-	(306.666)
Klanil Services	(33.362)	(9)	-	-	-	-	2.772	-	-	-	-	-	(30.599)
Bit Services	(4.642)	7.351	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.709
BFF Logística e Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	(217.720)	-	-	-	(217.720)
QSM Distribuidora e Logística	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.843)	-	-	-	(3.843)
Click - Rodo Entregas Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.137)	-	-	-	(15.137)
Super Now	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.844)	-	-	-	(2.844)
Total de provisão para perdas em investimentos	(38.004)	7.342	-	-	-	-	-	2.772	(818.168)	-	-	-	(846.058)



	Saldos em 01 de janeiro de 2021	Ajustes de exercícios anteriores	Saldos em 01 de janeiro de 2021 Reapresentado	Investimentos incorporados	Equivalência patrimonial	Aumento (redução) de participação	Hedge de fluxo de caixa 0 resultado abrangente	Aportes de capital	Ajuste de conversão	Transferência para provisão para perdas	Transferência de participação societária	Outros	Provisão de impairment	Saldos em 31 de dezembro de 2021 Reapresentado
BFF Logística e Distribuição	183.423	(108.327)	75.096	-	(16.167)	9	-	-	-	-	-	-	-	58.938
Submarino Finance	96.063	-	96.063	-	(1.712)	-	-	-	-	-	-	-	-	94.351
ST Importações	94.217	(13.738)	80.479	-	11.370	-	-	-	117	-	-	-	-	91.966
QSM Distribuidora e Logística	33.891	(1.035)	32.856	-	(15.506)	-	-	-	-	-	-	-	-	17.350
BIT Services	281.290	(275.083)	6.207	-	(10.564)	-	-	-	-	4.642	-	-	(285)	-
Digital Finance	12.221	(466)	11.755	-	4.477	-	-	-	-	-	-	-	-	16.232
Mesa- express	3	(3)	(0)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Super Now	37.017	(35.883)	1.134	-	(57.749)	-	-	70.962	-	-	-	-	(11.240)	3.107
B2W Rental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.155	-	-	-	4.155
B2W Lux	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50.597	-	-	-	50.597
Ame Digital Brasil	108.847	1.982	110.829	315.819	(78.340)	(181.955)	-	255.663	-	-	(422.016)	-	-	-
Ame Pay Cayman	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44.897	-	-	-	44.897
Ame Holding	-	-	-	-	(358.797)	-	-	720.415	-	-	422.016	70.500	-	854.134
BWU Comércio e Entretenimento	-	-	-	256.881	1.841	-	-	-	-	-	-	-	(173.161)	85.561
Freijó Administração e Participações	-	-	-	2.637	(10)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.627
Louise Holdings	-	-	-	75.560	20	-	-	-	7.715	-	-	-	-	83.295
JSM Global	-	-	-	(211.368)	4.088	-	219.873	-	-	-	-	-	-	12.593
IF Capital	-	-	-	10	145.981	-	-	2.386.072	1.756	-	-	-	(24.846)	2.508.973
Americanas Lux	-	-	-	-	-	-	-	120	-	-	-	-	-	120
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.729	-	19.729
Total de investimentos	846.972	(432.553)	414.419	439.539	(371.068)	(181.946)	219.873	3.433.232	9.588	104.291	-	90.229	(209.532)	3.948.625
B2W Rental	(23.297)	(12.094)	(35.391)	-	94	(9)	-	39.461	-	(4.155)	-	-	-	-
B2W Lux	(197.235)	(101.972)	(299.207)	-	118.575	-	231.229	-	-	(50.597)	-	-	-	-
Ame Pay Cayman	(1.832)	-	(1.832)	(56.762)	(78.464)	181.955	-	-	-	(44.897)	-	-	-	-
Klanil Services	-	-	-	(39.120)	11	-	-	-	(4.007)	-	-	9.754	-	(33.362)
Bit Services	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.642)	-	-	-	(4.642)
Total de provisão para perdas em investimentos	(222.364)	(114.066)	(336.430)	(95.882)	40.216	181.946	231.229	39.461	(4.007)	(104.291)	-	9.754	-	(38.004)

(b) Reestruturação societária

Incorporação de controladas - Assembleia Geral Extraordinária "AGE" de 30 de setembro de 2022

Em Assembleia Geral Extraordinária "AGE" realizada em 30 de setembro de 2022 foi aprovada, por maioria de votos, os termos e condições do Protocolo e Justificação de Incorporação, firmado em 09 de agosto de 2022, das empresas IF Capital Ltda., da Hortigil Hortifruti S.A., da Natural Administradora de Cartões de Crédito S.A., da Natural da Terra Comércio Varejista Hortifruti Ltda., da Natural da Terra Hortifruti Ltda. e da Horti Frutti Corujas Ltda. A "AGE" aprovou, também, o detalhamento do objeto social da Companhia, previsto no Art. 3º do seu Estatuto Social de forma a fazer referência às atividades já desenvolvidas indiretamente através das controladas da Companhia objeto da Incorporação.

A Incorporação não resultou em aumento de capital da Companhia, tendo em vista que esta é titular da totalidade da participação, direta ou indiretamente, conforme o caso, do capital social das Incorporadas.

A data base da incorporação, suportada por laudo de avaliação emitido por peritos independentes, aprovados na respectiva "AGE", foram as demonstrações financeiras de 31 de março de 2022. As variações patrimoniais relativas às contas que compõe o acervo incorporado apuradas entre 01 de abril de 2022 e 30 de setembro de 2022, no montante líquido de R\$ 2.550.289 foram apropriadas à Companhia, no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2022, em contrapartida à conta de investimentos.

Abaixo apresentamos os saldos acumulados em 30 de setembro de 2022 vertidos das controladas e incorporados à Companhia no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2022:

	Acervo incorporado em 30/09/2022
ATIVO	
Caixa e equivalentes de caixa e valores mobiliários	75.264
Contas a receber de clientes	39.505
Contas a receber - Partes relacionadas	23.764
Estoques	94.337
Impostos a recuperar	88.947
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.240
Investimentos	379.192
Imobilizado, ativos de direito de uso e intangível	3.093.114
Outros ativos circulantes e não circulantes	23.922
	<u>3.842.285</u>
PASSIVO	
Fornecedores	121.366
Empréstimos e financiamentos e debêntures	390.019
Salários e encargos trabalhistas	44.801
Contas a pagar - Combinação de negócios	130.000
Provisão para riscos e processos judiciais	114.666
Passivo de arrendamento	468.766
Outros passivos circulantes e não circulantes	22.378
	<u>1.291.996</u>
Acervo líquido incorporado	<u>2.550.289</u>

Incorporação da controlada direta BFF Logística e Distribuição Ltda. e da controlada indireta Direct Express Logística Integrada S.A.

Em reunião do Conselho de Administração "RCA" realizada em 28 de março de 2022, foi aprovada a proposta da Administração, contida no Protocolo e Justificação da Incorporação, submetida e ratificada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2022, da incorporação pela Americanas, dos acervos da controlada direta BFF Logística e Distribuição Ltda., no montante de R\$ 202.684 e da controlada indireta Direct Express Logística Integrada S.A., no montante negativo de R\$ 11.928. Os valores foram confirmados com base na avaliação contábil, tendo como base o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021, das Incorporadas, avaliados por empresa avaliadora e evidenciados nos Laudos de Avaliação. A incorporação não resultou em aumento ou redução do capital social da Companhia ou qualquer alteração no seu estatuto social, tendo como consequência a extinção das controladas incorporadas.

A incorporação resultou em um aumento da eficiência nas operações, especialmente no âmbito financeiro e administrativo, reduzindo custos e gerando sinergias para as partes, também permitindo uma redução do número de entidades empresariais que compreendem o grupo econômico em que Incorporadora e Incorporadas estão inseridas. A Companhia sucedeu as Incorporadas em todos os seus direitos, bens e obrigações.

Abaixo apresentamos os saldos acumulados, apurados no laudo de avaliação, vertidos da controlada direta BFF Logística e Distribuição Ltda. e incorporados à Companhia:

	Acervo incorporado em 29/04/2022
ATIVO (PASSIVOS)	
Outros créditos	6.036
Investimentos	203.053
Partes relacionadas	(6.405)
Acervo líquido incorporado	<u>202.684</u>

Abaixo apresentamos os saldos acumulados, apurados no laudo de avaliação, vertidos da controlada indireta Direct Express Logística Integrada S.A. e incorporados à Companhia:

	Acervo incorporado em 29/04/2022
ATIVO	
Caixa e equivalentes de caixa e valores mobiliários	10.138
Contas a receber de clientes	97.105
Impostos a recuperar	27.853
Depósitos judiciais	8.764
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.511
Imobilizado, ativos de direito de uso e intangível	57.463
Outros ativos circulantes e não circulantes	16.771
	<u>248.605</u>
PASSIVO	
Fornecedores e fretes a pagar	113.316
Tributos a recolher	8.169
Provisão para processos judiciais	89.739
Passivo de arrendamento	27.746
Outros passivos circulantes e não circulantes	21.563
	<u>260.533</u>
Acervo líquido incorporado	<u>(11.928)</u>

Incorporação do acervo vertido de Lojas Americanas (AGE's de 10/06/2021 e 10/12/2021)

Em Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE's) realizadas em 10 de junho de 2021 e 10 de dezembro de 2021 foram aprovados, por maioria dos votos, a incorporação, pela B2W, do acervo cindido de LASA, sendo que na AGE de 10 de junho de 2021, a incorporação de acervo parcial e na AGE de 10 de dezembro de 2021 de acervo remanescente. Na AGE de 10 de junho de 2021, ainda, foi aprovada a alteração da razão social da B2W Companhia Digital para Americanas S.A.

A aprovação da Incorporação não afetou o registro de Americanas como companhia aberta, de modo que as suas ações permaneceram sendo negociadas no nível de governança do Novo Mercado da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), segmento em que são atualmente negociadas, sem qualquer alteração. Por outro lado, Lojas Americanas foi extinta como consequência da Incorporação do acervo remanescente, aprovado na AGE de 10 de dezembro de 2021, de forma que seu registro de companhia aberta foi cancelado e suas ações não são mais negociadas na B3 desde 24 de janeiro de 2022. Como consequência, cada acionista de Lojas Americanas recebeu, para cada 1 ação ordinária ou 1 ação preferencial de Lojas Americanas de sua titularidade, 0,188964 ação ordinária de emissão de Americanas.

A combinação das operações de Lojas Americanas e B2W, atual Americanas, permitiu a criação de uma plataforma ainda mais poderosa, colocando a Americanas em uma posição mais favorável para capturar oportunidades futuras. A Americanas permite um acesso mais amplo a serviços de varejo, *e-commerce*, logística e pagamentos digitais, fornecendo soluções baseadas em tecnologia. Além disso, a transação permitiu, de forma rápida, otimizar a experiência do cliente, *sellers, merchants*, fornecedores, parceiros e o nosso time a partir de uma estrutura integrada, manter o foco na geração de valor de longo prazo e criar um poderoso motor de M&A.

Abaixo apresentamos os saldos acumulados, nas respectivas datas base, vertidos de Lojas Americanas e incorporados à Companhia:

	Acervo incorporado em 10/12/2021	Acervo incorporado em 10/06/2021
ATIVO		
Caixa, equivalentes e valores mobiliários	1.614	6.887.216
Contas a receber de clientes	-	1.946.020
Estoques	-	2.477.936
Impostos a recuperar	-	2.467.307
Outros ativos circulantes e não circulantes	1.064	772.124
Investimentos	-	650.906
Imobilizado, ativos de direito de uso e intangível	201.432	7.019.592
	<u>204.110</u>	<u>22.221.101</u>
PASSIVO		
Fornecedores	-	1.395.517
Empréstimos, debêntures e arrendamentos a pagar	-	12.522.512
IR e CSLL diferidos passivos	56.585	-
Tributos a recolher	-	294.708
Outros passivos circulantes e não circulantes	1.321	1.579.002
	<u>57.906</u>	<u>15.791.739</u>
Acervo líquido incorporado	<u>146.204</u>	<u>6.429.362</u>

Saldos das demonstrações financeiras em decorrência das incorporações

Em decorrência das operações das incorporações dos acervos vertidos da BFF Logística e Distribuição Ltda., Direct Express Logística Integrada S.A., IF Capital Ltda., Hortigil Hortifruti S.A e suas controladas e de LASA, acima citadas, os saldos apresentados nas demonstrações financeiras, da Americanas, de 31 de dezembro de 2021 e de 2022, são formados da seguinte forma:

a) Os balanços patrimoniais apresentam, em 31 de dezembro de 2022, na controladora, os saldos das operações da Americanas, antiga B2W, acrescidos dos saldos das contas patrimoniais das empresas incorporadas no exercício que compõem a BFF Logística e Distribuição Ltda., Direct Express Logística Integrada S.A., IF Capital Ltda., Hortigil Hortifruti S.A. e suas controladas e de Lojas Americanas, incorporada no exercício anterior. No consolidado, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, os saldos das operações da Americanas, que compreendem os saldos das antigas operações da B2W, LASA e suas controladas;

b) Nas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa, dos resultados abrangentes e do valor adicionado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, na controladora, os resultados das operações da Americanas, que compreendem as operações da antiga B2W, acrescidas das operações, que eram realizadas e registradas em Lojas Americanas e suas controladas, acrescidas para o período de 29 de abril de 2022 a 31 de dezembro de 2022, das operações da BFF Logística e Distribuição Ltda. e Direct Express Logística Integrada S.A. e, para o período de 01 de outubro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 acrescidas das operações da IF Capital Ltda., Hortigil Hortifruti S.A. e suas controladas. No consolidado, os resultados das operações, da Americanas, que compreendem as operações da antiga B2W, acrescidas das operações, que eram realizadas e registradas em Lojas Americanas e suas controladas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, na controladora e consolidado, os resultados das operações da antiga B2W e suas controladas, acrescidas para o período de 11 de junho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, das operações que anteriores à incorporação eram realizadas e registradas em Lojas Americanas.

c) Nas Demonstrações das mutações do patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, na controladora e no consolidado, as mutações patrimoniais da Americanas, que compreendem as mutações patrimoniais da antiga B2W, acrescidas das mutações patrimoniais, que eram realizadas e registradas em Lojas Americanas e suas controladas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, na controladora e consolidado, as mutações patrimoniais da antiga B2W e suas controladas, acrescidas para o período de 11 de junho de 2021 a 30 de setembro de 2021, das operações que anteriores à incorporação eram realizadas e registradas em Lojas Americanas.

(c) Controladas

(i) Grupo Uni.co S.A. (controlada direta a partir de 30/09/2022)

O Grupo Uni.co S.A., adquirido em julho de 2021, atuante em varejo especializado de franquias no Brasil e dono das marcas Puket, Imaginarium, MinD e LoveBrands, passou a ser controlada direta da Companhia em decorrência de reestruturação societária aprovada em Assembleia Geral Extraordinária "AGE" realizada em 30 de setembro de 2022. Foi adquirido através da subsidiária integral IF Capital Ltda., também incorporada por aprovação na supracitada "AGE".

Foram adquiridas 70% das ações do Grupo Uni.co. A aquisição do restante das ações (30%) em 3 anos, através de um acordo de opções simétricas, que conferiu a Companhia uma opção de compra e aos acionistas vendedores do Grupo Uni.co uma opção de venda. Tais opções (de compra e venda), possuem uma faixa de valor pré-definida e de acordo com a performance do plano de negócios, a ser calculado ao final do exercício de 2023. As opções podem ser exercidas por ambas as partes a qualquer momento entre 01 de março de 2024 e 31 de maio de 2024. A Companhia entende que o IAS 32/CPC 39 toma precedente, e realizou a contabilização de um passivo financeiro, refletindo a obrigação incondicional da Companhia de liquidar este instrumento, considerando que as opções são simétricas. Nesta circunstância, o passivo de R\$ 115.818 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 107.047 em 31 de dezembro de 2021), foi reconhecido como o valor presente do *redemption amount*, não há reconhecimento de participação de não controladores e considera-se que a Companhia já detém os 100% de participação. Como trata-se de um passivo financeiro, as variações futuras do valor justo deste derivativo terão contrapartida no resultado da Companhia e quaisquer dividendos futuros associados aos não controladores até a data do exercício da opção impactarão o valor do passivo.

O valor justo do preço de aquisição foi de R\$ 350.991. Foram pagos à vista, em 01 de julho de 2021, o montante fixo de R\$ 243.944, equivalentes a 70% das ações e reconhecidos R\$ 107.047 referente ao valor justo do passivo pela compra dos 30% remanescentes.

O ágio apurado foi R\$ 257.774, foi pago principalmente pela expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*), uma vez que a aquisição do Grupo Uni.co permitirá à Companhia a expansão de sua plataforma de varejo especializado em franquias e marcas próprias.

(ii) B2W DIGITAL LUX S. à. R.L – Em Recuperação Judicial (controlada direta)

Constituída em outubro de 2020, com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia.

Emitiu em novembro de 2020, no mercado dos Estados Unidos da América, títulos representativos de dívida (*Bond's*), no montante de US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares norte-americanos), com vencimento em 15 de dezembro de 2030, ou seja, 10 anos e remuneração anual de 4,375%.

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo total dos *Bond's* era de R\$ 3.355.557 (R\$ 2.867.634 em 31 de dezembro de 2021 e 2.872.222 em 01 de janeiro de 2021), reconhecidos no balanço patrimonial consolidado. Os encargos financeiros reconhecidos pela controlada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 importaram em R\$ 484.513 (R\$ 197.706 em 31 de dezembro de 2021 e 15.690 em 01 de janeiro de 2021), registrados na demonstração do resultado consolidado da Companhia.

(iii) JSM Global S. Á. R. L. – Em Recuperação Judicial (controlada direta)

Constituída em junho de 2018, com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional, conforme venham a ser estudadas e aprovadas pela Companhia.

Emitiu em setembro de 2020, no mercado dos Estados Unidos da América, títulos representativos de dívida (*Bond's*), no montante de US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares norte-americanos), com vencimento em 20 de outubro de 2030, ou seja, 10 anos e remuneração anual de 4,75%.

Em 31 de dezembro de 2022 o passivo total dos *Bond's* importavam em R\$ 3.600.461 (R\$ 3.050.679 em 31 de dezembro de 2021), reconhecidos no balanço patrimonial consolidado. Os encargos financeiros reconhecidos, pela controlada, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 importaram em R\$ 519.796 (R\$ 143.717 em 31 de dezembro de 2021), registrados na demonstração do resultado consolidado da Companhia.

(iv) **Skoob Books 3D (controlada direta a partir de 30/09/2022)**

A Skoob Books 3D Serviços de Internet Ltda., adquirida em setembro de 2021, maior plataforma digital de conteúdo para leitores do País, passou a ser controlada direta da Companhia em decorrência de reestruturação societária aprovada em Assembleia Geral Extraordinária "AGE" realizada em 30 de setembro de 2022. Foi adquirido através da subsidiária integral IF Capital Ltda., também incorporada por aprovação na supracitada "AGE". O valor justo do preço de aquisição foi de R\$ 24.817, tendo sido pagos R\$ 8.400 à vista e o restante a ser liquidado até 2024.

O ágio apurado foi de R\$ 23.124, pago principalmente pela expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*), uma vez que a aquisição é um movimento estratégico da Americanas para ser ainda mais relevante no dia a dia dos clientes, potencializando o engajamento, a recorrência e o alcance de novos clientes. Essa estratégia está em linha com o nosso propósito de somar o que o mundo tem de bom para melhorar a vida das pessoas.

(v) **Vem Conveniência (joint venture)**

A Companhia, concluiu em 31 de janeiro de 2022, a formação da parceria com a Vibra para a exploração do negócio de lojas de pequeno varejo, dentro e fora de postos de combustível, através das redes de lojas Local e BR Mania. A Parceria foi consumada através da constituição da sociedade Vem Conveniência S.A. cujo capital é detido pela Americanas e pela Vibra, ambas com participações de 50%.

A Vem Conveniência terá uma estrutura de gestão e governança corporativa própria e conta com mais de 1.000 lojas de pequeno varejo, sendo lojas com operação própria, e que utilizarão a marca Local, e lojas em postos de combustíveis, operadas por franqueados, as quais continuarão a utilizar a marca BR Mania.

A Parceria visa oferecer uma nova proposta de valor a consumidores, franqueados, revendedores e atendentes de lojas, contando com o somatório de forças da Vibra e da Americanas, que compreende ampla experiência de varejo no mercado brasileiro, uma rede de pontos de venda com capilaridade nacional, escala e estrutura de suprimentos e logística, tecnologia e atuação no varejo digital, além de marcas reconhecidas, e representa um importante passo para a expansão no mercado de lojas de pequeno varejo no Brasil.

Para a parceria foi considerado um valor (*enterprise value*) nas condições atuais de R\$ 895.184, que considera o aporte dos ativos da rede de franquias BR Mania e das lojas Local e aportes de caixa pela Americanas na *joint venture* no montante de R\$ 252.559, a serem liquidados até 2024. Além disso, a transação incluiu um pagamento adicional de R\$ 51.251 para a Vibra, realizado em 01 de abril de 2022, relacionado à aquisição de 50% das ações emitidas da Vem para a Vibra, referente a bônus de subscrição.

A efetivação da parceria se deu após o cumprimento das condições precedentes, habituais em operações de natureza similar, incluindo a aprovação prévia pela autoridade antitruste (CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica), em 30 de dezembro de 2021, sem restrições, sendo esta decisão considerada final.

Na hipótese de mora no pagamento das parcelas referentes a integralização acordadas em Assembleia Geral Extraordinária realizada entre os acionistas, a Americanas terá seus direitos de voto suspensos até que referida integralização seja adimplida.

Os valores contábeis dos ativos a serem desreconhecidos pela Americanas em função da constituição da *joint venture*, eram os seguintes:

Estoque	6.623
Imobilizado	18.801
	<u>25.424</u>

O ganho líquido reconhecido no resultado do exercício de 2022, em outras receitas operacionais em função da transação foi de R\$169.609, mensurado da seguinte forma:

Valor contábil dos ativos transferidos	25.424
Aporte de capital, em dinheiro, para VEM (a ser realizado)	252.559
Total da contraprestação transferida	<u>277.983</u>
Valor justo da participação da Companhia na VEM (50%) (i)	<u>447.592</u>
Ganho reconhecido no resultado	<u>169.609</u>

(i) Participação da empresa de 50% nos negócios contribuídos na Vem, composto de R\$ 447.144 do negócio BR Mania e R\$ 448.040 aportado pela Companhia (R\$ 195.481 do negócio Local e R\$ 252.559 a ser contribuído em caixa).

A composição inicial do investimento da Companhia na *joint venture* é conforme segue:

	Investimento reconhecido na Americanas (50%)
(+) Alocação do valor justo dos ativos identificados	390.028
(+) Valor justo não alocado	57.564
(=) Valor justo do acervo líquido contribuído pelos	447.592
(+) Ajuste de participação a ser pago à Vibra	51.251
(=) Total do investimento inicial	498.843

Em razão do contexto da Recuperação Judicial, a Americanas e Vibra Energia encerraram a parceria em 23 de agosto de 2023, conforme detalhado na nota 36 – Eventos Subsequentes.

(vi) Hortigil Hortifruti S.A. (Incorporada à Companhia em 30/09/2022)

O Hortigil Hortifruti S.A. (“HNT”), adquirido em novembro de 2021, maior rede varejista especializada em produtos frescos com foco em frutas, legumes e verduras do Brasil, possuindo uma rede de 80 lojas em 4 Estados (RJ, SP, MG e ES) e sendo referência digital do setor no País, com as vendas online representando 16% do total foi incorporada pela Companhia em decorrência de reestruturação societária aprovada em Assembleia Geral Extraordinária “AGE” realizada em 30 de setembro de 2022 (Nota 1). Foi adquirido através da subsidiária integral IF Capital Ltda., também incorporada por aprovação na supracitada “AGE”. O preço de aquisição inicial foi de R\$ 1.980.878 pagos à vista, em recursos financeiros. Adicionalmente, foi negociado um ajuste de preço no fechamento da transação, sendo o preço de aquisição final R\$ 1.956.607.

O ágio apurado foi de R\$ 1.630.273, ajustado no exercício para R\$ 1.614.400, em função de condições precedentes, habituais em operações de natureza similar, pago principalmente pela expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*), uma vez que a HNT oferece conveniência, atendimento diferenciado e alta recorrência de compra, por meio da capilaridade, localização estratégica das lojas e integração digital. Adicionalmente, a HNT possui um time altamente qualificado, com vasta experiência no setor, e opera com uma estratégia *omnichannel*, oferecendo diversos serviços para compras realizadas nas Lojas, *Sites*, *Apps* e *WhatsApp*, incluindo entregas no mesmo dia e retirada na loja em 100% da sua rede. Nesse sentido, a aquisição é um movimento estratégico da Companhia para ser ainda mais relevante no dia a dia dos clientes. Essa estratégia está em linha com o nosso propósito de somar o que o mundo tem de bom para melhorar a vida das pessoas e nos permite participar de diferentes momentos na jornada de consumo, aumentando a base de clientes ativos, a frequência de compras e expandindo o nosso alcance.

(vii) AME Digital (controlada indireta)

A AME Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. “AME”, constituída em 31 de julho de 2019, plataforma mobile de negócios, tem por objeto social, basicamente, a prestação de serviços com tecnologias avançadas envolvendo estruturas de pagamento em vendas físicas e digitais inclusive através de parcerias com outras empresas com vantagens para os consumidores finais.

A AME, recebeu, em 06 de outubro de 2022, autorização do Banco Central do Brasil “Bacen” para operar como Instituição de pagamento, nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a AME passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, em conformidade com os critérios exigidos pelo Bacen. Para fins de consolidação das demonstrações financeiras da AME, pela Companhia, estas estão sendo apresentadas em conformidade com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*).

(viii) Bit Capital S.A. (controlada indireta)

A Bit Capital S.A., adquirida através da controlada AME em dezembro de 2020, *fintech* especializada em soluções de *Core Banking*. É uma plataforma *Open Banking*, modular, baseada em *Blockchain* e *Open APIs*, que oferece soluções para integração nativa ao ecossistema financeiro, de forma simples e segura e tem soluções de integração com o PIX, sistema de pagamentos instantâneos do Banco Central, o que está em linha com o plano de negócios para a AME, possibilitando a aceleração do seu desenvolvimento e maximizando suas frentes de negócios.

(ix) Shipp do Brasil Tecnologia Ltda. (controlada indireta)

A Shipp do Brasil Tecnologia Ltda., adquirida através da subsidiária integral Supernow em julho de 2021, plataforma *mobile* de *food delivery* e conveniência. O valor justo do preço de aquisição foi de até R\$ 18.178, sendo R\$ 11.356 pagos à vista e o valor restante, condicionado ao atingimento de metas. O saldo a pagar, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 6.857 (nota 20) a ser liquidado até 2024.

O ágio apurado foi de R\$ 10.509, pago principalmente pela expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*), uma vez que a aquisição está em linha com a estratégia da Companhia de ser mais relevante no dia a dia dos clientes, oferecendo: Tudo. A toda Hora. Em qualquer lugar. A aquisição da Shipp permitirá a entrada da Companhia no modelo de *Ultra Fast Delivery* (entrega em poucos minutos). Além disso, possibilita a melhoria da experiência do consumidor na categoria de *food delivery* a expansão da categoria de mercado para novas localidades e a aceleração das soluções de O2O (*Online to Offline*), principalmente, o *ship from store*.

(x) Grupo Nexoos e subsidiárias (controladas indiretas)

A Nexoos do Brasil Tecnologia e Serviços Ltda., adquirida através da controlada AME em agosto de 2021, *fintech* que conecta pequenas e médias empresas com investidores, após reestruturação societária na qual deixou de ser subsidiária da Nexoos Holding. O valor justo do preço de aquisição foi de até R\$ 153.370, sendo R\$ 47.624 pagos à vista, R\$ 34.659 em parcelas fixas e R\$ 71.087 condicionados ao atingimento de metas, a ser liquidado até 2024.

O ágio apurado foi de R\$ 163.415, pago principalmente pela expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*), uma vez que a Nexoos Tecnologia, plataforma digital de crédito completa, inclui diferentes modalidades de empréstimos e o *CaaS (Credit as a Service)* e opera com tecnologia proprietária, incluindo o sistema de *score* de crédito, que integrada ao modelo híbrido de *funding*, possibilita a oferta de soluções de crédito diferenciadas, com taxas de juros mais competitivas e sem risco de crédito para a Nexoos. Dessa forma, a Nexoos democratiza o acesso ao crédito e permite que empreendedores invistam no crescimento de seus negócios. A aquisição está em linha com o plano de negócios da AME, possibilitando a aceleração do seu desenvolvimento e maximizando suas frentes de negócios.

Adicionalmente, a Nexoos Holding S.A. é titular de 100% do capital social da Nexoos Sociedade de Empréstimo entre Pessoas S.A., instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil para operar como sociedade de empréstimos entre pessoas, possibilitando uma estrutura híbrida de *funding*, por meio de investidores institucionais e individuais (P2P: *Peer-to-Peer*).

A conclusão da aquisição da Nexoos Holding S.A. e da Nexoos Sociedade de Empréstimo entre Pessoas S.A. está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, habituais em operações de natureza similar, incluindo a aprovação pelo Banco Central do Brasil.

(d) Informações sobre investimentos

	31 de dezembro de 2022			
	% Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) Líquido
Controladas diretas				
Submarino Finance	100	12.005	84.478	(9.873)
ST Importações	100	4.050	108.171	4.802
QSM Distribuidora e Logística	100	5.000	25.292	(13.243)
BIT Services	100	210.417	249.692	13.241
Digital Finance	100	500	13.125	(3.574)
B2W Rental	99,96	39.464	16.319	129
Mesa- express	99,99	275	143.593	-
Supernow	100	21.008	30.592	(43.889)
B2W Digital Lux	100	108	(179.442)	(24)
Ame Pay Cayman	100	97.124	29.247	570
BWU Comércio e Entretenimento	100	17.753	45.157	3.568
Freijó Administração e Participações	100	5	2.612	(15)
JSM Global	100	52	(202.389)	11
Louise Holdings	100	523.253	77.901	21
Klanil Services	100	68.971	(40.353)	(9)
Uni.co	100	117.946	84.630	(14.065)
Skoob	100	43	2.190	(1.195)
Ame Holding	100	1.322.589	569.938	11.108
Americanas Lux	100	120	74	(46)
Click - Rodo Entregas Ltda.	100	44.928	(13.220)	(36.480)
Controladas indiretas				
Ame Digital Brasil	100	1.987.474	599.185	11.678
Ame Pay Delaware Holding LLC	100	97.124	29.247	570
Ecolivery Courriers	100	40	103	1.431
Courriers Transportes	100	1	861	106
Eco Logística	100	40	(691)	2.067
BIT Capital	100	10.038	80.922	(12.063)
Cheyney Financial	100	44.832	(48.126)	(22)
Auchal Investments	100	1.033	40	(34)
Nexoos do Brasil Tecnologia e Serviços	100	20	6.680	(3.143)
Nexoos do Brasil Gestão de Ativos	100	10	(1.079)	-
ST Global Sourcing HK	100	1.045	3.120	(854)
Shipp do Brasil Tecnologia	100	5.699	1.811	(38.184)
Uni.co Comércio	100	156.996	34.625	(13.024)
Imaginarium Franchising	100	662	2.847	2.053
IMB Têxtil	100	29.653	68.509	27.034
Mone gestão de franquias e participações	100	11.363	24.315	25.952
Love Brands gestão de sistemas	100	-	-	(2)
Uni.co Hong Kong	100	4.617	(5.922)	(2.435)
Uni.co Development (Shenzhen)	100	2.409	641.519	(79.379)
Controlada em conjunto				
VEM Conveniência	50	940.884	785.802	9.206
Coligada				
Extrafruti S.A. Comércio de Hortifrutigranjeiros	10	13.666	23.296	18.891

15. Imobilizado

	Controladora							
	Terrenos e edificações	Instalações e móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras em andamento	Veículos	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	5.704	41.725	261.374	77.957	13.879	377	-	401.016
Provisão de <i>impairment</i>	(5.704)	(41.725)	(261.374)	(77.957)	(13.879)	(377)	-	(401.016)
Saldos em 1º de janeiro de 2021 Reapresentado	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições	-	47.295	119.284	86.761	17.425	-	121.657	392.422
Transferências	-	36.805	56.952	48.618	-	-	(142.375)	-
Baixas	-	(37.267)	(79.525)	(61.458)	(3.708)	-	(89.345)	(271.303)
Acervo incorporação - AGE 10/06/2021	111.964	361.666	454.271	1.478.757	-	1.915	121.725	2.530.298
Depreciação	(3.519)	(30.778)	(79.785)	(81.501)	-	(546)	(1.422)	(197.551)
Provisão de <i>impairment</i>	-	-	-	(229.013)	-	-	-	(229.013)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 Reapresentado	108.445	377.721	471.197	1.242.164	13.717	1.369	10.240	2.224.853
Aquisições	53.000	59.610	155.182	191.429	44.759	898	41.189	546.067
Transferências	-	15.918	6.601	58.403	(45.444)	23	(35.501)	-
Baixas	-	(4.568)	(58.500)	(95.591)	-	(4.124)	(5.943)	(168.726)
Imobilizado destinado à Integralização de Capital da Vem Conveniências	-	(3.257)	(4.485)	(11.047)	-	-	-	(18.789)
Acervo Incorporado – AGE 29/04/2022	-	7.780	13.939	5.556	-	3.686	-	30.961
Acervo Incorporado – AGE 30/09/2022	751	60.662	104.095	207.194	9.501	311	1.307	383.821
Depreciação	(6.337)	(53.479)	(118.172)	(147.337)	-	(850)	(2.559)	(328.734)
Reversão de <i>impairment</i>	-	-	-	229.013	-	-	-	229.013
Saldos em 31 de dezembro de 2022	155.859	460.387	569.857	1.679.784	22.533	1.313	8.733	2.898.466
Saldos em 31 de dezembro de 2021 Reapresentado:								
Custo total	164.066	766.544	746.934	2.813.112	27.596	2.447	30.073	4.550.772
Depreciação acumulada	(49.917)	(347.098)	(14.363)	(1.305.972)	-	(701)	(19.833)	(1.737.884)
Provisão de <i>impairment</i>	(5.704)	(41.725)	(261.374)	(264.976)	(13.879)	(377)	-	(588.035)
Valor residual	108.445	377.721	471.197	1.242.164	13.717	1.369	10.240	2.224.853
Saldos em 31 de dezembro de 2022:								
Custo total	217.817	902.689	963.766	3.169.056	36.412	3.241	31.125	5.324.106
Depreciação acumulada	(56.25)	(400.577)	(132.535)	(1.453.309)	-	(1.551)	(22.392)	(2.066.618)
Provisão de <i>impairment</i>	(5.704)	(41.725)	(261.374)	(35.963)	(13.879)	(377)	-	(359.022)
Valor residual	155.859	460.387	569.857	1.679.784	22.533	1.313	8.733	2.898.466
Taxa anual de depreciação	-	7% a 10%	4% a 20%	10%	-	10 a 20%	10%	-

Consolidado

	Terrenos e edificações	Instalações e móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras em andamento	Veículos	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	5.704	49.053	276.002	77.315	22.149	3.827	441	434.491
Provisão de <i>impairment</i>	(5.704)	(41.926)	(261.374)	(77.315)	(13.879)	(377)	(441)	(401.016)
Saldos em 1º de janeiro de 2021 Reapresentado	-	7.127	14.628	-	8.270	3.450	-	33.475
Aquisições	-	51.340	140.679	100.678	31.063	1.293	120.503	445.556
Transferências	-	40.465	62.920	73.526	(32.159)	9	(144.761)	-
Baixas	-	(37.282)	(79.560)	(61.455)	(3.709)	(209)	(89.345)	(271.560)
Acervo incorporação - AGE 10/06/2021	111.964	361.903	465.709	1.478.845	-	2.187	122.074	2.542.682
Acervo advindo de controladas adquiridas	220	53.126	95.133	170.222	27.808	2.848	12.945	362.302
Depreciação	(3.521)	(31.618)	(89.654)	(84.154)	-	(1.873)	(1.433)	(212.253)
Provisão de <i>impairment</i>	-	-	-	(229.013)	-	-	-	(229.013)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 Reapresentado	108.663	445.061	609.855	1.448.649	31.273	7.705	19.983	2.671.189
Aquisições	53.000	63.521	185.092	194.618	81.661	3.715	41.609	623.216
Transferências	-	25.501	17.512	72.519	(73.218)	26	(42.340)	-
Baixas	-	(4.894)	(23.058)	(131.413)	-	(8.229)	(6.545)	(174.139)
Imobilizado destinado à Integralização de Capital da Vem Conveniências	-	(3.257)	(4.485)	(11.047)	-	-	-	(18.789)
Depreciação	(6.334)	(56.499)	(137.270)	(173.750)	-	(1.194)	(2.579)	(377.626)
Reversão de <i>impairment</i>	-	-	-	229.013	-	-	-	229.013
Saldos em 31 de dezembro de 2022	155.329	469.433	647.646	1.628.589	39.716	2.023	10.128	2.952.864
Saldos em 31 de dezembro de 2021 Reapresentado:								
Custo total	164.286	841.025	1.822.536	3.026.620	45.152	21.713	42.355	5.963.687
Depreciação acumulada	(49.919)	(354.038)	(951.307)	(1.271.643)	-	(13.631)	(21.931)	(2.662.469)
Provisão de <i>impairment</i>	(5.704)	(41.926)	(261.374)	(306.328)	(13.879)	(377)	(441)	(630.029)
Valor residual	108.663	445.061	609.855	1.448.649	31.273	7.705	19.983	2.671.189
Saldos em 31 de dezembro de 2022:								
Custo total	217.286	921.896	2.005.857	3.110.730	53.595	13.653	35.079	6.358.096
Depreciação acumulada	(56.253)	(410.537)	(1.096.837)	(1.404.826)	-	(11.253)	(24.510)	(3.004.216)
Provisão de <i>impairment</i>	(5.704)	(41.926)	(261.374)	(77.315)	(13.879)	(377)	(441)	(401.016)
Valor residual	155.329	469.433	647.646	1.628.589	39.716	2.023	10.128	2.952.864
Taxa anual de depreciação	-	7% a 10%	4% a 20%	10%	-	10 a 20%	10%	

(i) Na controladora e no consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as depreciações contabilizadas no custo das mercadorias e serviços vendidos totalizam o montante de R\$ 5.366 e de R\$ 7.599 respectivamente (R\$ 5.183 no consolidado em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 3.396 em 01 de janeiro de 2021).

A Companhia realizou teste de recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação. Esses testes são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A menor unidade geradora de caixa determinada pelo Grupo para avaliar a recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis corresponde a cada uma de suas lojas. A Administração identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional em 01 de janeiro de 2021, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, registrando a provisão para perda em seus ativos imobilizados e intangível. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não existem bens dados em garantia.

16. Intangível

	Controladora						
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Direito Uso de Lavra	Desenvolvimento de web sites e sistemas	Marcas e Patentes	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	81.439	78.615	6.270	2.149.171	-	955	2.316.450
Provisão de <i>impairment</i>	(81.439)	(78.615)	(6.270)	(2.149.171)	-	(955)	(2.316.450)
Saldos em 1º de janeiro de 2021	-	-	-	-	-	-	-
Reapresentado	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	450.309	-	468.176	-	-	918.485
Baixas	-	(324.180)	-	(187.514)	-	-	(511.694)
Amortização	-	(129.004)	(5.611)	(292.370)	-	-	(426.985)
Acervo incorporação - AGE 10/06/2021	-	819.448	35.229	18.749	-	444	873.870
Ágio incorporado - AGE 10/12/2021	201.432	-	-	-	-	-	201.432
Provisão de <i>impairment</i>	(201.432)	(816.573)	(29.618)	(7.041)	-	(444)	(1.055.108)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	-	-
Reapresentado	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	575.418	-	649.045	-	-	1.224.463
Capitalização de juros (i)	-	-	-	184.862	-	-	184.862
Baixas	-	(279.829)	-	(468.373)	-	(474)	(748.676)
Amortização	-	(208.068)	-	(258.889)	-	-	(466.957)
Acervo incorporação - AGE 30/04/2022	195.038	377	-	1.293	-	-	196.708
Acervo incorporação - AGE 30/09/2022	1.614.400	21.002	-	-	645.240	7.390	2.288.032
Provisão de <i>impairment</i>	(1.650.828)	-	-	(107.938)	-	(769)	(1.759.535)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	158.610	108.901	-	-	645.240	6.147	918.898
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	-	-
Reapresentado:	-	-	-	-	-	-	-
Custo total	336.737	1.685.645	112.445	4.714.241	-	68.823	6.917.891
Amortização acumulada	(53.866)	(968.299)	(76.557)	(2.288.751)	-	(67.424)	(3.454.897)
Provisão de <i>impairment</i>	(282.871)	(717.346)	(35.888)	(2.425.490)	-	(1.399)	(3.462.994)
Valor residual	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022:	-	-	-	-	-	-	-
Custo total	2.146.175	2.162.831	112.445	4.752.214	645.240	78.286	9.897.191
Amortização acumulada	(53.866)	(1.167.907)	(76.557)	(2.398.589)	-	(69.971)	(3.766.890)
Provisão de <i>impairment</i>	(1.933.699)	(886.023)	(35.888)	(2.353.625)	-	(2.168)	(5.211.403)
Valor residual	158.610	108.901	-	-	645.240	6.147	918.898
Taxa anual de amortização	Indefinida	20%	8%	20%	Indefinida	Indefinida	

	Consolidado						
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de <i>software</i>	Direito Uso de Lavra	Desenvolvimento de <i>web sites</i> e sistemas	Marcas e Patentes	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	580.203	102.787	6.270	2.163.449	1.097	8.054	2.861.860
Provisão de <i>impairment</i>	(580.203)	(62.962)	(6.270)	(2.038.123)	(1.097)	(8.054)	(2.696.709)
Saldos em 1º de janeiro de 2021 reapresentado	-	39.825	-	125.326	-	-	165.151
Adições	122.627	461.055	-	583.878	-	-	1.167.560
Baixas	-	(324.180)	-	(130.957)	-	-	(455.137)
Acervo incorporação - AGE 10/06/2021	173.161	841.857	35.229	339.695	645.240	9.995	2.045.177
Ágio incorporado - AGE 10/12/2021	360.338	-	-	-	-	-	360.338
Ágio em aquisições de investimentos	1.921.680	-	-	-	-	-	1.921.680
Amortização	-	(139.668)	(5.611)	(315.239)	(470)	(7.071)	(468.059)
Adição advinda de controlada adquirida	-	1.934	-	33.911	138.735	84.611	259.191
Provisão de <i>impairment</i>	(408.225)	(816.573)	(29.618)	(46.608)	-	(444)	(1.301.468)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	2.169.581	64.250	-	590.006	783.505	87.091	3.694.433
Adições	-	554.407	-	827.582	-	1.770	1.383.759
Baixas	-	(373.720)	-	(648.939)	-	(22.030)	(1.044.689)
Amortização	-	(239.063)	-	(304.199)	(941)	(1.178)	(545.381)
Ajuste de Ágio em aquisições de investimentos	(15.873)	-	-	-	-	-	(15.873)
Provisão de <i>impairment</i>	(2.007.725)	-	-	(452.178)	-	(53.769)	(2.513.672)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	145.983	5.874	-	12.272	782.564	11.884	958.577
Saldos em 31 de dezembro de 2021:							
Custo total	3.220.829	2.018.115	112.445	5.025.443	785.071	176.077	11.337.980
Amortização acumulada	(62.820)	(1.074.330)	(76.557)	(2.350.706)	(469)	(80.488)	(3.645.370)
Provisão de <i>impairment</i>	(988.428)	(879.535)	(35.888)	(2.084.737)	(1.097)	(8.498)	(3.998.177)
Valor residual	2.169.581	64.250	-	590.006	783.505	87.091	3.694.433
Saldos em 31 de dezembro de 2022:							
Custo total	3.204.956	2.198.802	112.445	5.204.086	785.071	155.817	11.661.177
Amortização acumulada	(62.820)	(1.313.393)	(76.557)	(2.654.905)	(1.410)	(81.666)	(4.190.751)
Provisão de <i>impairment</i>	(2.996.153)	(879.535)	(35.888)	(2.536.909)	(1.097)	(62.267)	(6.511.849)
Valor residual	145.983	5.874	-	12.272	782.564	11.884	958.577
Taxa anual de amortização	Indefinida	20%	8%	20%	Indefinida	Indefinida	

(a) Ágios em aquisições de investimentos

A Companhia avalia a recuperabilidade do ágio anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*), sendo a última avaliação efetuada nos exercícios de 31 de dezembro de 2021 e 2022. Estes ágios são apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 10 anos, com taxa de crescimento de 5,1% para a perpetuidade, e utilizando uma taxa de desconto *pre-tax* de 17,09% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados, além de mais ou menos valia dos ativos e passivos em combinação de negócios.

Em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 01 de janeiro de 2021, os ágios apurados nas aquisições em investimentos estavam representados da seguinte forma:

	31/12/2022			31/12/2021		Controladora
				Reapresentado	Reapresentado	01/01/2021
	Custo	Amortização acumulada	<i>Impairment</i>	Líquido	Líquido	Líquido
Ágio em aquisições de investimentos						
TV Sky Shop	135.305	(53.866)	(81.439)	-	-	-
Direct	195.038	-	(195.038)	-	-	-
Submarino	201.432	-	(201.432)	-	-	-
Hortigil Hortifruti S.A.	1.614.400	-	(1.455.790)	158.610	-	-
	2.146.175	(53.866)	(1.933.699)	158.610	-	-



			31/12/2022	31/12/2021	Consolidado
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Reapresentado	01/01/2021 Reapresentado
Ágio em aquisições de investimentos					
TV Sky Shop	135.305	(53.866)	(81.439)	-	-
SuperNow	28.060	-	(28.060)	-	-
BIT Services	264.880	(8.647)	(256.233)	-	-
Mesa Express	310	(307)	(3)	-	-
Click Rodo	19.426	-	(19.426)	-	-
Direct	195.038	-	(195.038)	-	-
BFF Logística	4	-	(4)	-	-
Shipp	10.509	-	(10.509)	-	-
BWU	173.161	-	(173.161)	-	-
Submarino	201.432	-	(201.432)	-	-
Ecolivery Courriers	9.858	-	(9.858)	-	-
Eco Logística	5.213	-	(5.213)	-	-
BIT Capital	103.047	-	(103.047)	-	-
Nexoos Tecnologia	163.415	-	(163.415)	-	-
Uni.co S.A.	257.774	-	(212.430)	45.344	-
Skoob	23.124	-	(23.124)	-	-
Hortigil Hortifruti S.A.	1.614.400	-	(1.513.761)	100.639	-
	<u>3.204.956</u>	<u>(62.820)</u>	<u>(2.996.153)</u>	<u>145.983</u>	<u>-</u>

(b) Desenvolvimento de *websites* e sistemas

Representam gastos com plataforma *e-commerce* (desenvolvimento de Infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e *layout* gráfico dos *sites*), gastos com implantação de sistema ERP e desenvolvimento de sistemas próprios, sendo amortizados de forma linear considerando-se o prazo estipulado de utilização e benefícios auferidos.

Seguindo sua trajetória de inovação, a Companhia continua investindo em novas funcionalidades com o objetivo, principalmente, de melhorar a experiência de compra, aumentar a taxa de conversão e reforçar o posicionamento das marcas, além de implementar novas funcionalidades operacionais.

A Companhia utilizou as mesmas premissas no item (a) acima para o teste de *impairment* do ativo intangível e não identificou necessidade de provisão para recuperabilidade de ativos.

17. Ativos e Passivos de arrendamento

Abaixo apresentamos os ativos ao direito de uso dos imóveis e as correspondentes obrigações:

(a) Direito de uso de imóveis - Arrendamento

			31/12/2022	31/12/2021	Controladora
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Reapresentado	01/01/2021 Reapresentado
Direito de uso de imóveis	<u>7.537.662</u>	<u>(2.237.071)</u>	<u>5.300.591</u>	<u>4.890.005</u>	<u>190.641</u>
	<u>7.537.662</u>	<u>(2.237.071)</u>	<u>5.300.591</u>	<u>4.890.005</u>	<u>190.641</u>

			31/12/2022	31/12/2021	Consolidado
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Reapresentado	01/01/2021 Reapresentado
Direito de uso de imóveis	<u>7.654.755</u>	<u>(2.295.951)</u>	<u>5.358.804</u>	<u>5.840.319</u>	<u>225.256</u>
	<u>7.654.755</u>	<u>(2.295.951)</u>	<u>5.358.804</u>	<u>5.840.319</u>	<u>225.256</u>

Movimentação do direito de uso de imóveis dos arrendamentos no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		Reapresentado		Reapresentado
Saldos líquidos no início do exercício	4.890.005	190.641	5.840.319	225.256
Adições	358.244	210.476	394.626	255.378
Baixas	(51.654)	(76.043)	(566.308)	(81.344)
Depreciação	(670.751)	(341.509)	(685.231)	(367.690)
Remensurações	328.655	2.363.380	375.398	2.824.551
Acervo Incorporado – AGE 30/09/2022	421.259	-	-	-
Acervo Incorporado – AGE 29/04/2022	24.833	-	-	-
Acervo advindo de controladas adquiridas	-	-	-	438.408
Acervo incorporado – AGE 10/06/2021	-	2.543.060	-	2.545.760
Saldos líquidos no final do exercício	5.300.591	4.890.005	5.358.804	5.840.319

(b) Arrendamentos a pagar

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Arrendamentos a pagar	11.666.064	10.575.650	212.794	11.741.261	12.045.836	253.637
Juros sobre arrendamento	(5.598.125)	(5.130.236)	(24.171)	(5.613.052)	(5.559.388)	(28.543)
	6.067.939	5.445.414	188.623	6.128.209	6.486.448	225.094
Parcela do circulante	491.433	382.267	62.535	507.501	635.320	76.667
Parcela do não circulante	5.576.506	5.063.147	126.089	5.620.708	5.851.128	148.428

Movimentação dos arrendamentos no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		Reapresentado		Reapresentado
Saldos líquidos constituídos no início do exercício	5.445.414	188.623	6.486.448	225.094
Adições por novos contratos	349.833	279.905	302.484	298.738
Baixas	(51.654)	(62.362)	(548.551)	(67.664)
Provisão para Desmobilização	(17.074)	(4.956)	(17.219)	(5.633)
Pagamentos	(1.166.497)	(599.439)	(1.182.898)	(619.081)
Juros apropriados	663.227	562.118	702.256	572.886
Remensurações	348.178	2.365.569	385.689	2.877.987
Acervo Incorporado – AGE 30.09.2022	468.766	-	-	-
Acervo Incorporado – AGE 29.04.2022	27.746	-	-	-
Adição advinda de controlada adquirida	-	-	-	485.428
Acervo incorporado – AGE 10.06.2021	-	2.715.956	-	2.718.693
Saldos líquidos no final do exercício	6.067.939	5.445.414	6.128.209	6.486.448

(i) A Companhia em conformidade com a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16/2020, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o qual autoriza em caráter excepcional, alterações em decorrência de benefícios obtidos em contratos de arrendamento relacionados ao Covid-19. Em 31 de dezembro de 2021 o valor reconhecido foi R\$ 6.282, controladora e consolidado, com origem nas parcelas fixas dos contratos negociadas junto aos arrendatários.

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

	Controladora					
	31/12/2022		31/12/2021		01/01/2021	
	Nominal	AVP	Nominal	AVP	Nominal	AVP
Contraprestação do arrendamento	11.666.064	6.067.939	10.575.650	5.445.414	212.794	188.623
PIS/COFINS potencial (9,25%)	1.079.111	561.284	978.248	503.701	19.683	17.448

	Consolidado					
	31/12/2022		31/12/2021		01/01/2021	
	Nominal	AVP	Nominal	Reapresentado AVP	Nominal	Reapresentado AVP
Contraprestação do arrendamento	11.741.261	6.128.209	12.045.836	6.486.448	253.637	225.094
PIS/COFINS potencial (9,25%)	1.086.067	566.859	1.114.240	599.996	23.461	20.821

(c) *Misleading* provocado pela plena aplicação do CPC 06 (R2)

Para cálculo do custo do ativo de direito de uso de imóveis e do valor do passivo de arrendamento, o Grupo utilizou a taxa de juros incremental nominal para descontar a valor presente o fluxo real de pagamentos.

Conforme requerido pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, o Grupo efetuou o recálculo, utilizando as mesmas bases, descontando a taxa de juros incremental real do fluxo real de pagamentos.

Apresentamos abaixo os efeitos apurados considerando-se as metodologias de cálculo praticadas pelo Grupo e a exigida pelo Ofício circular:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo de Arrendamento	6.067.939	5.445.414	6.128.209	6.486.448
Fluxo Real x Taxa Nominal	7.043.301	6.735.781	7.562.482	6.781.552
Fluxo Real x Taxa Real	975.362	1.290.367	1.434.272	295.104
Direito de uso	5.300.591	4.890.005	5.300.591	4.890.005
Fluxo Real x Taxa Nominal	6.398.570	6.221.085	6.876.789	6.266.750
Fluxo Real x Taxa Real	1.097.979	1.331.081	1.576.198	1.376.745
Despesa Financeira	(663.227)	(562.118)	(702.256)	(572.886)
Fluxo Real x Taxa Nominal	(500.716)	(180.032)	(521.754)	(181.657)
Fluxo Real x Taxa Real	162.511	382.086	180.502	391.229
Despesa de Depreciação	(670.751)	(341.509)	(685.231)	(367.690)
Fluxo Real x Taxa Nominal	(712.663)	(283.322)	(831.517)	(302.391)
Fluxo Real x Taxa Real	(41.912)	58.187	(146.286)	65.299

(c.1) Comparação taxa real x taxa nominal

	Controladora/Consolidado	
	2022	2021
Fluxo Real x Taxa Nominal (i)	12,03%	5,74%
Fluxo Real x Taxa Real (i)	4,99%	0,71%
	7,04%	5,04%

(i) Média das taxas de desconto utilizadas nos anos de 2022 e 2021.

d) Compromissos assumidos – Contratos de locação

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possui 2.090 contratos de locação para as suas unidades comerciais, de logística e administrativa. Esses contratos de locação, em sua maioria, preveem pagamentos de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou valor mínimo. A obrigação mensal do Grupo é o de pagar o maior valor entre ambos, com apuração semestral ou anual. Foram enquadrados como passivo de arrendamento, conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 as parcelas dos contratos definidas como aluguel mínimo. As parcelas definidas como variáveis continuam sendo reconhecidas, por competência, como despesa de vendas, juntamente com os demais contratos de aluguel de curto prazo. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação. Os contratos de aluguel das áreas de logística e administrativa possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação, sendo esses classificados como Passivo de arrendamento (vide (b)).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as despesas variáveis de aluguéis, condomínios e outras relacionadas aos contratos totalizaram R\$ 192.621 no consolidado (R\$ 63.707 em 31 de dezembro de 2021). Os compromissos futuros variáveis, tomando-se por base os contratos existentes em 31 de dezembro de 2022, com reajuste na proporção de 5,62% (IPCA projetado para de 2023) oriundos destes contratos de locação, sem efeito das renegociações de contratos são assim distribuídos:

2023	2024	2025	2026	2027 em diante
17.179	17.569	18.498	19.119	19.649

18. Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Fornecedores de mercadorias, suprimentos e outros	6.967.671	11.813.428	5.012.648	7.156.558	11.715.956	5.149.993
Acordos comerciais	(491.492)	(745.659)	(243.306)	(491.493)	(745.659)	(243.306)
	<u>6.476.179</u>	<u>11.067.769</u>	<u>4.769.342</u>	<u>6.665.065</u>	<u>10.970.297</u>	<u>4.906.687</u>


Os acordos comerciais são recebíveis, definidos em contratos de parceria firmados com os fornecedores. Nas operações financeiras, quando previstas em acordo comercial, as liquidações se realizam por ocasião do pagamento das faturas, aos fornecedores, pelo montante líquido.

19. Operações de risco sacado "Forfait"

Considerando as características dessas transações em conformidade com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2021 de 29 de janeiro de 2021, apresentamos abaixo o montante total por instituição financeira:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Instituição Financeira						
Banco Itaú Unibanco S.A.	2.702.695	3.251.896	1.250.734	2.702.695	3.251.896	1.250.734
Banco Bradesco S.A.	4.315.056	3.899.216	870.269	4.315.056	3.899.216	870.269
Banco ABC Brasil S.A.	415.607	341.885	245.858	415.607	341.885	245.858
Banco Safra S.A.	2.135.074	2.050.264	1.392.816	2.135.074	2.050.264	1.392.816
Banco Santander (Brasil) S.A.	1.909.165	1.342.507	899.615	1.909.165	1.342.507	899.615
Banco Daycoval S.A.	509.685	473.156	198.106	509.685	473.156	198.106
Banco BTG S.A.	3.622.531	2.516.197	1.661.350	3.622.531	2.516.197	1.661.350
Banco do Brasil S.A.	299.926	295.950	299.584	299.926	295.950	299.584
	<u>15.909.739</u>	<u>14.171.071</u>	<u>6.818.332</u>	<u>15.909.739</u>	<u>14.171.071</u>	<u>6.818.332</u>

A Companhia mantém convênios firmados com instituições financeiras, por meio das quais, fornecedores de produtos, bens de capital e serviços, possuem a possibilidade de estruturar operações de antecipação de recebimento de títulos relacionados às operações mercantis entre as partes.



A Administração avaliou os potenciais efeitos de ajuste a valor presente destas operações e concluiu que os efeitos são imateriais para mensuração e divulgação. Adicionalmente, não há exposição a nenhuma instituição financeira individualmente relacionada a estas operações e estes passivos decorrentes são considerados dívida líquida e não possuem cláusulas restritivas (financeiras ou não financeiras) relacionadas.

20. Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

Objeto	Encargos anuais	Vencimento Contratual	Controladora			Consolidado		
			31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
				Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Em moeda nacional								
Capital de giro	124,0% CDI	20/12/2027	911.944	910.876	2.617.978	980.192	978.400	2.684.595
Capital de giro	CDI + 1,8% a 3,9%	01/10/2025	6.385.160	2.191.058	653.293	6.496.700	2.561.387	653.293
BNDES (i)	TJLP + 2,9% a.a.	15/09/2022	-	1.079	5.589	-	1.079	5.589
BNDES (i)	TLP + 1,3% a 2,5%	15/06/2026	537.750	713.531	403.939	537.750	713.531	403.939
BNDES (i)	SELIC + 2,3% a 2,9%	15/06/2026	131.597	162.844	41.163	131.597	163.085	41.163
BNDES (i)	PSI 6% a.a.	17/07/2023	1.281	3.483	97	1.281	3.483	97
FINEP	TJLP + 1,0% a 3,0%	15/05/2024	39.907	46.841	44.057	39.907	46.841	44.057
FINEP/BNB	Juros de 3,5% a.a.	15/08/2028	49.559	61.732	-	49.559	61.732	-
Operações de swap	CDI + 3,7% a.a.	23/01/2024	5.443	(919)	-	5.443	(919)	-
Cotas FIDC (iv)	CDI + 1,5% a.a.	14/02/2024	1.161.284	579.506	270.625	2.129.119	1.046.070	270.625
Em moeda estrangeira								
Empréstimo Estrangeiro - dólar	US\$ + 4,700% a.a.	03/11/2023	323.784	308.731	-	323.784	308.731	-
Operações de swap	119% CDI	03/11/2023	(61.435)	(93.213)	-	(61.435)	(93.213)	-
Capital de giro - euro (iii)	€ + 2,1% a 2,3% a.a.	18/01/2023	-	-	695.682	-	-	695.682
Operações de swap	121,9% CDI a 122,6%	18/01/2023	-	-	(191.670)	-	-	(191.670)
Bond's Lux (ii)	US\$ + 4,375% a.a.	20/12/2030	-	-	-	2.613.605	2.795.675	2.609.718
Operações de swap (US\$)	IPCA + 6,90% a	20/12/2030	-	-	-	741.952	71.959	262.504
Bond's JSM (ii)	US\$ + 4,750% a.a.	15/10/2030	-	-	-	2.633.978	2.818.230	-
Operações de swap (US\$)	IPCA + 7,4% a.a.	15/10/2030	-	-	-	966.483	232.449	-
Custo com captações (IOF e outras)			(120.596)	(64.553)	(84.729)	(203.707)	(137.549)	(102.555)
Parcela do circulante			9.365.678	4.820.996	4.456.024	17.386.208	11.570.971	7.377.037

- (i) Financiamentos do BNDES relacionados ao programa FINEM (abertura e reforma de lojas, logística e tecnologia), FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos) e PEC (Capital de Giro).
(ii) As operações em moeda estrangeira encontram-se protegidas contra oscilações de câmbio, por intermédio de instrumentos financeiros derivativos de swap (nota 5.1).
(iii) Captação consoante a Resoluções nº 2.770 e nº 4.131 do Banco Central do Brasil (BACEN).
(iv) Na Controladora representa o saldo da antecipação de recebíveis pelo Fênix - FIDC. No consolidado representa o saldo de cotas sênior do Fundo Fênix - FIDC (nota 8(a)).

(b) Movimentação

	Controladora	Consolidado
Em 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado)	4.456.024	7.377.037
Captação	1.372.899	1.388.735
Amortização principal (a)	(4.587.018)	(4.350.545)
Amortização juros	(462.299)	(792.277)
Marcação a mercado derivativos	-	(120.495)
Acervo líquido incorporado - AGE 10/06/2021	3.780.673	6.978.430
Adição advinda de controlada adquirida	-	457.554
Encargos financeiros	260.717	632.532
Em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	4.820.996	11.570.971
Captação	5.336.953	5.950.979
Amortização principal (a)	(1.338.738)	(1.511.785)
Amortização juros	(338.391)	(1.266.173)
Marcação a mercado derivativos	9.879	1.014.189
Acervo incorporado – AGE 30/09/2022	202.145	-
Encargos financeiros	672.834	1.628.027
Em 31 de dezembro de 2022	9.365.678	17.386.208

(a) Incluído efeito dos ajustes de capital de giro conforme nota 02.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas de dívida (*Debt Covenants* e *Cross Default*) constantes de alguns contratos de empréstimos e financiamentos. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 01 de janeiro de 2021 a Companhia não atendeu todos os índices, desta forma, os passivos atrelados a estes instrumentos foram reclassificados para o passivo circulante. (Vide nota 2)

(c) Garantias

	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Cartas de fiança	1.830.989	942.910	494.849
Seguro garantia	39.907	46.841	-
	1.870.896	989.751	494.849

(d) Emissão de títulos representativos de dívida – *Bond's*

	Consolidado	
	JSM Global	B2W Digital Lux
Em 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado)	-	2.872.222
Amortização de juros	(126.908)	(197.030)
<i>Hedge</i> – Fluxo de caixa	(115.231)	(5.264)
Acervo líquido incorporado - AGE 10.06.2021	3.149.101	-
Encargos financeiros	143.717	197.706
Em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	3.050.679	2.867.634
Amortização de juros	(442.919)	(434.245)
<i>Hedge</i> – Fluxo de caixa	519.796	484.514
Encargos financeiros	472.905	437.654
Em 31 de dezembro de 2022	3.600.461	3.355.557

A JSM Global – Em recuperação judicial e a B2W Digital Lux – Em recuperação judicial, controladas diretas, emitiram títulos representativos de dívida – *Bond's*. Após estudos técnicos, em conformidade com o CPC 48 B6 3.5, e em decorrência dos recursos captados estarem atrelados, também, à emissão de debentures, no Brasil, decidiram classificar a operação na categoria de "*Cash Flow Hedge*". Essa classificação gerou no exercício um impacto, líquido de impostos, a débito no patrimônio líquido da Companhia de R\$ 423.586 (R\$ 450.805, a crédito, em 31 de dezembro de 2021), controladora e consolidado.

A decisão tem por objetivo minimizar possíveis riscos financeiros em decorrência das operações possuírem taxas flutuantes em todas as pontas.

21. Debêntures

(a) Composição

	Data de emissão	Vencimento Contratual	Tipo de emissão	Títulos em circulação	Valor na data de emissão	Encargos financeiros anuais	Controladora			Consolidado		
							31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado	01/01/2021 Reapresentado	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado	01/01/2021 Reapresentado
13ª Emissão – Lame A3	10/01/2019	10/01/2026	Pública	20.895	1.000.000	116,7% do CDI	224.266	216.171	-	224.266	216.171	-
14ª Emissão – Lame A4	18/05/2020	18/05/2023	Pública	50.000	500.000	CDI + 3%	509.464	506.838	-	509.464	506.838	-
15ª Emissão – Lame A5	02/06/2020	02/06/2023	Pública	50.000	500.000	CDI + 3%	506.289	504.764	-	506.289	504.764	-
16ª Emissão – Lame A6	15/09/2020	15/10/2030	Pública	3.100.000	3.100.000	IPCA + 7,4%	3.786.402	3.580.301	-	348.705	329.723	-
Operações de Swap - 16ª Emissão	15/09/2020	15/10/2030	-	-	-	CDI + 4,62%	(158.754)	(206.575)	-	(14.820)	(19.248)	-
17ª Emissão – Lame A7	08/07/2022	15/07/2033	Pública	200.000	2.000.000	CDI + 2,750%	2.153.896	-	-	2.153.896	-	-
18ª Emissão – Lame A8	20/10/2022	20/10/2027	Pública	100.000	1.000.000	CDI+1,55%	1.019.527	-	-	1.019.527	-	-
5ª Emissão pública	15/11/2020	15/12/2030	Pública	3.100.000	3.100.000	IPCA + 6,957%	3.686.500	3.485.780	3.166.613	486.262	459.785	417.686
Operações de Swap - 5ª Emissão	15/11/2020	15/12/2030	-	-	-	CDI + 4,072%	(132.240)	(121.740)	(200.669)	(15.461)	(13.808)	(24.045)
2ª Emissão – Hortifruti	15/03/2021	16/03/2026	Privada	175.000	175.000	IPCA + 5,083%	206.363	-	-	206.363	188.278	-
Custo com captações (IOF e outras)							(144.107)	(96.575)	(19.758)	(61.175)	(23.792)	(2.606)
Parcela do circulante							<u>11.657.606</u>	<u>7.868.964</u>	<u>2.946.186</u>	<u>5.363.316</u>	<u>2.148.711</u>	<u>391.035</u>

(b) Movimentação

	Controladora	Consolidado
Em 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado)	2.946.186	391.035
Amortização de principal	(1.789.879)	(1.789.879)
Amortização de juros	(456.454)	(132.517)
Marcação a mercado derivativos	634.734	72.235
Acervo líquido incorporado – AGE 10.06.2021	6.025.883	3.250.591
Acervo advindo de controladas adquiridas	-	186.050
Encargos financeiros	508.494	171.196
Em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	7.868.964	2.148.711
Captação	3.000.000	3.000.000
Amortização de juros	(1.156.655)	(293.044)
Marcação a mercado derivativos	407.161	47.234
Acervo incorporado – AGE 30.09.2022	187.874	-
Encargos financeiros	1.350.262	460.415
Em 31 de dezembro de 2022	11.657.606	5.363.316

(c) Emissão das debêntures

Natureza	13ª emissão Lame A3	14ª emissão Lame A4	15ª emissão Lame A5	16ª emissão Lame A6	17ª emissão Lame A7	18ª emissão Lame A8	5ª Emissão Pública	2ª Emissão Privada
Data de emissão	10/01/2019	18/05/2020	02/06/2020	15/09/2020	08/07/2022	20/10/2022	15/11/2020	15/03/2021
Data de vencimento	10/01/2026	18/05/2023	02/06/2023	15/10/2030	15/07/2033	20/10/2027	15/12/2030	12/03/2026
Quantidade emitida	100.000	50.000	50.000	3.100.000	200.000	100.000	3.100.000	175.000
Valor unitário (Em reais)	R\$ 10.000	R\$ 10.000	R\$ 10.000	R\$ 1.000	R\$ 10.000	R\$ 10.000	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Índice financeiro para cálculo de <i>covenants</i>	Dívida líquida consolidada / EBITDA ≤ 3,5	Dívida líquida consolidada / EBITDA ≤ 3,5	Dívida líquida consolidada / EBITDA ≤ 3,5	Dívida líquida consolidada / EBITDA ≤ 3,5	Dívida líquida consolidada / EBITDA ≤ 3,5	Dívida líquida consolidada / EBITDA ≤ 3,5	Dívida líquida consolidada / EBITDA ≤ 3,5	Dívida líquida consolidada / EBITDA ≤ 3,5
Encargos financeiros anuais	116,7% do CDI (base 252)	100,0% do CDI (base 252) + 3,0%	100,0% do CDI (base 252) + 3,0%	IPCA + 7,4% (base 252)	CDI + 2,75%	CDI + 1,55%	IPCA + 6,957% (base 252)	IPCA + 5,083%
Conversibilidade	simples, não conversíveis em ações	simples, não conversíveis em ações	simples, não conversíveis em ações	simples, não conversíveis em ações	simples, não conversíveis em ações	simples, não conversíveis em ações	simples, não conversíveis em ações	simples, não conversíveis em ações
Tipo e forma	nominativas e escriturais	nominativas e escriturais	nominativas e escriturais	nominativas e escriturais	nominativas e escriturais	nominativas e escriturais	nominativas e escriturais	nominativas e escriturais
Amortização do valor principal	Amortização no vencimento	Amortização no vencimento	Amortização no vencimento	Amortização no vencimento	15/07/2031 – 33,33% 15/07/2032 – 16,67% 15/07/2033 – 50,00%	Amortização no vencimento	Amortização no vencimento	13/03/2024 12/09/2024 13/03/2025 11/09/2025 12/03/2026
Pagamento dos juros remuneratórios	10 de janeiro e 10 de julho de cada ano (2020 a 2026)	18 de maio e 18 de novembro de cada ano	02 de junho e 02 de dezembro de cada ano	15 de outubro e 15 de abril de cada ano	15 de janeiro e 15 de julho de cada ano	20 de abril e 20 de outubro de cada ano	15 de dezembro e 15 de junho de cada ano	11 a 13 de setembro e 11 a 13 de março de cada ano
Garantias	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária
Repactuação	não possui	não possui	não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas de dívida (*Debt Covenants* e *Cross Default*) constantes de alguns contratos de debêntures. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 01 de janeiro de 2021 a Companhia não atendeu os índices, desta forma, os passivos atrelados a estes instrumentos foram reclassificados para o passivo circulante. (Vide nota 2)

22. Contas a pagar - Combinação de Negócios

A Companhia, de acordo com o seu plano estratégico, realizou combinação de negócios, adquirindo participações societárias, através de suas controladas, com o objetivo de expansão de suas atividades, sendo estas:

- Pedala (Eco Logística Ltda.), Courri (Ecolivery Courriers Ltda.) e Transportes (Courriers Transportes Ltda.), especializadas em entregas rápidas e sustentáveis por bicicletas;
- *Supernow* Portal e Serviços de Internet Ltda., expandindo a presença no setor de supermercados;
- Bit Capital S.A., *fintech* especializada em soluções de *Core Banking*;
- Grupo Uni.co S.A., atuante em varejo especializado de franquias no Brasil e dono das marcas Puket, Imaginarium, MinD e LoveBrands;
- Shipp do Brasil Tecnologia Ltda. ("Shipp"), plataforma *mobile* de *food delivery* e conveniência;
- Nexoos do Brasil Tecnologia e Serviços Ltda., plataforma digital de crédito completa;
- Skoob Books 3D Serviços de Internet Ltda., a maior plataforma digital de conteúdo para leitores do País.

(a) Composição

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado	01/01/2021 Reapresentado	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado	01/01/2021 Reapresentado
Supernow	15.308	14.558	14.444	15.308	14.558	14.444
Shipp	-	-	-	6.857	7.080	-
Ecolivery Courriers	-	-	-	1.598	4.276	-
Courriers Transportes	-	-	-	278	384	-
Eco Logística	-	-	-	1.734	2.903	-
BIT Capital	-	-	-	113.926	111.605	-
Nexoos Tecnologia	-	-	-	95.463	105.745	-
Uni.co	115.818	-	-	123.706	115.978	-
Skoob	14.530	-	-	14.531	16.417	-
Natural da Terra	-	-	-	-	13.995	-
	<u>145.656</u>	<u>14.558</u>	<u>14.444</u>	<u>373.401</u>	<u>392.941</u>	<u>14.444</u>
Parcela do circulante	10.494	-	1.234	51.072	41.761	1.234
Parcela do não circulante	135.162	14.558	13.210	322.329	351.180	13.210

(b) Composição do não circulante por ano de vencimento

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado	01/01/2021 Reapresentado	31/12/2022	31/12/2021 Reapresentado	01/01/2021 Reapresentado
2023	-	7.279	-	-	153.932	-
2024	135.162	7.279	13.210	322.329	194.756	13.210
2025	-	-	-	-	1.246	-
2026	-	-	-	-	1.246	-
	<u>135.162</u>	<u>14.558</u>	<u>13.210</u>	<u>322.329</u>	<u>351.180</u>	<u>13.210</u>

23. Tributos a recolher

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	501.958	242.667	58.255	511.720	256.806	65.042
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	570.525	292.451	2.290	571.742	293.457	2.365
Imposto sobre Serviços (ISS)	15.233	17.222	5.872	30.509	30.650	7.008
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS)	2.990	2.072	14.176	6.286	19.975	18.295
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	39.707	16.670	-	42.096	17.264	1.254
Outros	17.000	7.662	1.171	20.669	20.135	4.340
	<u>1.147.413</u>	<u>578.744</u>	<u>81.764</u>	<u>1.183.022</u>	<u>638.287</u>	<u>98.304</u>

24. Provisão para processos judiciais e contingências

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, conflitos cíveis, consumeristas, de natureza imobiliária e locatícia, entre outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas, conduzido pelo departamento jurídico e por advogados externos.

A Administração, através de dados fornecidos por seus assessores jurídicos, produzidos a partir da análise das demandas pendentes, do Direito envolvido e do histórico de demandas anteriores, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Determinadas ações judiciais estão garantidas através de cartas de fiança bancária, apólices de seguro ou depósitos judiciais, conforme o caso.

(a) Depósitos Judiciais

Quando requeridos legalmente, são efetuados depósitos judiciais, os quais totalizam:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Fiscais	470.601	293.815	77.164	477.317	300.752	78.476
Trabalhistas	25.200	11.171	2.839	26.089	10.906	1.371
Cíveis	29.099	13.495	2.140	47.821	36.392	4.146
	<u>524.900</u>	<u>318.481</u>	<u>82.143</u>	<u>551.227</u>	<u>348.050</u>	<u>83.993</u>

Movimentação dos depósitos judiciais:

	Controladora			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021 reapresentado	77.164	2.839	2.141	82.144
Adições	139.728	12.471	39.766	191.965
Reversões	(70.239)	(33.781)	(101.022)	(205.042)
Acervo líquido incorporado - AGE 10/06/2021	140.543	29.450	70.849	240.842
Atualizações	6.619	192	1.761	8.572
Saldos em 31 de dezembro de 2021 reapresentado	293.815	11.171	13.495	318.481
Adições	208.489	11.128	46.517	266.134
Reversões	(41.358)	(5.811)	(41.428)	(88.597)
Acervo Incorporado – AGE 29/04/2022	1.733	4.104	3.483	9.320
Acervo incorporado – AGE/30.09/2022	-	626	4.122	4.748
Atualizações	7.922	3.982	2.910	14.814
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>470.601</u>	<u>25.200</u>	<u>29.099</u>	<u>524.900</u>

				Consolidado
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021 (Reapresentado)	78.476	1.371	4.146	83.993
Adições	140.050	12.470	40.182	192.702
Reversões	(70.238)	(33.865)	(101.874)	(205.977)
Acervo advindo de controladas adquiridas	3.701	607	3.549	7.857
Acervo líquido incorporado - AGE 10/06/2021	141.974	30.125	86.771	258.870
Atualizações	6.789	198	3.618	10.605
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	300.752	10.906	36.392	348.050
Adições	208.473	13.178	46.347	267.998
Reversões	(41.563)	(6.707)	(45.433)	(93.703)
Acervo Incorporado – AGE 29/04/2022	1.733	4.104	3.483	9.320
Acervo incorporado – AGE 30/09/2022	-	626	4.122	4.748
Atualizações	7.922	3.982	2.910	14.814
Saldos em 31 de dezembro de 2022	477.317	26.089	47.821	551.227

(b) Provisões constituídas

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
Fiscais	1.084.232	370.923	3.648	1.224.978	579.387	33.241
Trabalhistas	216.739	96.572	17.987	266.210	247.075	84.905
Cíveis	47.944	58.287	35.744	48.346	65.702	43.077
Imobiliário	433.858	-	-	433.858	-	-
	1.782.773	525.782	57.379	1.973.392	892.164	161.223
Parcela do circulante	191.276	64.412	19.949	193.519	125.085	55.769
Parcela do não circulante	1.591.497	461.370	37.430	1.779.873	767.079	105.454

Fiscais

Os principais processos fiscais do Grupo, incluídos os saldos da parcela cindida de Lojas Americanas, estão representados por processos:

- (i) decorrente de crédito tributário de ICMS constituído sobre operações realizadas com fornecedores declarados inidôneos pela Secretaria Estadual de Fazenda, em data posterior à operação comercial;
- (ii) decorrente do aproveitamento de crédito referente à inconstitucional majoração do percentual de 1% do ICMS, entre os anos de 1990 e 1997, promovida pelo Estado de São Paulo, e;
- (iii) decorrente da diferença quantitativa entre o quantitativo de estoque informado no arquivo magnético e o estoque físico dos estabelecimentos, escriturado no livro de registro de inventário, de lojas físicas.

Trabalhistas

O Grupo também é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de horas extras entre outros.

Cíveis

A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, principalmente relacionada a consumidores, que representavam, em 31 de dezembro de 2022, o montante indicado como passivo contingente referente a essas questões. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

Movimentação da provisão para contingências:

					Controladora
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Em 1º de janeiro de 2021 (Reapresentado)	3.648	17.987	35.744	-	57.379
Adições	31.653	42.533	25.362	-	99.548
Reversões	(30.890)	(6.139)	(3.126)	-	(40.155)
Pagamentos	-	(20.424)	(13.487)	-	(33.911)
Acervo líquido incorporado - AGE 10/06/2021	363.854	60.327	10.774	-	434.955
Atualizações	2.658	2.288	3.020	-	7.966
Em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	<u>370.923</u>	<u>96.572</u>	<u>58.287</u>	-	<u>525.782</u>
Adições	823.749	79.556	31.991	452.532	1.387.828
Reversões	(218.516)	(51.379)	(13.281)	-	(283.176)
Pagamentos	(2.151)	(16.097)	(34.549)	(19.264)	(72.061)
Acervo Incorporado – AGE 29/04/2022	-	71.039	138	-	71.177
Acervo incorporado – AGE 30/09/2022	73.731	27.414	796	-	101.941
Atualizações	36.496	9.634	4.562	590	51.282
Em 31 de dezembro de 2022	<u>1.084.232</u>	<u>216.739</u>	<u>47.944</u>	<u>433.858</u>	<u>1.782.773</u>

					Consolidado
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Imobiliário	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021 (Reapresentado)	33.241	84.905	43.077	-	161.223
Adições	31.659	94.785	27.784	-	154.228
Reversões	(65.722)	(12.278)	(8.217)	-	(86.217)
Pagamentos	(8)	(45.987)	(14.147)	-	(60.142)
Acervo líquido incorporado - AGE 10/06/2021	210.680	53.300	1.307	-	265.287
Acervo advindo de controladas adquiridas	366.841	69.307	12.879	-	449.027
Atualizações	2.696	3.043	3.019	-	8.758
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	<u>579.387</u>	<u>247.075</u>	<u>65.702</u>	-	<u>892.164</u>
Adições	847.327	104.933	32.039	452.532	1.436.831
Reversões	(309.812)	(177.089)	(20.236)	-	(507.137)
Pagamentos	(2.151)	(17.704)	(34.655)	(19.264)	(73.774)
Acervo Incorporado – AGE 29/04/2022	-	71.039	138	-	71.177
Acervo incorporado – AGE 30/09/2022	73.731	27.414	796	-	101.941
Atualizações	36.496	10.542	4.562	590	52.190
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1.224.978</u>	<u>266.210</u>	<u>48.346</u>	<u>433.858</u>	<u>1.973.392</u>

(c) Passivos contingentes não provisionados

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía demandas administrativas e judiciais de natureza variada no montante aproximado de R\$ 6.981.868 (R\$ 5.399.664 em 31 de dezembro de 2021) na controladora e R\$ 7.366.535 no consolidado (R\$ 5.881.544 em 31 de dezembro de 2021). Abaixo apresentamos as principais demandas administrativas / judiciais, classificadas pelos seus assessores jurídicos como "perdas possíveis", sobre as quais não foi constituída nenhuma provisão. As demais demandas que compõem o saldo acima, de volume significativo e reduzido valor individual, não estão sendo apresentadas.

Data base 31 de dezembro de 2022	Valor estimado
Glosa ou contestação de crédito tributário	
Relativa ao ICMS ST objeto de ressarcimento, devido ao descumprimento da normal legal específica.	318.413
Exigência de ICMS	
Relativa à diferença, apurada erroneamente pelo Fisco, entre o quantitativo de estoque informado no arquivo magnético e o estoque físico dos estabelecimentos, escriturado no livro de registro de inventário.	155.341
Decorrente do recolhimento a menor nas transferências dos Centros de distribuição para lojas em outros estados. Divergência do valor tomado como base de cálculo ou alíquota incidente.	40.808
Substituição tributária em virtude de falta de recolhimento ou recolhimento a menor do imposto na entrada da mercadoria no território Estadual.	81.775
Decreto Lei nº 1.455, de 07 de abril de 1976	
Autos de Infração lavrados para aplicação de multa substitutiva da pena de perdimento, sob fundamento de que o real importador da mercadoria foi ocultado na Declaração de Importação.	2.220.289
Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	
Exigência de Imposto referente ao ano-calendário de 2009 e 2010, em decorrência de glosa de despesas consideradas como não comprovadas, pela suposta falta de adição do ágio amortizado na base de cálculo da CSLL, pela ausência de adição do custo ou despesa indedutível na base de cálculo da CSLL, bem como pela falta de adição das provisões não dedutíveis na base de cálculo da CSLL.	94.583
Exigência de imposto decorrente da falta de homologação das Declarações de Compensação, sob o fundamento de que o crédito pleiteado não seria líquido e certo.	869.333
Exigência de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica decorrente da inobservância do limite de compensação de 30% da base de cálculo do IRPJ.	75.167

PIS e COFINS

Glosa de créditos tributários e cobrança de receitas supostamente não tributadas, decorrentes da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS.	411.016
---	---------

A Companhia e suas controladas mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, cuja avaliação de prognóstico foi de que as posições fiscais adotadas serão provavelmente aceitas pelas autoridades, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos.

25. Receita Antecipada

A Companhia firmou em 22 de dezembro de 2020, Contrato de Acordo Operacional de Representante de Seguros com a seguradora MAPFRE Seguros Gerais S.A., com o objetivo de explorar a oferta de Produtos de Seguro de Garantia Estendida e Roubo e Furto, das compras realizadas pelos clientes através dos canais de venda da Companhia. Por conta desse contrato, a Companhia recebeu a título de receita antecipada a importância de R\$ 193.772 que será apropriada ao resultado mediante cumprimento de metas.

Os valores recebidos e ainda não apropriados estão contabilizados, no passivo, nas rubricas “Outros passivos circulantes” e “Outros passivos não circulantes”.

Adiantamento recebido	<u>193.772</u>
Apropriado em 2021 (Reapresentado)	(13.855)
Apropriado em 2022	<u>(16.360)</u>
A apropriar	<u>163.557</u>
Parcela do circulante	42.665
Parcela do não circulante	120.892

26. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é representado por 902.529.503 ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal (904.652.040 e 559.858.093 ações, em 31 de dezembro de 2021 e 01 de janeiro de 2021, respectivamente).

A composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>01/01/2021</u>
Lojas Americanas S.A.	-	355.821.073	349.791.945
Acionistas de referência	272.167.492	129.969.806	-
Administradores	18.908.111	20.183.068	8.516.853
Capital Group	89.434.021	-	-
TIAA CREF	54.574.009	-	-
BLACKROCK	46.082.879	-	-
Ações em tesouraria	7.416	5.553.257	-
Outros acionistas ("free floating")	<u>421.355.575</u>	<u>393.124.836</u>	<u>201.549.295</u>
	<u>902.529.503</u>	<u>904.652.040</u>	<u>559.858.093</u>
Total de ações em circulação	902.522.087	899.098.783	559.858.093
Lojas Americanas S.A.	-	39,33%	62,48%
Acionistas de referência	30,16%	14,37%	-
Outros acionistas não controladores	69,84%	46,30%	37,52%

(b) Movimentação das ações do capital

Quantidade de ações escriturais, sem valor nominal.

	Ordinárias nominativas	Saldo (em milhares de reais)
Em 1º de janeiro de 2021 reapresentado	559.858.093	12.340.651
Absorção de prejuízos acumulados (AGE 10/06/2021)	-	(2.804.397)
Acervo Líquido incorporado (AGE 10/06/2021)	339.355.391	5.264.261
Saldo residual incorporado Lojas Americanas (AGE 10/12/2021)	-	1.614
Gastos com Emissão de Ações	-	(27.117)
Aumento de capital – Plano de opção de compra de ações - recursos financeiros	975.040	30.455
Aumento de capital – Plano de opção de compra de ações - capitalização de reservas	4.463.516	77.142
Em 31 de dezembro de 2021 reapresentado	904.652.040	14.882.609
Cancelamento de ações RCA 28/01/2022	(25.846.494)	-
Subscrição particular RCA 22.12.2021 – Homologação RCA 31/03/2022	19.723.581	468.040
Aumento de capital – Plano de opção de compra de ações - recursos financeiros	3.211.347	50.886
Aumento de capital – Plano de Opção de compra de ações - capitalização de reservas	789.029	28.902
Em 31 de dezembro de 2022	902.529.503	15.430.437

Em reunião do Conselho de Administração “RCA” realizada em 31 de março de 2022, foi homologado o aumento do capital social, aprovado em “RCA” realizada em 22 de dezembro de 2021, por subscrição particular, no valor de R\$ 468.040 com a emissão de 19.723.581 ações ordinárias pelo preço de emissão de R\$ 23,73 por ação. A integralização, a critério do acionista poderia ser feita com recursos dos juros sobre o capital próprio declarados na “RCA” que aprovou o referido aumento de capital.

Em reuniões do Conselho de Administração “RCA” realizadas em 24 de janeiro de 2022, 31 de março de 2022, 25 de abril de 2022, 29 de setembro de 2022, 07 de novembro de 2022 e 29 de dezembro de 2022, foram aprovados os aumentos de capital no valor total de R\$ 50.866, com a emissão de 3.211.347 ações ordinárias, integralizadas com recursos financeiros. As integralizações decorrem por força do exercício das opções de compra concedidas nos termos do Plano aprovado pela Assembleia Geral de 30 de abril de 2011, conforme abaixo demonstrado:

Data “RCA”	Quantidade de ações	Valor
24/01/2022	233.319	7.562
31/03/2022	2.101	68
25/04/2022	5.859	190
29/09/2022	1.918.567	27.819
07/11/2022	774.266	11.227
29/12/2022	277.235	4.020
Total	3.211.347	50.886

Em reuniões do Conselho de Administração “RCA” realizadas em 15 de agosto de 2022, 29 de setembro de 2022 e 07 de novembro de 2022, foram aprovados os aumentos de capital no valor total de R\$ 28.902, com a emissão de 789.029 ações ordinárias, integralizadas com capitalização de reservas. As integralizações decorrem por força do exercício das opções de compra concedidas nos termos do Plano aprovado pela Assembleia Geral de 30 de abril de 2011, conforme abaixo demonstrado:

Data “RCA”	Quantidade de ações	Valor
15/08/2022	453.520	16.612
29/09/2022	285.520	10.459
07/11/2022	49.989	1.831
Total	789.029	28.902

Em reunião do Conselho de Administração “RCA” realizada em 28 de janeiro de 2022, foi aprovado o cancelamento de 17.500.000 ações ordinárias mantidas em tesouraria, no valor total de R\$ 587.871, contabilizado contra a reserva para novos empreendimentos.

Em Assembleia Geral extraordinária "AGE", realizada em 10 de junho de 2021, que aprovou a cisão parcial de Lojas Americanas, com o acervo cindido incorporado à B2W Companhia Digital, com a alteração da razão social desta para Americanas S.A., foi aprovado também a redução do capital social no valor de R\$ 2.804.397 para absorção de prejuízos acumulados, sem a redução do número de ações do capital social e o aumento de capital no valor de R\$ 5.264.261 com a emissão de 339.355.391 ações ordinárias, passando o capital social, na data da supra citada "AGO", a importar em R\$ 14.805.034 representado por 899.441.153 ações ordinárias.

Em Assembleia Geral extraordinária "AGE", realizada em 10 de dezembro de 2021, foi aprovado o aumento do capital social, no montante de R\$ 1.614, sem a emissão de novas ações, com o saldo residual de caixa do acervo remanescente de Lojas Americanas incorporado à Companhia, aprovado na supracitada AGE.

Em reuniões do Conselho de Administração "RCA" foram aprovados, no exercício social de 2021, os aumentos de capital no valor total de R\$ 107.597, com a emissão, no exercício, de 5.438.556 ações ordinárias, sendo integralizadas 4.463.516 ações por capitalização de reservas e 975.040 ações com recursos financeiros. As integralizações decorrem por força do exercício das opções de compra concedidas nos termos do Plano aprovado pela Assembleia Geral de 30 de abril de 2011.

As ações da Companhia detidas por Lojas Americanas na data da incorporação total da parcela remanescente do acervo vertido, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 10 de dezembro 2021, foram transferidas proporcionalmente aos titulares das ações de Lojas Americanas em 26 de janeiro de 2022. A partir de 24 de janeiro de 2022, as ações de Lojas Americanas deixaram de ser negociadas.

(c) Programa de recompra de ações de própria emissão

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de janeiro de 2022, foi aprovado, nos termos do art. 30, §01, "b", da Lei nº 6.404/76, e da Instrução CVM nº 567/15, novo programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia, que se encerrará em 21 de julho de 2023, até o limite de 17.500.000 ações ordinárias, para atender ao disposto nos planos de remuneração baseados em ações da Companhia, podendo ainda ser mantidas em tesouraria, canceladas e/ou alienadas posteriormente, em operações públicas ou privadas (sujeitas às aprovações pertinentes), conforme detalhado no Comunicado sobre Negociação de Ações de Própria Emissão, preparado na forma do Anexo 30-XXXVI da Instrução CVM nº 480/2009.

Movimentação das ações em tesouraria

	<u>Ordinárias nominativas</u>	<u>Saldo em milhares de Reais</u>
Aquisições no exercício social de 2021	5.553.257	227.604
Em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	5.553.257	227.604
Aquisições - Programa RCA 12/08/2021	11.946.743	360.267
Cancelamento de ações - RCA 28/01/2022	(17.500.000)	(587.871)
Aquisições - Programa RCA 28/01/2022	8.353.910	229.028
Cancelamento de ações - RCA 22/12/2022	(8.346.494)	(228.825)
Em 31 de dezembro de 2022	<u>7.416</u>	<u>203</u>
Custo médio de aquisição em 31 de dezembro de 2022 por ação - R\$	<u>27,37</u>	
Valor de mercado em 31 de dezembro de 2022 por ação - R\$	<u>9,65</u>	

(d) Reserva para novos empreendimentos

A reserva para novos empreendimentos é constituída com base em orçamentos de capital, submetidos a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral e destina-se a planos de investimento futuros da Companhia e recompra de ações próprias para posterior cancelamento.

(e) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital social.

27. Pagamento baseado em ações

A Companhia disponibiliza, aos seus administradores e empregados, planos de subscrição de ações, sendo estes o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia "Plano de Opção", aprovado na Assembleia de Acionistas realizada em 30 de abril de 2012 e o Plano de Incentivo com Ações Restritas "Plano de Ações Restritas", aprovado na Assembleia de Acionistas realizada em 30 de abril de 2018.

Os principais objetivos dos programas são o de estimular a expansão, o êxito e os objetivos sociais da Companhia e os interesses de seus acionistas, além de manter os serviços de executivos e empregados de alto nível, oferecendo como vantagem adicional, tornarem-se acionistas da Companhia.

O limite máximo para outorga de concessão de opções na forma do Plano de Opção é compartilhado com o limite do Plano de Ações Restritas. Desta forma, o Plano de Ações Restritas e o Plano de Opção estarão limitados, em conjunto, a 5% do total de ações do capital social da Companhia existentes na data de sua concessão, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e ainda não exercidas no âmbito do Plano de Opção, bem como as ações restritas que ainda não tenham sido efetivamente transferidas aos Beneficiários.

(i) Plano de Opção (2017)

O programa atualmente em vigor prevê opções compostas por dois lotes observadas determinadas condições, dentre elas, que o Beneficiário deverá destinar o bônus a ele atribuído pela Companhia, para o exercício das Opções que compõem o Lote A e o Lote B. As Opções do Lote A e as Opções do Lote B dão direito à aquisição de uma determinada quantidade de ações, conforme abaixo:

Lote A: Cada Opção do Lote A dá direito à aquisição de uma ação de emissão da Companhia.

Lote B: Cada Opção do Lote B dá direito à aquisição de uma ação, mais quatro que serão emitidas e entregues pela Companhia, após um prazo de 60 meses, contados da data do respectivo Programa.

A regra geral do Plano de Opção é que o preço de exercício deverá ser estabelecido pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, utilizando-se a média dos preços de fechamento das ações negociadas na B3, em um determinado período anterior à data da concessão da opção.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderão determinar, quando do lançamento do Programa, que seja concedido aos Beneficiários um desconto de até 20% na fixação do preço de exercício. Especificamente em relação aos programas atualmente em vigor, o preço de exercício de cada opção do Lote A e do Lote B corresponde à cotação média das ações de emissão da Companhia nos últimos 22 pregões da B3, ao qual será aplicado um desconto de 10%.

Adicionalmente, os Beneficiários do Plano, enquanto titulares de ações da Companhia, passam a fazer jus ao recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio a partir do momento de exercício das opções.

Programa	2017
Data reunião Comitê de Administração – Aprovação do programa	06/07/2017
Quantidade de ações ON outorgados (i)	693.217
Início do período de <i>vesting</i>	set/17
Final do período de <i>vesting</i>	set/22
Valor de subscrição da ação na data da outorga (ii)	32,70
Valor de exercício da ação - preço médio no mês da aprovação (ii)	36,34
Valor do benefício	3,63
Número de ações estimadas pela Companhia a serem emitidas e mantidas pós-período de <i>vesting</i> (i)	1.413.911
Data de outorga	29/09/2017
Período de <i>vesting</i>	60 meses

(i) No dia 10 de junho de 2021, foram aprovadas, nas assembleias de Lojas Americanas S.A. ("Lojas Americanas") e da B2W – Companhia Digital ("B2W"), a cisão parcial dos ativos e passivos da Lojas Americanas e incorporação desses ativos e passivos na B2W, que, também neste ato, alterou sua razão social para Americanas S.A. ("Americanas"). Por força destas aprovações, conforme Aviso aos Acionistas divulgado no dia 10 de junho de 2021, os detentores de ações da Lojas Americanas receberam, em 21 de julho de 2021, 0,18 ação ordinária de emissão da Americanas para cada ação ordinária ou preferencial de Lojas Americanas de sua titularidade ao final do pregão do dia 16 de julho de 2021. No dia 10 de dezembro de 2021, foi aprovada, em novas assembleias de Lojas Americanas e da Americanas, a incorporação da Lojas Americanas pela Americanas, com a consequente extinção da Lojas Americanas. Por força desta aprovação, conforme Aviso aos Acionistas divulgado no dia 10 de dezembro de 2021, os detentores de ações da Lojas Americanas receberam, em 26 de janeiro de 2022, 0,188964 ação ordinária de emissão da Americanas para cada ação ordinária ou preferencial de Lojas Americanas de sua titularidade ao final do pregão do dia 21 de janeiro de 2022. As ações de Lojas Americanas deixaram de ser negociadas a partir do dia 24 de janeiro de 2022.

(ii) O Valor da outorga e de exercício da ação foram convertidos, mantendo o valor total subscrito pelo beneficiário na data da outorga, sem ônus ou benefício adicional pela reorganização societária.

(ii) Plano de Ações Restritas

O programa aprovado em 2018 prevê que o Conselho de Administração poderá outorgar Ações Restritas no âmbito do Plano de Ações Restritas aprovado pela Assembleia Geral de 2018, e poderá condicionar a elegibilidade e/ou efetiva participação do respectivo Beneficiário neste Plano de Ações Restritas ao efetivo exercício de opções outorgadas no âmbito de tais planos ou programas. As Ações Restritas serão entregues após um prazo de carência a se encerrar em 5 (cinco) anos contados da data do Programa. Em 31 de dezembro de 2022 os Planos de ações restritas são:

Plano	2021	2020	2020 (i/ii)	2019 (i/ii)	2019	2018	2018(i/ii)
Data reunião Comitê de Administração - Aprovação do Programa <i>bond</i> "	14/10/2021 890.692	28/02/2020 269.501	30/09/2020 325.943	31/05/2019 494.091	31/05/2019 474.612	07/03/2018 444.065	07/03/2018 158.975
Início do período de <i>vesting</i>	dez/21	jul/20	ago/20	out /19	ago/19	out/18	out/18
Final do período de <i>vesting</i>	nov/26	jun/25	jul/25	out/24	jul/24	set/23	set/23
Valor de subscrição da ação na data da outorga (ii)	32,41	70,01	73,42	41,74	33,72	22,70	50,05
Número de ações estimadas pela Companhia a serem emitidas e mantidas pós-período de <i>vesting</i>	1.228.541	471.730	582.106	822.701	773.296	681.476	440.609
Data de outorga	27/12/2021	30/06/2020	30/09/2020	30/09/2019	09/08/2019	10/10/2018	10/10/2018
Período de <i>vesting</i>	60 meses	60 meses	60 meses	60 meses	60 meses	60 meses	60 meses

(i) No dia 10 de junho de 2021, foram aprovadas, nas assembleias de Lojas Americanas S.A. ("Lojas Americanas") e da B2W – Companhia Digital ("B2W"), a cisão parcial dos ativos e passivos da Lojas Americanas e incorporação desses ativos e passivos na B2W, que, também neste ato, alterou sua razão social para Americanas S.A. ("Americanas"). Por força destas aprovações, conforme Aviso aos Acionistas divulgado no dia 10 de junho de 2021, os detentores de ações da Lojas Americanas receberam, em 21 de julho de 2021, 0,18 ação ordinária de emissão da Americanas para cada ação ordinária ou preferencial de Lojas Americanas de sua titularidade ao final do pregão do dia 16 de julho de 2021. No dia 10 de dezembro de 2021, foi aprovada, em novas assembleias de Lojas Americanas e da Americanas, a incorporação da Lojas Americanas pela Americanas, com a consequente extinção da Lojas Americanas. Por força desta aprovação, conforme Aviso aos Acionistas divulgado no dia 10 de dezembro de 2021, os detentores de ações da Lojas Americanas receberam, em 26 de janeiro de 2022, 0,188964 ação ordinária de emissão da Americanas para cada ação ordinária ou preferencial de Lojas Americanas de sua titularidade ao final do pregão do dia 21 de janeiro de 2022. As ações de Lojas Americanas deixaram de ser negociadas a partir do dia 24 de janeiro de 2022.

(ii) O Valor da outorga e de exercício da ação foram convertidos, mantendo o valor total subscrito pelo beneficiário na data da outorga, sem ônus ou benefício adicional pela reorganização societária.

Os custos de remuneração dos executivos provenientes dos planos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 58.905 registrados em outras despesas operacionais (R\$ 43.354 em 31 de dezembro de 2021) e contrapartida registrada em reserva de capital, no consolidado. Os custos de remuneração dos programas a serem reconhecidos (de 2022 a 2026) pelo *vesting period* dos planos, considerando as premissas usadas, totalizam R\$ 90.773.

28. Receita de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
		Reapresentado		Reapresentado
Receita bruta de vendas e serviços	30.833.203	26.566.987	33.406.001	27.797.604
(-) Devoluções/descontos incondicionais	(2.721.861)	(1.265.163)	(1.468.527)	(1.303.667)
(-) Impostos sobre vendas e serviços	(4.448.871)	(3.694.192)	(6.119.002)	(3.968.228)
Outros	(9.567)	(4.533)	(9.566)	(4.534)
Receita líquida	23.652.904	21.603.099	25.808.906	22.521.175

29. Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos

Corresponde ao custo médio ponderado da aquisição das mercadorias, que quando aplicável, inclui tributos não recuperáveis na aquisição, bem como o custo com serviços prestados. São acrescidos a esse custo os gastos com frete, seguro, manuseio, demais gastos para trazer os estoques em condições de comercialização, os ajustes de inventário e a provisão para perdas e obsolescência.

O custo das mercadorias vendidas é ajustado, por valores recuperados junto aos fornecedores, decorrentes de acordos comerciais por volume de compras, recomposição de margem, acordos de *marketing* entre outros. Esses ajustes são reconhecidos a medida em que os estoques que geraram o referido crédito, são comercializados.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Mercadorias revendidas	(19.088.846)	Reapresentado (17.588.359)	(20.192.083)	Reapresentado (17.982.422)
Outros serviços prestados	(159.794)	(4.390)	(593.135)	(647.799)
	<u>(19.248.640)</u>	<u>(17.592.749)</u>	<u>(20.785.218)</u>	<u>(18.630.221)</u>

30. Despesa por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal	(2.384.132)	Reapresentado (1.363.863)	(3.150.410)	Reapresentado (1.550.731)
Despesas com prestadores de serviços	(3.457.603)	(3.450.296)	(3.246.310)	(3.112.049)
Outras	(672.374)	(720.794)	(994.535)	(696.363)
Subtotal Despesas com vendas, Gerais e Administrativas	<u>(6.514.109)</u>	<u>(5.534.953)</u>	<u>(7.391.255)</u>	<u>(5.359.143)</u>
Depreciação e amortização	(1.430.552)	(885.878)	(1.648.105)	(1.087.143)
Total Despesas com vendas, Gerais e Administrativas	<u>(7.937.586)</u>	<u>(6.414.803)</u>	<u>(9.039.360)</u>	<u>(6.446.286)</u>
<u>Classificados por função como:</u>				
Despesas com vendas	(5.147.674)	(4.496.949)	(4.855.800)	(4.401.744)
Despesas gerais e administrativas	(2.796.987)	(1.923.882)	(4.183.560)	(2.044.542)
	<u>(7.944.661)</u>	<u>(6.420.831)</u>	<u>(9.039.360)</u>	<u>(6.446.286)</u>
Provisão para <i>impairment/baixa de ativos</i> (a)	(2.362.708)	(1.610.483)	(2.362.708)	(1.623.076)
Provisão para contingências	(1.087.876)	(31.639)	(1.087.876)	(31.639)
Outros	(312.900)	(121.768)	(350.744)	(196.662)
Outras receitas e (despesas) operacionais	<u>(3.763.484)</u>	<u>(1.763.890)</u>	<u>(3.801.328)</u>	<u>(1.851.377)</u>

(a) Refere-se a provisão por *impairment* de ativos de longo prazo e baixa/reversão de ativos.

31. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Juros e variação monetária sobre títulos e valores mobiliários	493.982	Reapresentado 420.814	587.074	Reapresentado 445.245
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária	59.854	667.074	60.353	668.267
Outras receitas financeiras	20.043	7.158	146.449	89.298
Total receita financeira	<u>573.879</u>	<u>1.095.046</u>	<u>793.876</u>	<u>1.202.810</u>
Juros e variação monetária dos financiamentos	(2.667.672)	(1.027.455)	(2.797.763)	(1.082.662)
Encargos Financeiros Risco Sacado	(2.003.643)	(915.227)	(2.003.644)	(915.227)
Outras despesas financeiras	(478.154)	(165.045)	(522.205)	(214.248)
Encargos de arrendamento	(663.227)	(562.118)	(702.257)	(572.886)
Total despesa financeira	<u>(5.812.696)</u>	<u>(2.669.845)</u>	<u>(6.025.869)</u>	<u>(2.785.023)</u>
Resultado financeiro	<u>(5.238.817)</u>	<u>(1.574.799)</u>	<u>(5.231.993)</u>	<u>(1.582.213)</u>

32. Resultado por ação

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação foi baseado no lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
		Reapresentado
Prejuízo do exercício	(12.911.538)	(6.237.362)
Denominador (em milhares de ações) básico e diluído		
Média ponderada de número de ações em circulação	896.800	749.422
Resultado por ação básico e diluídos	(14,3973)	(8,3229)

Devido ao prejuízo do exercício nos períodos apresentados, não existiram efeitos dilutivos ao resultado.

33. Cobertura de seguros

O Grupo mantém apólices de seguros contratados junto a algumas das principais seguradoras do País, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o valor de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía cobertura de seguros na modalidade de responsabilidade civil, seguro patrimonial e estoque, conforme demonstrado abaixo:

Risco cobertos	Importância segurada			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidade Civil Geral e D&O (i)	237.183	158.399	31.558.035	26.540.132
Danos Materiais	7.828.394	7.555.959	8.027.611	8.521.193
Perdas e Danos	447.435	408.871	450.675	432.391
Responsabilidade Civil e de Objetos em Transporte Internacional e Aeronaves (ii)	3.082	2.992	3.082	2.992
Responsabilidade Civil em Transporte Nacional	14.455.184	-	14.455.184	-
Responsabilidade Civil em Transporte Internacional (iii)	US\$ 36.800	US\$ 36.800	US\$ 36.800	US\$ 36.800

(i) Adicionalmente a cobertura a frota de veículos estão segurados pelo valor de 100% ou 110% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIPE");

(ii) Limite máximo por objeto/pessoa;

(iii) No Consolidado o valor também é composto por apólice da controlada ST Importações valor ajustável (definida a cada embarque).

34. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleia Geral Ordinária, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a remuneração total (salários, bônus e pagamento baseado em ações) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 33.443 e R\$ 45.246 na controladora e de R\$ 62.664 e R\$ 82.635 no consolidado respectivamente. Remunerações estão dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembleias de Acionistas.

35. Informações por segmento

As informações relacionadas a cada segmento reportado estão descritas abaixo. A receita líquida dos segmentos é usada para medir o desempenho, pois no entendimento da administração esta informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos.

	31/12/2022						
	Varejo Digital	Varejo Físico	Fresh Food	Serviços Financeiros	Varejo Premium	Eliminações/Aj. Consol.	Consolidado
Receita operacional líquida	12.054.835	12.820.229	2.009.084	1.295.823	145.271	(2.516.336)	25.808.906
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(11.902.783)	(8.289.738)	(1.214.067)	(36.260)	(18.552)	676.182	(20.785.218)
Lucro bruto	152.052	4.530.491	795.017	1.259.563	126.719	(1.840.154)	5.023.688
Receitas (Despesas) operacionais							
Vendas	(3.621.240)	(1.812.701)	(101.308)	(1.255.891)	(46.776)	1.982.116	(4.855.800)
Gerais e administrativas	(1.622.117)	(1.372.836)	(662.702)	(1.071.766)	(63.926)	609.787	(4.183.560)
Outras despesas operacionais líquidas	(1.281.633)	(949.706)	(1.415.929)	2.339	(156.736)	337	(3.801.328)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(6.372.938)	395.248	(1.384.922)	(1.065.755)	(140.719)	752.086	(7.817.000)
Receitas financeiras	296.946	315.711	24.647	149.944	6.628	-	793.876
Despesas financeiras	(2.792.508)	(3.035.860)	(141.133)	(32.820)	(23.548)	-	(6.025.869)
Resultado financeiro	(2.495.562)	(2.720.149)	(116.486)	117.124	(16.920)	-	(5.231.993)
Resultado de equivalência patrimonial	(58.184)	(68.119)	2.070	-	-	130.906	6.673
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de renda e da contribuição social	(8.926.684)	(2.393.020)	(1.499.338)	(948.631)	(157.639)	882.992	(13.042.320)
Imposto de renda e Contribuição Social							
Correntes	(72.778)	(1.022)	-	(19.124)	(7.953)	-	(100.877)
Diferidos	(272.258)	322.287	162.347	25.456	(6.173)	-	231.659
Lucro (prejuízo) do período	(9.271.720)	(2.071.755)	(1.336.991)	(942.299)	(171.765)	882.992	(12.911.538)
	Varejo Digital	Varejo Físico	Fresh Food	Serviços Financeiros	Varejo Premium	Eliminações/Aj. Consol.	Consolidado
Ativo circulante	12.430.729	14.769.977	365.690	1.281.393	299.685	(12.046.511)	17.100.963
Ativo não circulante	1.216.776	17.490.129	26.416	74.660	60.740	(4.625.173)	14.243.548
Passivo circulante	28.232.515	25.703.896	498.456	1.228.037	203.639	(5.962.800)	49.903.743
Passivo não circulante	2.862.476	10.914.889	703.781	5.613	229.854	(6.608.901)	8.107.712
Patrimônio líquido	(17.447.486)	(4.358.679)	(810.131)	122.403	(73.068)	(4.099.983)	(26.666.944)
	31/12/2021						
	Reapresentado						
	Varejo Digital	Varejo Físico	Fresh Food	Serviços Financeiros	Varejo Premium	Eliminações/Aj. Consol.	Consolidado
Receita operacional líquida	16.530.305	7.046.226	313.990	472.725	34.885	(1.876.956)	22.521.175
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(13.726.801)	(5.430.218)	(192.583)	(34.809)	36.004	718.186	(18.630.221)
Lucro bruto	2.803.504	1.616.008	121.406	437.916	70.889	(1.158.770)	3.890.954
Receitas (Despesas) operacionais							
Vendas	(3.50.089)	(767.016)	(99.250)	(557.744)	(17.488)	789.842	(4.401.745)
Gerais e administrativas	(1.368.099)	(910.551)	(33.436)	(54.535)	(46.852)	368.931	(2.044.542)
Outras despesas operacionais líquidas	(446.151)	(1.408.669)	6.129	(2.953)	267	-	(1.851.377)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(2.760.835)	(1.470.227)	(5.151)	(177.316)	6.814	3	(4.406.710)
Receitas financeiras	411.438	695.378	7.630	85.610	2.754	-	1.202.810
Despesas financeiras	(1.513.001)	(1.196.437)	(18.625)	(51.479)	(5.481)	-	(2.785.023)
Resultado financeiro	(1.101.563)	(501.059)	(10.995)	34.131	(2.727)	-	(1.582.213)
Resultado de equivalência patrimonial	(173.992)	(84.712)	289	-	-	174.603	(83.812)
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de renda e da contribuição social	(4.036.390)	(2.055.999)	(15.857)	(143.185)	4.088	174.606	(6.072.735)
Imposto de renda e Contribuição Social							
Correntes	(86.914)	(21.104)	20.113	22	(4.515)	-	(92.398)
Diferidos	(135.156)	21.946	-	40.137	844	-	(72.229)
Lucro (prejuízo) do período	(4.258.460)	(2.055.157)	4.257	(103.026)	418	174.606	(6.237.362)
	Varejo Digital	Varejo Físico	Fresh Food	Serviços Financeiros	Varejo Premium	Eliminações/Aj. Consol.	Consolidado
Ativo circulante	16.873.222	6.593.676	417.165	1.498.920	310.494	(4.921.962)	20.771.515
Ativo não circulante	3.627.786	18.217.500	1.367.675	1.012.527	233.999	(7.712.828)	16.746.659
Passivo circulante	26.195.075	17.183.364	458.146	1.124.849	217.545	(2.165.864)	43.013.115
Passivo não circulante	2.317.358	9.550.412	796.021	231.615	228.132	(5.996.578)	7.126.960
Patrimônio líquido	(8.011.425)	(1.922.600)	530.673	1.154.983	98.816	(4.472.348)	(12.621.901)

36. Eventos subsequentes

(a) Recuperação judicial

A Companhia em conjunto com as suas controladas ST Importações, JSM Global e B2W Digital Lux protocolaram pedido de recuperação judicial em 19 de janeiro de 2023, na 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Vara Empresarial”), nos termos da Lei nº 11.105/05. O pedido foi deferido na mesma data em que foi formalizado, através do processo nº 0803087-20.2023.8.19.0001. (Vide nota 1)

Em 20 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os termos e condições do plano de recuperação judicial, no âmbito do processo de recuperação judicial do Grupo Americanas, bem como sua apresentação nos autos do processo de recuperação judicial do Grupo Americanas, em curso perante a Vara Empresarial (“Plano de Recuperação Judicial”). Em relação ao Aumento de Capital – Novos Recursos, e conforme divulgado em Fato Relevante no dia 07 de março de 2023, os acionistas de referência da Companhia anunciaram sua intenção de apoiar o aumento de capital, como parte do Plano de Recuperação Judicial, oferecendo uma garantia firme de subscrição e integralização para a totalidade dos recursos, ainda pendente de formalização. No Fato Relevante divulgado em 19 de junho de 2023, a Companhia informou que foi publicado edital contendo (i) a Relação de Credores do Grupo Americanas; e (ii) a confirmação da entrega do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Americanas, apresentado pelo administrador judicial em 20 de março de 2023 à Vara Empresarial. O referido edital encontra-se disponível para consulta no website da Companhia e do TJRJ. A Companhia informou ainda que, a partir de 19 de junho de 2023, terão início os prazos legais de (i) 10 dias para apresentação, ao Juízo da Recuperação Judicial, de impugnações à Relação de Credores; e (ii) 30 dias para o oferecimento de objeções ao Plano de Recuperação Judicial.

Em Fato Relevante divulgado em 11 de julho de 2023 a Companhia informou que o juízo da Vara Empresarial deferiu o pedido de prorrogação do prazo, no âmbito da recuperação judicial do Grupo Americanas, pelo prazo de 180 dias contados do término do *stay period* concedido no momento do deferimento do pedido de recuperação judicial do Grupo Americanas, conforme Fato Relevante divulgado em 11 de julho de 2023.

A Companhia comunicou que por meio do Fato Relevante de 10 de outubro de 2023 que estava em fase avançada de busca de entendimentos com seus credores com vistas a um acordo que possa equacionar suas dívidas, conduziu naquela data mais uma reunião para apresentar aperfeiçoamento da proposta sendo discutida até então. A mais recente proposta apresentada pela Companhia, assessorada pelo Rothschild & Co, contém: (i) no que diz respeito ao compromisso dos acionistas de referência de capitalizar a companhia, aumento de capital de curto prazo, em dinheiro, no valor de R\$ 12 bilhões (considerando o financiamento DIP já aportado); (ii) capitalização de dívida concursal por parte dos credores também no valor de R\$12 bilhões; (iii) emissão de nova dívida para refinar parte das dívidas concursais existentes no valor de R\$1,875 bilhão; e (iv) R\$8,7 bilhões em dinheiro dedicados à recompra antecipada de dívida concursal com desconto. A proposta continua ainda a contar com a previsão de pagamento integral das Classes I e IV e alternativas de pagamento diferenciada para nossos fornecedores, substancialmente nos termos publicados na versão do Plano de Recuperação Judicial protocolado com o juízo da Recuperação Judicial em 20 de março de 2023.

A Companhia informou em Fato Relevante divulgado 27 de outubro de que pretendia apresentar, oportunamente, mais detalhes da versão do Plano de Recuperação Judicial atualmente em discussão com os Credores, no evento de divulgação mencionado no Fato Relevante divulgado também em 27 de outubro de 2023, mas adianta aos seus investidores e ao mercado em geral que decidiu estender a opção de pagamento à vista, sem deságio e sem correção, a ser paga em uma parcela única após a data de homologação do Plano de Recuperação Judicial, a todos os credores sujeitos aos efeitos da recuperação judicial listados da Classe III (quirografários), titulares de créditos até o valor de R\$ 12 mil. A Companhia adianta, ainda, que pretende oferecer aos credores sujeitos aos efeitos da recuperação judicial listados da Classe III (quirografários) titulares de créditos superiores a R\$ 12 mil a opção de receberem até R\$ 12 mil para a quitação total de seus respectivos créditos, observadas as condições a serem previstas no Plano de Recuperação Judicial.

(b) Afastamento e desligamento da diretoria

Em 03 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia, junto com assessores jurídicos, deliberou afastar os diretores de suas funções e atividades na Companhia e suas controladas, durante o curso das apurações decorrentes do Fato Relevante publicado em 11 de janeiro de 2023, a referida deliberação foi ratificada pela destituição desses diretores em RCA realizada em 13 de junho de 2023.

(c) Financiamento extraconcursal

Em RCA realizada em 13 de fevereiro de 2023, foi aprovado financiamento extraconcursal, na modalidade *Debtor in Possession Financing* (Financiamento DIP), a 19ª Emissão de Debêntures em série única no montante de R\$ 2.000.000, com data base em 07 de fevereiro de 2023 e vencimento em 07 de fevereiro de 2025 com juros à taxa de 128% do DI a.a. base 252 dias úteis, por meio da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para colocação privada, sendo, observado o disposto abaixo, uma primeira tranche de R\$ 1.002.603 e o restante, em janelas de prazos subseqüentes, até o vencimento das debêntures.

Em 6 de outubro de 2023 foi liberada a segunda tranche no valor de R\$ 500.632, relacionada ao Financiamento DIP nos termos da Lei 11.101/2005, por meio da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para colocação privada, nos termos aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de fevereiro de 2023. (Vide nota 1)

(d) Processo de *Market Sounding*

Dando continuidade à reestruturação, a Companhia emitiu Comunicados ao mercado em 15 de maio de 2023 e 18 de maio de 2023, informando que iniciou processos de *Market Sounding* para a prospecção de interessados nas aquisições das participações, da Companhia, no Grupo Uni.co e no Hortifruti Natural da Terra, respectivamente, conforme previsto no (“Plano”). O processo de *Market Sounding* do Grupo Uni.co foi descontinuado conforme Comunicado ao mercado em 03 de outubro de 2023.

Conforme divulgado em comunicado ao mercado datado em 06 de novembro de 2023, a Companhia informou que, decidiu nesse momento, suspender o processo de *Market Sounding* da UPI HNT e não tem planos de retomar os processos no curto prazo. A Companhia seguirá monitorando esses parâmetros para verificar a conveniência de retomar tais processos no futuro.

(e) Substituição de auditor do independente

Ainda, conforme Fato Relevante divulgado em 28 de junho de 2023, o Conselho de Administração deliberou, por proposta da Diretoria e com a recomendação favorável do Comitê de Auditoria Estatutário, a substituição da empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda (“PwC”), auditores independentes da Companhia à época, com a contratação da BDO RCS Auditores Independentes Sociedade Simples Limitada (“BDO”), para executar a auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2022 e o refazimento de demonstrações financeiras do exercício social de 2021, necessário em função do episódio de fraude comunicado pela Companhia em Fatos Relevantes de 13 e 14 de junho de 2023, bem como a revisão das demonstrações financeiras do exercício social iniciado em janeiro de 2023.

(f) Termo de encerramento parceria Vibra Energia S.A.

Conforme Fato Relevante divulgado em 23 de agosto de 2023, em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 24 de janeiro de 2023, vem comunicar aos seus acionistas e ao mercado em geral, que celebrou, nesta data, um Termo de Encerramento de Parceria com a Vibra Energia S.A. (“Vibra”) referente ao encerramento da parceria relacionada à exploração do negócio de lojas de pequeno varejo desenvolvida através da sociedade Vem Conveniência S.A. (“Vem” e “Encerramento”, respectivamente).

O Encerramento segue substancialmente o mecanismo de segregação estabelecido no Acordo de Acionistas da Vem celebrado entre Americanas e Vibra em 31 de janeiro de 2022, e será implementado por meio de uma cisão parcial desproporcional da Vem (“Cisão”), sendo o acervo cindido – composto pelos ativos e passivos relacionados às lojas de pequeno varejo “BR Mania” – incorporado por uma nova sociedade constituída pela Vibra (“Sociedade BR Mania”). Como resultado da Cisão, (i) a totalidade das ações de emissão da Vem de titularidade da Vibra serão canceladas; e (ii) a Americanas receberá determinado número de ações de emissão da Sociedade BR Mania que, ato contínuo, serão integralmente adquiridas pela Vibra mediante o pagamento, à vista, à Americanas do valor de aquisição de R\$192.000

Após a conclusão do Encerramento, (i) a Americanas passará a deter integralmente as ações de emissão da Vem, que será a sociedade detentora das lojas de pequeno varejo “Local”; e (ii) a Vibra será titular da totalidade das ações de emissão da Sociedade BR Mania, que será detentora das lojas de pequeno varejo “BR Mania”. Ademais, mediante o Encerramento, a Americanas alterará a razão social da Vem Conveniência S.A. cuja marca passará a ser utilizada exclusivamente pela Sociedade BR Mania.

De acordo com Comunicado ao Mercado divulgado em 30 de outubro de 2023, o juízo da 4ª Vara Empresarial da Comercial da Capital do Estado do Rio de Janeiro autorizou o desfazimento da joint venture com a Vibra Energia S.A., para a exploração do negócio de lojas de pequeno varejo, desenvolvida através da Vem.

(f) Continuidade do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fênix FIDC do Varejo II

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fênix FIDC do Varejo II (“FIDC II”) (Nota 8 (a)), é formado por quotas subordinadas e quotas sênior. A Companhia, detentora das cotas subordinadas do (“FIDC II”) decretou recuperação judicial em 19/01/2023 (nota 1).

Os recursos captados pelo (“FIDC II”) através das quotas sênior, pertencentes a investidores, eram utilizados para antecipação dos recebíveis da Companhia. Em decorrência da decretação da recuperação judicial e em consonância com o capítulo 16 do regulamento do (“FIDC II”) essas quotas sênior foram resgatadas antecipadamente, no decorrer do ano de 2023.

O resgate ocorreu à medida em que o saldo dos recebíveis existentes, a partir da data da decretação da recuperação judicial, eram realizados, extinguindo-se o saldo total dessas quotas sênior no mês de maio de 2023. Atualmente o patrimônio do (“FIDC II”) está composto pelas quotas subordinadas, com saldo em 31.12.2022 de R\$ 178.188. A continuidade operacional ou liquidação do (“FIDC II”) está vinculada a decisão da administração e em conformidade com o desenrolar dos atos conclusos da Assembleia de credores e da recuperação judicial.

(g) Aquisição da Parati Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Em 2 de janeiro de 2023, a Companhia, através de sua controlada Ame Holding Ltda., efetuou o pagamento do preço de compra detalhado abaixo e, desta forma, concluiu a aquisição de 100% e do controle sobre a Parati Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Parati”).

A Parati é uma financeira que possui acesso direto ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e ao Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), sendo uma das únicas 20 instituições no País homologadas para realizar Iniciação de Transação de Pagamento (ITP). Atua, ainda, como Bank as a Service (BaaS) e Regtech, integrando fintechs ao sistema bancário, possibilitando captação direta de recursos por meio de emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), e habilitada a oferecer soluções de crédito para pessoas físicas e jurídicas.


A aquisição da Parati é mais um importante marco na rápida trajetória de sucesso da Ame, impulsionando seu plano estratégico de negócio e permitindo disponibilizar diretamente um portfólio de soluções de crédito e investimentos para os integrantes do ecossistema Americanas.

A transação para aquisição da totalidade das ações da Parati envolveu um pagamento de R\$ 35.691, em caixa.

A Companhia iniciou os estudos para determinação do valor justo dos ativos e passivos para a alocação do preço de compra e, até a presente data, o ágio resultante desses estudos iniciais perfaz o montante de R\$ 17.629, conforme demonstrado abaixo. O Pronunciamento Técnico CPC 15 estabeleça um prazo para conclusão da mensuração de até 1 ano da data de aquisição – período no qual a Companhia espera concluir a contabilização desta combinação de negócios.

O valor justo preliminar dos ativos e passivos adquiridos, assim como o ágio preliminar desta combinação de negócios são como a seguir:

Ativos adquiridos e (passivos assumidos)	
Caixa e equivalentes de caixa	15.882
Relações interfinanceiras	38.465
Operações de crédito – circulante	2.671
Outros ativos circulantes	5.161
Operações de crédito - não circulante	4.031
Imobilizado	19
Intangível – Licença de operação SCFI	6.246
Depósitos de livre movimentação	(16.000)
Depósitos de prazo	(24.179)
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	(683)
Obrigações fiscais e previdenciárias	(2.451)
Outras obrigações	(11.100)
Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos (1)	18.062
Contraprestação transferida (2)	35.691
Ágio preliminar (2) - (1)	17.629



O ágio apurado, de R\$ 17.629, foi pago principalmente pela expectativa de rentabilidade futura (Goodwill), uma vez que a aquisição permitirá à Companhia fornecer serviços relacionados à concessão de crédito e outras soluções financeiras, incluindo conta digital, cartão de crédito, cartão pré-pago, empréstimos, PIX e outros, tanto para clientes Pessoa-Física quanto para estabelecimentos comerciais.

O benefício econômico da licença de operação SCFI, de vida útil indeterminada, provém da aquisição do ativo pronto para uso, não havendo necessidade, por parte da adquirente, de despender tempo na constituição dele. Desta forma, procedemos à avaliação de tal ativo pela metodologia "*With and Without Method*", que calcula o valor de um ativo a partir da elaboração de cenários nos quais (i) a empresa detém o ativo (with) e o (ii) a empresa não possui e necessita adquirir ativo (without).

(h) Novo Mercado (B3)

A B3 iniciou, em março de 2023, um processo de *enforcement* para analisar questões relacionadas ao fato relevante divulgado pela Companhia, em 11 de janeiro de 2023, especificamente com relação à observância aos controles internos previstos no Regulamento do Novo Mercado. Em 08 de novembro de 2023, a Diretoria de Regulação de Emissores da B3 proferiu decisão no contexto do processo de *enforcement*, sujeita a recurso com efeito suspensivo, suspendendo a Companhia do segmento especial de listagem do Novo Mercado por infrações ao regulamento do segmento de listagem, até o cumprimento de determinadas exigências listadas na referida decisão. Na mesma decisão, a B3 condenou os antigos administradores e integrantes de órgãos de assessoramento da Companhia. A Companhia respeitosa, porém, veementemente discorda das conclusões expostas na decisão da B3 e apresentará recurso nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o que acarreta a suspensão dos efeitos da decisão até manifestação da Diretoria da B3 sobre o recurso, conforme detalhado na nota 1 – Contexto Operacional – no subitem Governança e Medidas Tomadas pela Companhia.

* * *